

RELATÓRIO E CONTAS 2014

 MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.





ÍNDICE

- 3** 1. ÓRGÃOS SOCIAIS
- 6** 2. RELATÓRIO DE GESTÃO
- 25** 3. CONTAS ANUAIS 2014
- 34** 4. NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS
E PERDAS
- 123** 5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1 ÓRGÃOS SOCIAIS



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (2013-2016)



Presidente

António Manuel Cardoso Belo



Vice-Presidente

Vítor Manuel da Silva Reis



Secretário

Pedro Ribeiro e Silva



Vogal

Maria de Lurdes Ferreira da Mata Soares Póvoas

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL (2013-2016)

» **Presidente**
Pedro de Macedo Coutinho de Almeida

» **Secretário**
Pedro Ribeiro e Silva

CONSELHO FISCAL (2012-2014)

» **Presidente**
José Vieira Bernardo

» **Vogais**
Pedro Manuel Travassos de Carvalho
Filipe Quintas de Oliveira da Palma Carlos

» **Suplente**
José Emílio Cordeiro Fernandes

SOCIEDADE REVISORA OFICIAL DE CONTAS (2012-2014)

» **Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.**
representada por:
Ricardo Pinheiro

2 RELATÓRIO DE GESTÃO



1. CONTEXTO ECONÓMICO

Do ponto de vista macroeconómico, o ano 2014 fica marcado por uma melhoria geral da *performance* das diferentes economias mundiais, embora observando assimetrias algo significativas entre as diversas geografias.

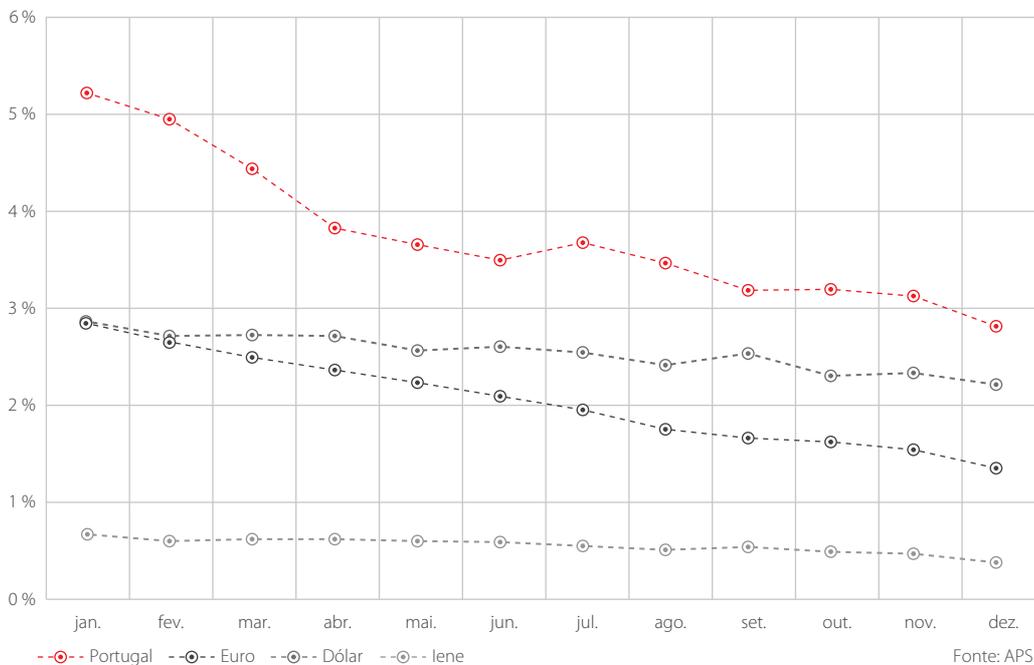
Por um lado, verificou-se uma consolidação da recuperação da economia norte-americana, a qual atingiu índices de crescimento e de criação de emprego bastante próximos dos tempos pré-crise que permitiram à Reserva Federal terminar com o programa de estímulos monetários.

Na União Europeia, o panorama não se afigurou tão favorável. Sendo certo que se assistiu a uma estabilização nos mercados financeiros de dívida pública, não é menos verdade que a economia entrou numa letargia prolongada, apresentando crescimentos muito débeis e vivendo sob uma forte ameaça deflacionista.

Para a economia portuguesa, o ano ficou especialmente marcado pela “saída limpa” do plano de assistência financeira disponibilizado pela *Troika*.

Desta forma, Portugal ficou com as suas necessidades de financiamento totalmente dependentes das condições de mercado, desafio do qual acabou por se sair de forma bastante satisfatória. Com efeito, além de ter conseguido aceder aos montantes desejados com certa normalidade, fê-lo através de taxas de juro sucessivamente mais baixas, acompanhando a tendência da Zona Euro e culminando em níveis menores do que no período pré-crise.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS MÉDIAS DA DÍVIDA PÚBLICA (A 10 ANOS) NO ANO 2014



Tendo como pano de fundo esta melhoria das condições de financiamento, que parece expressar um aumento de confiança dos investidores, ao nível interno os indicadores de clima económico e de confiança dos consumidores também continuaram a evidenciar uma evolução positiva, tal como tinha acontecido no final do ano 2013, devendo o PIB ter apresentado um crescimento de 0,9% segundo as últimas estimativas, suportado em grande medida pelo comportamento resiliente das exportações, cuja competitividade beneficiou muito da descida sistemática da cotação do petróleo e da depreciação do euro face ao dólar.

Ainda que a mencionada cifra de crescimento do PIB seja insuficiente para que se possa afirmar categoricamente que as dificuldades estão definitivamente ultrapassadas, é, contudo, bastante relevante por representar uma inversão da tendência negativa dos anos mais recentes.

Por outro lado, a taxa de desemprego desceu aproximadamente quatro pontos percentuais, uma evolução em linha com o retorno do PIB ao crescimento e refletindo a melhoria das expectativas dos agentes económicos. É certo que, como bem têm notado alguns analistas, uma boa parte desta descida deveu-se aos programas especiais de estágio criados pelo Governo, contudo, expurgando esse efeito, ainda assim a taxa observa uma melhoria com significado.

No que concerne ao consumo privado, tal como seria de esperar face às referências nos parágrafos anteriores, verificou-se também uma pequena recuperação. Exemplo disso é o aumento do número de veículos matriculados (36,2% correspondente a quase mais 45.000) e do consumo de combustíveis (cerca de 0,62%), invertendo a queda sucessiva dos anos mais recentes. Por sua vez, o mercado imobiliário pareceu começar a sair do marasmo em que se encontrava mergulhado há alguns anos, beneficiando, entre outros, do programa de "Vistos Gold" e das condições de tributação atrativas estabelecidas para os Não Residentes. Porém, este aumento de atividade de comercialização teve como base os fogos já construídos, não tendo sido suficiente para dinamizar o setor da construção civil, o qual, perante a paralisação das obras públicas, continuou a ver a sua atividade interna reduzida à ínfima expressão, restando-lhe a aposta nos mercados externos.

Relativamente às perspetivas para o ano 2015, vislumbram-se sinais contraditórios. Se, por um lado, a descida acentuada do preço do petróleo e a depreciação do euro se constituem fatores negativamente favoráveis, na medida em que dão um forte contributo para a competitividade dos nossos produtos no exterior, ao mesmo tempo que a anunciada chegada de um pacote relevante de fundos estruturais oriundos da União Europeia assumirá certamente um papel catalisador de desenvolvimento, por outro lado, surgem ameaças sérias decorrentes de realidades bem conhecidas: a deslancagem dos setores público e privado ainda em curso, a estagnação das grandes economias europeias que as impede de exercerem a habitual função de locomotiva e os efeitos negativos da descida do preço do petróleo sobre a economia angolana que nestes anos de crise tinha vindo a servir de escape a muitas empresas e trabalhadores portugueses.

Aguardam-se também com grande expectativa os efeitos concretos do anunciado programa massivo de compra de dívida a levar a cabo pelo Banco Central Europeu, com o intuito de favorecer a dinamização da Zona Euro.

Ao nível político interno, estaremos perante um ano de eleições, das quais sairá um novo Governo, sendo incerto o efeito sobre a economia que a eventual alteração de políticas pode acarretar.

Em suma, de forma muito semelhante ao que aconteceu no início do ano findo, tudo indica que, para o futuro, continuaremos a enfrentar grandes desafios que colocarão um grau de exigência assinalável sobre o desempenho dos diversos agentes económicos.

Indicadores económicos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB	1,3	-1,6	-3,2	-1,5	0,9	1,5
Consumo privado	2,2	-3,6	-5,5	-2,0	2,2	2,1
Consumo público	1,8	-3,2	-4,5	-1,5	-0,5	-0,5
Investimento	-5,0	-11,2	-14,4	-8,4	2,2	4,2
Exportações	8,8	7,3	4,1	5,9	2,6	4,2
Importações	5,2	-4,3	-6,9	2,7	6,3	3,1
Taxa de desemprego	10,8	12,7	15,7	17,4	13,1	n.d.
Índice de preços no consumidor	1,4	3,6	2,8	0,5	-0,1	0,7
Deficit contas públicas	9,1	5,9	5,0	5,5	4,8	2,7
Taxa juro Euribor 6 meses	1,251	1,638	0,324	0,389	0,169	n.d.

Fontes: Banco de Portugal, INE, Ministério das Finanças.

Dados em percentagem. Dados de 2014 e 2015 são estimativas.

2. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR SEGURADOR

2.1. VENDAS

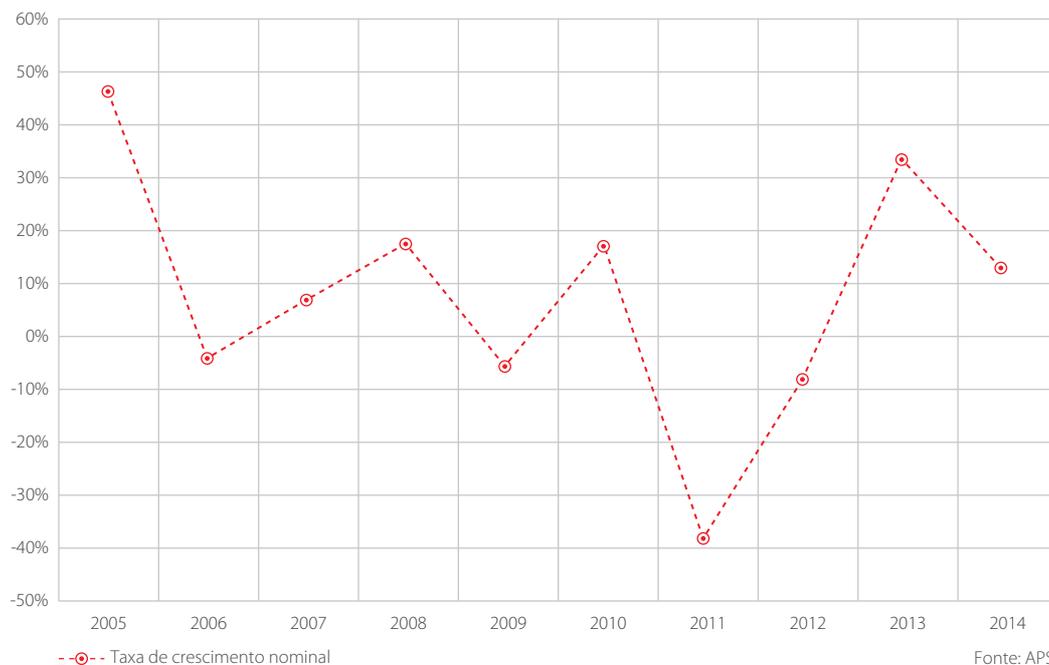
De acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores, o setor apresentou um comportamento global positivo, consubstanciado num crescimento de 9,1%, atingindo os 14,3 mil milhões de euros e voltando a situar-se praticamente ao mesmo nível do ano 2009, antes do agudizar da crise económica.

Isso permitiu-lhe melhorar o índice de penetração, aumentando o peso no PIB de 7,7% em 2013 para 8,3% em 2014 e subindo o montante de prémios *per capita* de 1.257 e para 1.379 €.

Esta evolução foi, uma vez mais, muito alavancada pelo desempenho do ramo Vida, que reforçou o seu peso na produção global, tendo os ramos Não Vida mantido o comportamento anémico de há vários anos.

De facto, o segmento Vida atingiu os 10,4 mil milhões de euros, com um crescimento de 12,9%, destacando-se os produtos de PPR com um crescimento de 55,9% em 2014, fenómeno que não parece surpreendente se atendermos, por um lado, ao facto da crise dos últimos anos ter induzido a uma maior consciência de poupança e, por outro, às ameaças diretas de redução das pensões garantidas pelo sistema público. Analisando na perspetiva do risco inerente ao tipo de produto, o crescimento foi mais expressivo nos produtos de poupança associados a garantias de rentabilidade do que nos *Unit-Linked*, talvez como consequência da reação natural dos aforradores à turbulência vivida pelos mercados financeiros nos últimos anos.

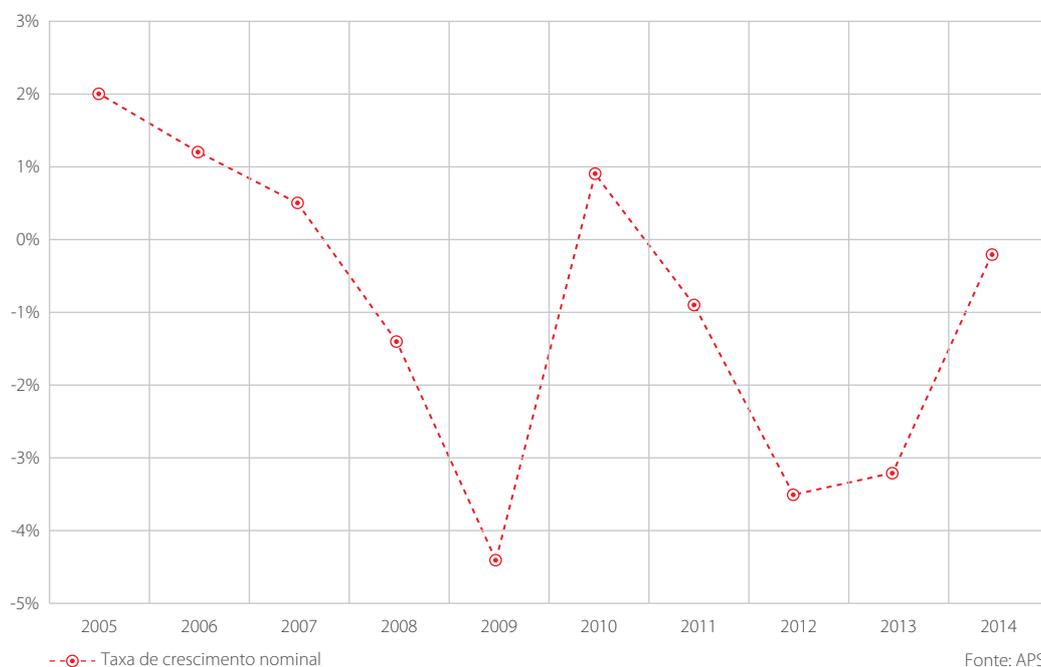
EVOLUÇÃO DAS VENDAS DO RAMO VIDA



O conjunto dos ramos Não Vida atingiu os 3,9 mil milhões de euros, decrescendo 0,2% em relação ao ano anterior, uma cifra que, apesar de menos negativa do que a dos dois últimos anos, cujo decréscimo foi superior a 3%, continua a revelar um desempenho muito débil, relacionado com a forte competitividade entre operadores e a fraca evolução económica, da qual este segmento do setor segurador se encontra bastante dependente.

Não pode deixar de causar preocupação o facto do segmento Não Vida ter crescido em apenas um dos últimos sete anos.

EVOLUÇÃO DAS VENDAS DOS RAMOS NÃO VIDA



O ramo de Doença voltou a destacar-se positivamente, com um acréscimo de 3,3%, mantendo assim o crescimento sustentado que vem apresentando ao longo dos anos.

Já o ramo Automóvel, que continua a representar a maior fatia do segmento Não Vida, contraiu-se cerca de 2%, apesar do parque automóvel ter aumentado, o que revela nova queda do prémio médio, algo inoportuna numa altura em que o consumo de combustíveis já apresenta um crescimento, reflexo de uma maior circulação que induzirá um aumento de sinistralidade a muito breve prazo.

Por sua vez, o ramo de Acidentes de Trabalho viu o volume de prémios crescer 0,9%, o que representa uma inversão da tendência dos últimos nove anos. Sendo embora uma evolução positiva, parece consensual que estará ainda muito longe do necessário para ajudar a alterar o grave *deficit* de exploração que se tem verificado ano após ano.

Os ramos de Incêndio e Multiriscos continuaram a evidenciar pouco dinamismo, apresentando um decréscimo de 1,2%, enquanto os restantes ramos do portefólio Não Vida, menos representativos, tiveram um incremento global de 1,6% por via do contributo positivo da Responsabilidade Civil e das Perdas Pecuniárias, ao contrário dos Transportes, que se destacaram pela negativa.

2.2. SINISTRALIDADE

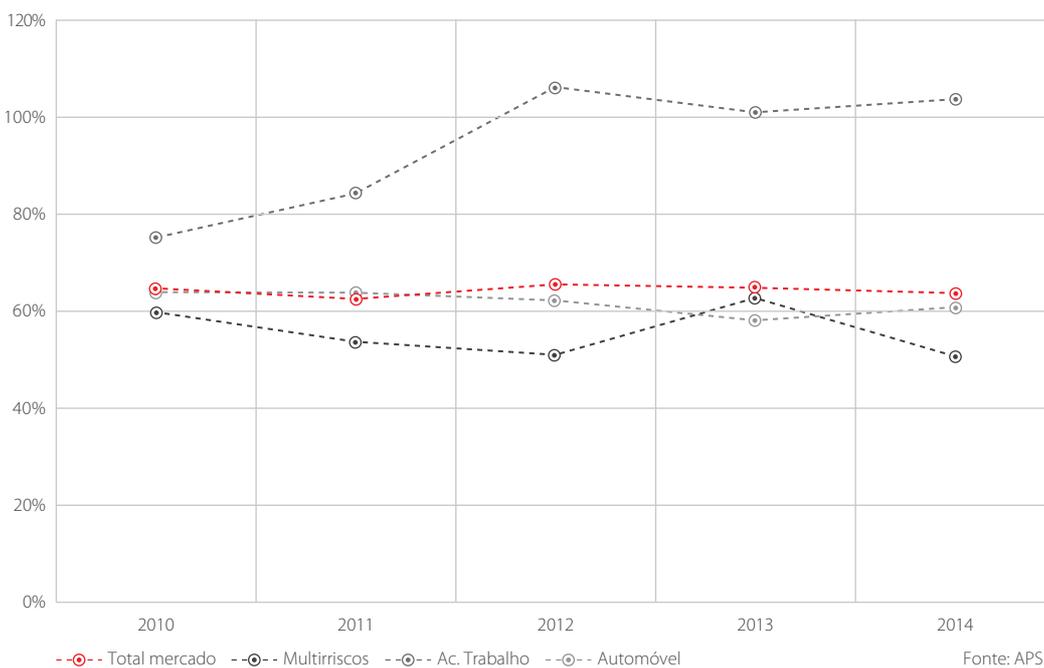
A taxa de sinistralidade da globalidade dos ramos Não Vida (sem incluir provisões complementares de IBNR/IBNER e gastos por natureza imputados à função sinistros) melhorou um ponto percentual em relação ao ano anterior, situando-se em 63,6% dos prémios emitidos.

Esta melhoria foi conseguida à custa da recuperação dos ramos Multiriscos, menos fustigados pelas tempestades de inverno do que no ano anterior, já que nos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho se verificou, em ambos, um agravamento de 2,7 pontos percentuais. No caso do ramo Automóvel, tal poderá estar relacionado com o mau desempenho generalizado no mês de janeiro, bem



como com o aumento da circulação associado à pequena retoma económica. Em relação a Acidentes de Trabalho, a explicação radica certamente na insuficiência de prémios para fazer face às responsabilidades assumidas pelas seguradoras que tem sido responsável pelo desequilíbrio técnico e que tarda em ser corrigido.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE SINISTRALIDADE NÃO VIDA (S/ PRÉMIOS EMITIDOS)



Nota: Sinistralidade não inclui provisões complementares para IBNR/IBNER, nem gastos por natureza imputados à função sinistros.

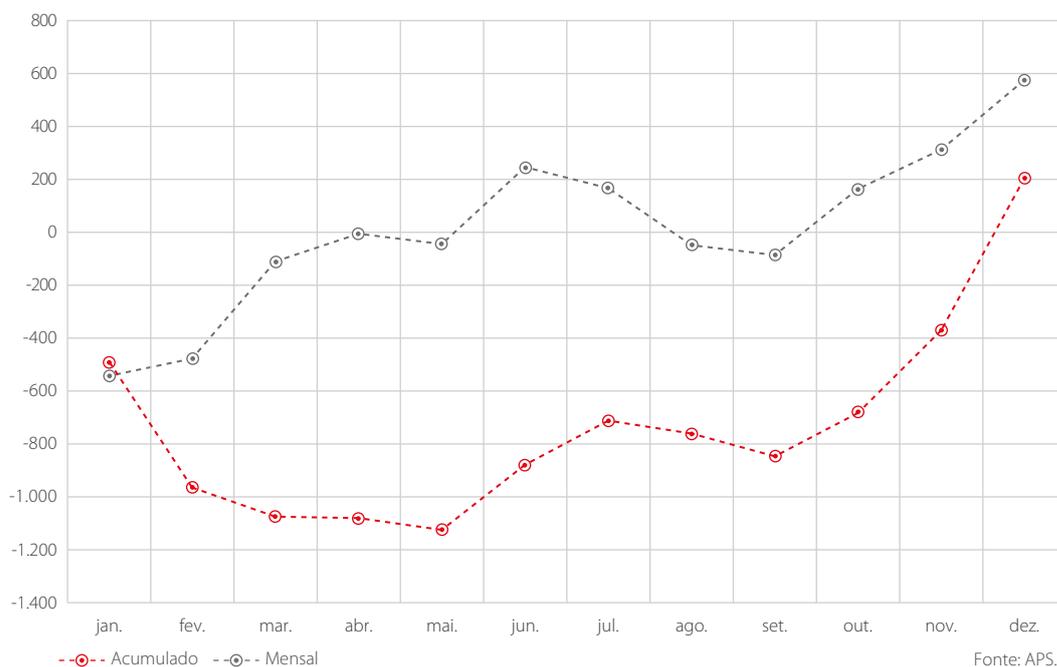
No ramo Vida, a sinistralidade dos produtos de Risco manteve um comportamento consistente com o histórico, situando-se nos 41,5% dos prémios emitidos, uma redução de 1,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior, sendo o comportamento ainda mais favorável no caso específico dos produtos de Risco Puro, em que atingiu 33,3% e apresentou uma redução aproximada de três pontos.

2.3. FLUXO TÉCNICO DO RAMO VIDA

Uma vez que o ramo Vida assenta o seu volume de negócios em produtos de poupança, maioritariamente de entregas únicas, isto é, em que o prémio é apenas contabilizado num exercício económico enquanto a responsabilidade permanece no passivo da seguradora até ao vencimento contratualizado ou até ao resgate antecipado por solicitação dos clientes, a evolução do fluxo técnico assume bastante importância, pois indica se aumentam ou não as responsabilidades sob gestão, o mesmo é dizer, se aumenta ou não a base de rendimento que contribui para os resultados de exploração técnica.

Apesar de ter terminado em terreno positivo, indiciando um bom desempenho, a verdade é que o comportamento deste indicador não foi consistente ao longo do ano, tendo permanecido negativo em grande parte dos meses, só conseguindo recuperar graças ao desempenho no último trimestre, refletindo a tendência já habitual de concentração de vendas neste período.

EVOLUÇÃO DO FLUXO TÉCNICO DO RAMO VIDA 2014 (MILHÕES €)



2.4. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Tendo por base a última informação disponibilizada pela Associação Portuguesa de Seguradores, ao fecho do terceiro trimestre, que não deverá ter variado significativamente até final do ano, a taxa de cobertura dos passivos observou uma melhoria tanto no ramo Vida como em Não Vida, situando-se no cômputo global em 107% frente aos 103% em igual período do ano anterior, para tal tendo contribuído especialmente a valorização dos ativos em reflexo da recuperação dos mercados financeiros.

No ramo Vida, em que os compromissos de rentabilidade assumidos com os tomadores exigem uma política mais estável, o padrão de distribuição dos investimentos manteve-se praticamente inalterado em relação ao fecho do ano 2013.

Assim, os instrumentos de rendimento fixo continuaram a representar cerca de 73% do total, embora se tenha verificado um reforço da dívida pública em detrimento da dívida privada. Os restantes tipos de ativos têm um peso individual relativamente pequeno, alguns mesmo residual e não sofreram grandes alterações.

Em relação aos ramos Não Vida, em que a componente financeira assume um papel complementar à exploração técnica pura, ainda que os títulos de rendimento fixo também representem a maior parcela dos investimentos, os de rendimento variável já assumem uma representatividade mais notória e reforçaram-na nos primeiros nove meses do ano.

Este movimento, que pode ter acontecido em reação à baixa continuada das taxas de juro dos títulos de dívida ocorrida ao longo do ano 2014, levou a um decréscimo do peso dos títulos de rendimento fixo, de 57% para 51% (tanto em dívida pública como privada) e dos depósitos de 8% para 5%, ao passo que os investimentos em ações subiram de 6% para 13%.

2.5. RESULTADOS

Embora ainda não estejam disponíveis os dados definitivos dos resultados de exploração, a diminuição dos resultados do setor segurador no ano 2014 é já um dado adquirido.

Logo em julho, os dados disponibilizados pela Associação Portuguesa de Seguradores referentes ao fecho do primeiro semestre evidenciavam um resultado líquido de 270 milhões de euros, correspondente a uma redução de 41% frente aos 455 milhões conseguidos em igual período do ano anterior.

Mais recentemente, também a estimativa preliminar publicada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) evidencia uma tendência semelhante ao apontar para um resultado de encerramento do exercício ainda mais baixo do que o do semestre, na ordem dos 155 milhões de euros que, a confirmar-se, significa uma queda de aproximadamente 77% em relação a 2013.

De acordo com a informação prestada pela ASF, tiveram influência nesta redução os ganhos extraordinários decorrentes de vendas antecipadas de carteira do ramo Vida por parte de algumas seguradoras no ano 2013 e alguns ajustamentos técnicos impostos por aquela entidade e a queda do universo empresarial Espírito Santo, que teve impactos muito significativos na seguradora do Grupo.

2.6. SOLVÊNCIA

As variações no valor de uma grande parte dos ativos financeiros detidos pelas seguradoras refletem-se no Balanço na rubrica de Capitais Próprios em decorrência da classificação adotada com base nas Normas Internacionais de Contabilidade.

Desta forma, tendo havido um acentuar da recuperação dos mercados financeiros ao longo do ano, é expectável um efeito positivo sobre os Capitais Próprios das seguradoras.

Não obstante, as responsabilidades a cobrir deverão também subir, de modo que o efeito final na cobertura da Margem de Solvência não deve ser muito significativo. De facto, é nesse sentido que aponta a estimativa da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, que prevê uma taxa de cobertura de 212%, apenas mais dois pontos percentuais do que no ano anterior.

3. A ATIVIDADE DA MAPFRE

3.1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA

Toda a organização, sem exceção, se viu envolvida na implementação do plano de negócio que foi definido e aprovado no final do ano 2013.

Através deste plano, sustentado em cinco pilares – Crescimento, Desenvolvimento Humano, Valor para os Clientes, Marca, Eficiência e Inovação – pretende-se reforçar o posicionamento da MAPFRE no mercado português, assegurando, em simultâneo, uma rentabilidade adequada a médio prazo.

De acordo com a calendarização das ações a levar a cabo, os primeiros anos são destinados à implementação de ações estruturais de reforço da atividade, nomeadamente ao nível do crescimento da rede de distribuição e da eficiência de processos, como condição indispensável para conseguir atingir mais adiante os objetivos quantitativos propostos.

Por isso, 2014 foi um ano de intensa e diversificada atividade.

Só ao nível de projetos com envolvimento tecnológico, demandados pelas diversas áreas funcionais, tendentes a aumentar a eficiência e o leque de serviços oferecidos aos clientes e à rede de distribuição, foram lançados 33, tendo-se concluído cerca de 2/3.

Uma das vertentes que mereceu uma atenção especial foi a da comunicação, sob a responsabilidade direta do Serviço de Estudos de Mercado e Comunicação, tendo sido objeto de um plano específico de investimento sem precedentes no histórico da MAPFRE em Portugal, envolvendo a televisão, rádio, imprensa escrita e *outdoors*, o qual, ainda que de forma não exclusiva, se centrou na divulgação e criação da marca. Este Serviço patrocinou ainda a implementação de um projeto de venda digital, que representou os primeiros passos no desenvolvimento da estratégia prevista para este canal.

A Área Comercial, nesta fase, dedicou uma parte bastante relevante da sua atividade à implementação de novos métodos de trabalho com o objetivo de potenciar o aumento de produtividade dos colaboradores comerciais, introduzindo, nomeadamente, o manual de atuação comercial e uma nova ferramenta *web* de orientação da atividade – a Agenda Comercial. Além disso, consolidou as alterações organizativas que tinha definido ainda no final do ano anterior e implementou os diversos programas de reforço de captação e desenvolvimento de mediadores, culminando com a abertura de 24 novos pontos de venda com a imagem MAPFRE.

A Unidade de Negócio Vida, que garante a definição das condições de subscrição e a disponibilidade dos produtos mais adequados às necessidades dos clientes, teve a oportunidade de consolidar a estrutura organizacional que tinha começado a implementar na parte final do ano anterior. Dessa estrutura derivou um foco mais especializado, donde resultaram 15 novos produtos, abrangendo tanto os segmentos de risco como de poupança, que deram uma ampla resposta às demandas e desempenharam um papel-chave na consecução dos objetivos de vendas.

Do ponto de vista tecnológico, de entre as ações levadas a cabo pelo Serviço de Tecnologias, além da participação ativa nos já aludidos projetos de desenvolvimento funcional, destaca-se a migração dos servidores para o novo Centro de Processamento de Dados, uma infraestrutura de última geração situada em Alcalá de Henares (Espanha) e dimensionada para servir as diversas operações da MAPFRE no mundo. Importa também referenciar a modernização das soluções de comunicações de voz e dados, implementada com o objetivo de suportar o crescimento de negócio esperado para o futuro.

O Centro de Operações continuou a contribuir com a reconhecida excelência dos seus serviços no atendimento telefónico dos clientes e sinistrados e a suportar a realização de uma série de tarefas e fluxos indispensáveis ao bom funcionamento operacional da Companhia. Dedicou ainda uma parte importante dos seus esforços a campanhas *outbound* de venda, tendo conseguido um sucesso assinalável.

Sob a responsabilidade da Área Financeira, implementou-se no terreno, em lojas piloto antes de alargar a toda a Companhia durante o ano 2015, o novo processo de gestão de recibos que tinha sido desenvolvido no ano anterior. Numa vertente de eficiência de índole mais interna, reformulou o processo de contabilização de comissões, alinhando-o com práticas recomendadas internacionalmente e tornando-o mais eficiente e robusto.

A Gestão de Risco e Controlo Interno continuou a assegurar o funcionamento dos mecanismos inerentes ao caminho para a implementação do Solvência II. Nesse âmbito, coordenou a participação no exercício de *stress test* promovido pelo supervisor, bem como os trabalhos de adaptação ao novo sistema de reporte do Solvência II e na elaboração do relatório *Forward Looking Assessment of Own Risks* (FLAOR). Patrocinou ainda a reformulação do processo de implementação de produtos, no sentido de incorporar uma adequada avaliação do risco associado e o seu impacto patrimonial.

A Unidade de Auditoria Interna assegurou o papel de terceira linha de defesa que lhe está acometido no âmbito do mecanismo de gestão de riscos, executando o Plano de Auditoria Interna definido, através da realização de 17 auditorias em 18 previstas, das quais resultaram 6 recomendações de implementação classificadas com grau crítico e 63 com grau médio. Durante o ano, a organização procedeu à implementação efetiva de 56 recomendações, correspondendo a uma percentagem média acumulada ao longo dos anos de 79,2%.

Para levar a cabo toda esta atividade, contamos com um quadro de 58 colaboradores com uma média de idades de 41 anos e uma antiguidade de 13 anos. A igualdade de género é algo que tem vindo a ser potenciado ao longo dos anos, pelo que, em consequência, se verifica uma distribuição muito equilibrada entre homens e mulheres, com 55% e 45%, respetivamente. Cerca de 45% possuem um grau de qualificação académica igual ou superior à licenciatura. Para complementar a formação de base académica, investiram-se 2.645 horas em formação profissional interna e externa, correspondente a uma média superior a 45 horas por colaborador, o volume mais alto de sempre da MAPFRE em Portugal, revelador da importância atribuída à qualificação das pessoas.

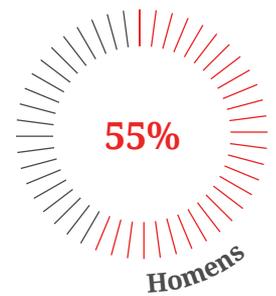
Ainda a propósito da aposta no desenvolvimento dos recursos, o Serviço de Recursos Humanos levou a cabo em 2014 a reestruturação da árvore de funções, em alinhamento com a política corporativa do Grupo e como primeiro passo para a implementação de uma eficaz gestão de carreiras.

Fazendo jus aos princípios inerentes à raiz mutualista do Grupo MAPFRE, um ano mais, verificou-se o envolvimento em diversas atividades de Responsabilidade Social através da Fundação MAPFRE. Destacam-se neste âmbito a já tradicional Caravana de Educação Rodoviária, na qual participaram centenas de crianças em idade escolar, a organização de vários seminários ligados à Prevenção e Segurança Laboral, o patrocínio cultural à elaboração da coleção *História Contemporânea de Portugal* e a dinamização de ações de apoio social, cujos pontos mais altos foram a criação da Bolsa de Manuais Escolares, em colaboração com o Ministério da Educação e Ciência, que envolveu o apoio a 368 alunos carenciados, e a inauguração da Casa de Repouso do Pousal, resultante de uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que se vem cimentando há alguns anos.

Antes de terminar esta abordagem aos aspetos qualitativos, não podemos deixar de fazer referência à eleição da MAPFRE Seguros de Vida pela revista *Exame* como a melhor seguradora de Vida na ca-

Quadro de colaboradores

A MAPFRE Seguros de Vida conta com 58 colaboradores com uma média de idades de 41 anos e uma antiguidade de 13 anos.



tegoria de Pequenas e Médias Seguradoras, com base no seu desempenho no ano 2013. Tratando-se de um *ranking* que goza já de um inegável prestígio em Portugal, foi com muita satisfação que recebemos este reconhecimento pelo trabalho realizado nos últimos anos que, certamente, contribuirá para a notoriedade da Companhia e constituirá um fator de motivação adicional para todos os colaboradores.

3.2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA

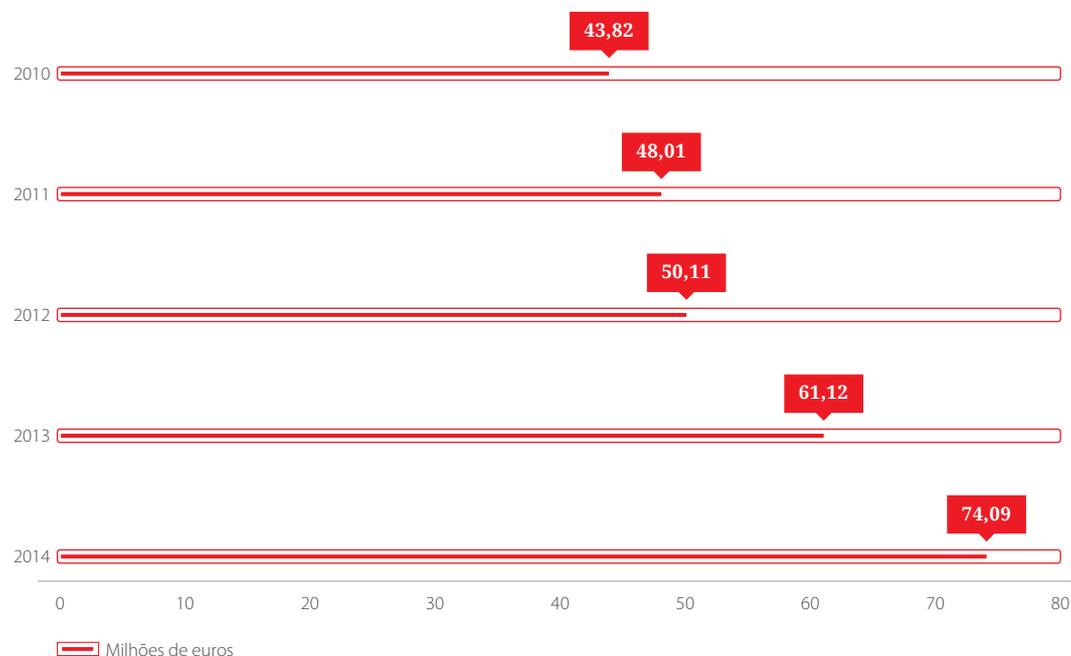
Os dados quantitativos a que faremos referência neste capítulo foram selecionados tendo por base a sua relevância imediata para a compreensão da evolução do negócio numa perspetiva de alto nível. Para um conhecimento mais pormenorizado e aprofundado, sempre se poderá recorrer às Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas que, tal como este Relatório de Gestão, integram o dossiê global de prestação de contas do exercício.

3.2.1. Vendas

Em resultado da dinâmica comercial implementada, o volume de vendas (prémios emitidos e entregas para contratos de investimento) incrementou-se, atingindo os 74,09 milhões de euros, praticamente 13 milhões mais do que no ano anterior, o que corresponde a um crescimento de 21%, superando amplamente os objetivos definidos no plano de negócio.

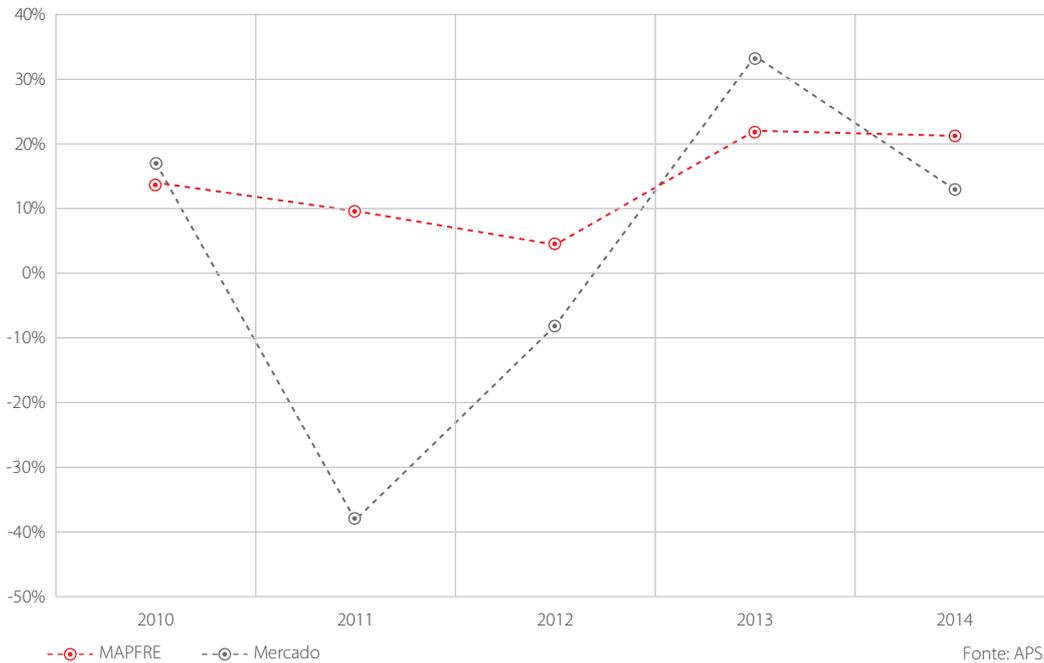
De relevar que se tratou do quinto ano consecutivo de crescimento, representando a cifra agora atingida um incremento de quase 70% quando comparada com o nível de vendas de há quatro anos atrás.

VOLUME DE VENDAS VIDA DA MAPFRE



Assim, a taxa de crescimento voltou a ser superior à do mercado, facto que teve imediata consequência num ganho de quota, tal como era objetivo, permitindo afirmar que o ano 2014 ficou marcado por um evidente sucesso.

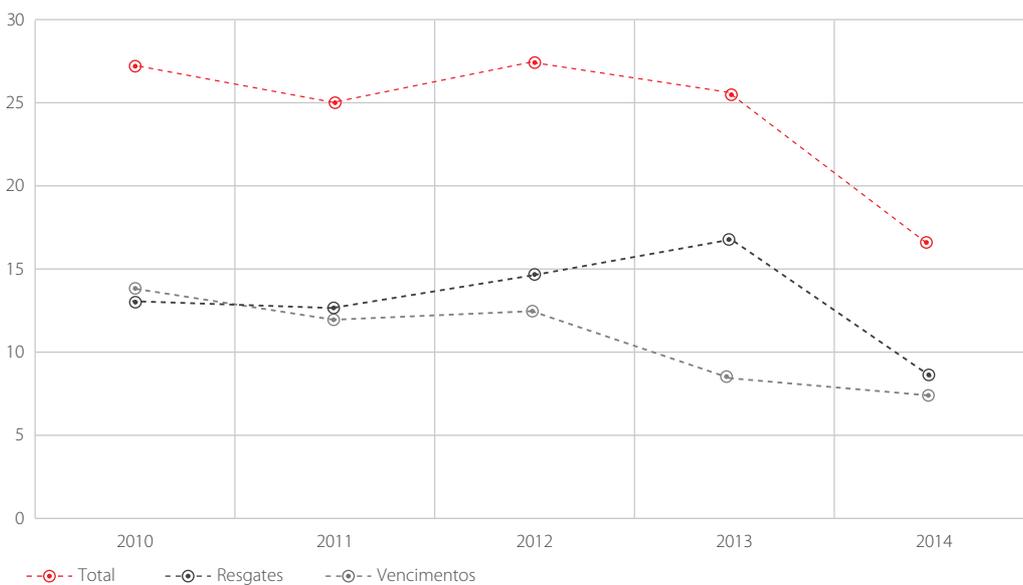
TAXA DE CRESCIMENTO VENDAS VIDA



3.2.2. Fluxo Técnico

Após dois anos de aumento da percentagem de resgates, inegavelmente associados às dificuldades económicas que se viveram no nosso país, no ano 2014 verificou-se uma queda acentuada para um nível nunca antes atingido.

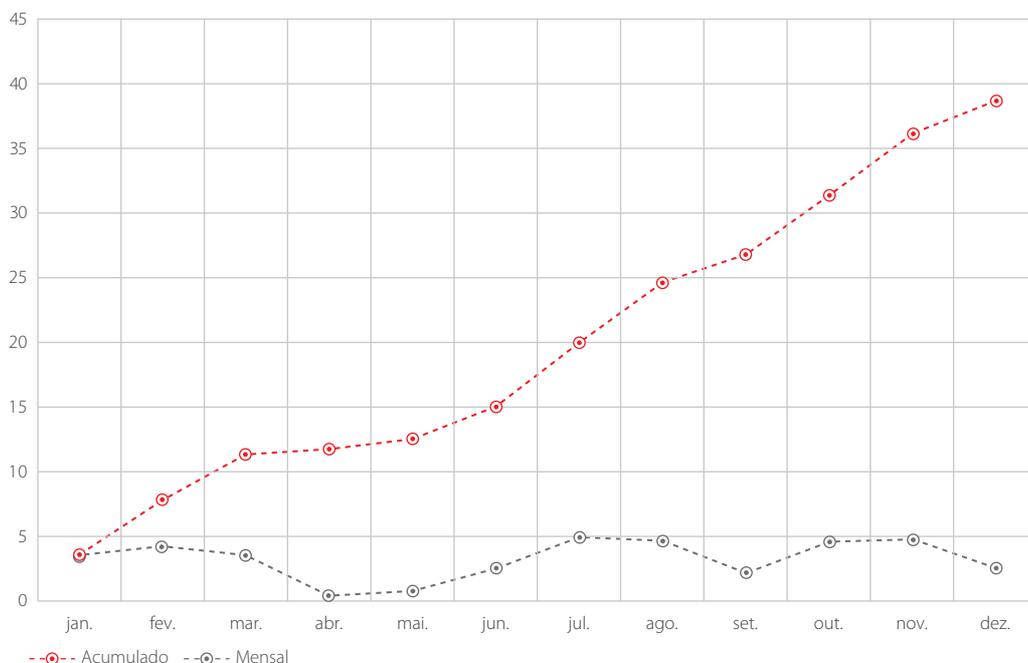
EVOLUÇÃO DOS RESGATES E VENCIMENTOS (% SOBRE PROVISÕES MATEMÁTICAS)



Este comportamento dos resgates, acompanhado de novo abrandamento dos vencimentos, aos quais se associou o ótimo desempenho nas vendas já referenciado, teve como consequência um aumento importante do fluxo técnico, que se manteve consistentemente em terreno positivo ao longo do ano, crescendo gradualmente.

Queremos realçar este feito na medida em que constitui um fator de enorme importância na geração de rendimentos futuros, contribuindo assim para os resultados de exploração técnica, tal como tivemos oportunidade de comentar ao abordar a caracterização do mercado.

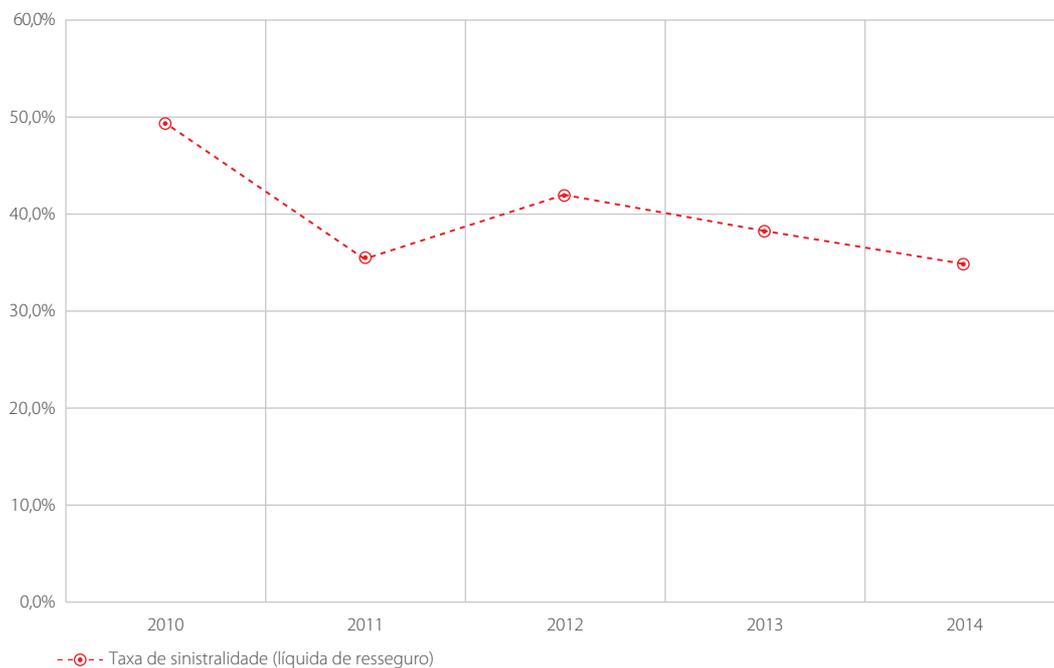
EVOLUÇÃO DO FLUXO TÉCNICO DA MAPFRE 2014 (MILHÕES €)



3.2.3. Sinistralidade Risco

A taxa de sinistralidade dos produtos de Risco (líquida de resseguro) evoluiu favoravelmente, voltando a melhorar, o que aconteceu pelo terceiro ano consecutivo, situando-se agora nos 34,8%, uma percentagem sensivelmente em linha com o mercado.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE SINISTRALIDADE VIDA RISCO



3.2.4. Investimentos

A Política de Investimentos continuou a estar subordinada aos princípios de prudência desde sempre adotados pela MAPFRE.

Por isso, a estrutura da carteira de ativos, cujo montante médio ascendeu a 226,5 milhões de euros, não sofreu alterações relevantes em relação aos anos precedentes, continuando a privilegiar os títulos de rendimento fixo, com uma representatividade em torno dos 95%, assegurando, simultaneamente, uma adequada diversificação, tanto em termos de entidades emissoras públicas e privadas, como de setores de atividade e geografias.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Tipo de investimento	2010	2011	2012	2013	2014
Bens materiais	0%	0%	0%	0%	0%
Ações e fundos de investimento	5%	4%	4%	3%	2%
Títulos de rendimento fixo	92%	94%	94%	95%	96%
Depósitos a prazo	0%	0%	0%	0%	0%
Depósitos à ordem	2%	2%	2%	2%	1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Investimento médio.

Num contexto de descida continuada das taxas de juro como aquele que se verificou ao longo do ano 2014, a taxa de rentabilidade média diminuiu ligeiramente para 4,1% (foi de 4,3% no ano anterior).

Uma vez que existe uma gestão permanente de ALM (Asset Liability Management), esta descida da taxa encontra paralelo nas responsabilidades cobertas, adequando-se a estas, pelo que não acarreta qualquer risco associado.

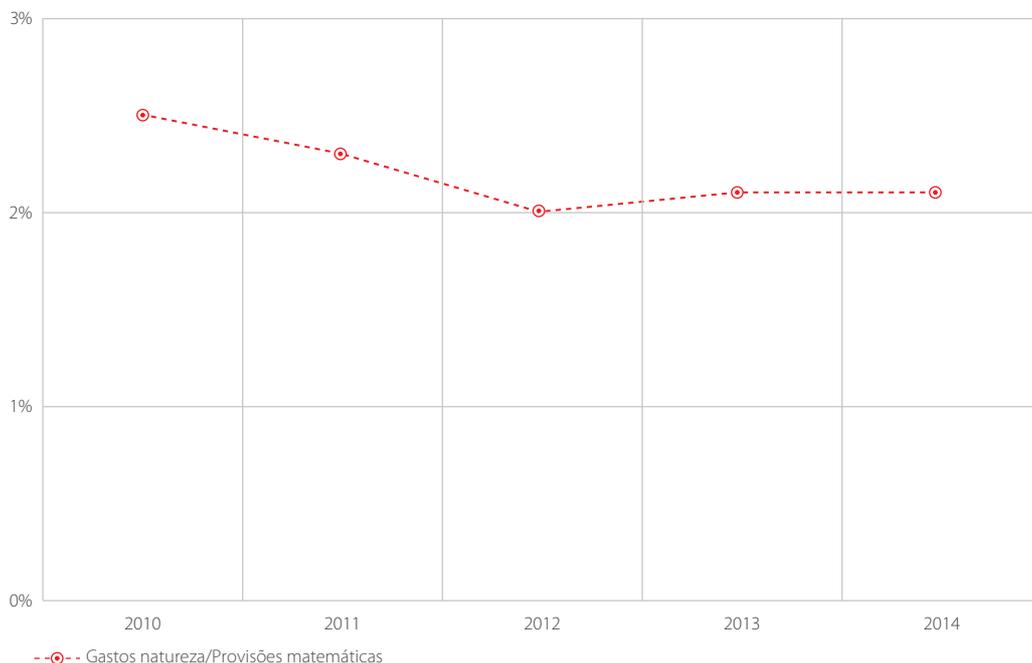
Por outro lado, de forma a aproveitar este movimento de descida das taxas de juro, que nos títulos de dívida equivale a uma valorização da carteira, decidiu-se efetuar uma realização de mais-valias por um valor aproximado de 1,5 milhões de euros a partir da carteira livre, isto é, não afeta à cobertura de responsabilidades.

3.2.5. Gastos de gestão

A evolução dos gastos foi condicionada pelos investimentos previstos no plano de negócio, com o objetivo de dotar a Companhia das bases humana e material indispensáveis à consecução dos objetivos de crescimento futuro.

Não obstante estes investimentos terem sido intensificados em 2014, foi possível conter o rácio sobre provisões matemáticas, uma vez que estas também aumentaram, conforme demonstra a evolução do fluxo técnico aludida anteriormente.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR NATUREZA



3.2.6. Resultados

Em função do comportamento das diversas variáveis que compõem a conta de perdas e ganhos, em especial as mencionadas nos comentários anteriores, o resultado líquido ascendeu a sensivelmente 1,5 milhões de euros, mais do dobro do ano anterior e bastante melhor do que o resultado negativo previsto no plano de negócio estabelecido para o triénio 2014-2016.

3.2.7. Solvência e Representação das Provisões Técnicas

No ano 2014, beneficiando principalmente do reforço dos Capitais Próprios por via da valorização dos ativos financeiros, o rácio de cobertura da Margem de Solvência atingiu os 350%, correspondente a um crescimento bastante significativo de 110 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

No mesmo sentido evoluiu a taxa de cobertura das provisões técnicas. Com efeito, o aumento do valor dos ativos afetos mais do que proporcional ao aumento do valor das provisões técnicas permitiu passar de uma taxa de 110% no ano 2013 para 115% este ano.

Desta forma, além de poder contar a forte capitalização do seu acionista único, a MAPFRE Seguros de Vida reforçou as condições para enfrentar os desafios inerentes ao novo regime de Solvência II.

3.3. MODELO DE GOVERNO

Atenta às exigências legais impostas pelo Código das Sociedades Comerciais, na revisão de 2006, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, do Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, da Norma Regulamentar n.º 5/2010, de 1 de abril, e da Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal, a estrutura de administração e fiscalização da MAPFRE Seguros de Vida compreende os seguintes órgãos:

» Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;

- » Conselho de Administração – composto por quatro a dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente;
- » Conselho Fiscal – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;
- » Revisor Oficial de Contas – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da Sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da Sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da Sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do Conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre.

3.4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

O Código de Bom Governo do Grupo MAPFRE, com data de 2008, prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE, S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com caráter geral para o pessoal da entidade.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., dos quatro membros que o integram, excetuando o seu Presidente, que apenas auferem remuneração como Administrador-Delegado da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., três são trabalhadores dependentes desta Sociedade, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

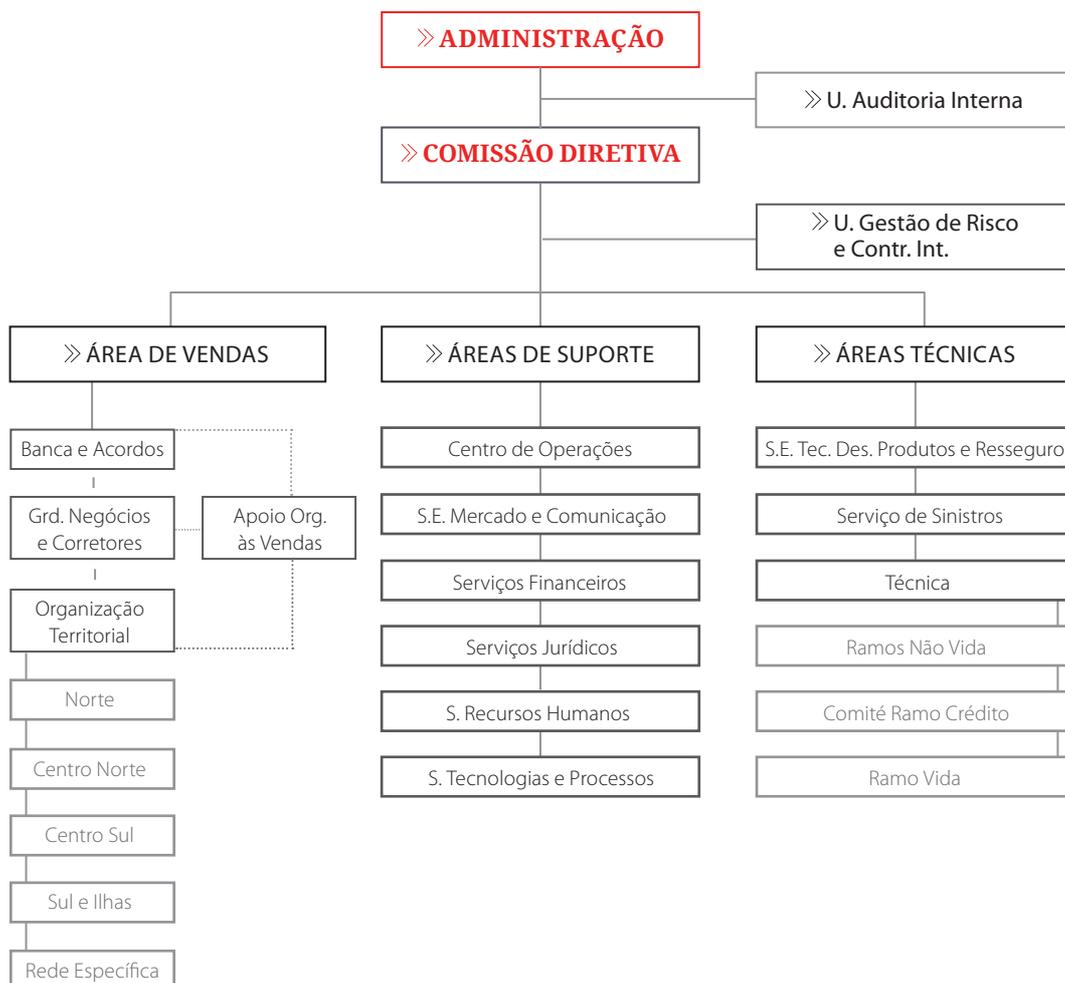
No Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na Sociedade MAPFRE Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta Sociedade, e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

3.5. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da MAPFRE Seguros de Vida é de 21.000.000 €, constituído por 4.200.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros, cada uma, integralmente detidas pela acionista MAPFRE Seguros Gerais, S.A.

3.6. ESTRUTURA OPERATIVA

Manteve-se sem alterações significativas a estrutura operacional comum aos segmentos de negócio Vida e Não Vida, estabelecida há alguns anos na prossecução de uma estratégia de gestão integrada dos clientes e de obtenção de sinergias aos mais diversos níveis, de acordo com o organigrama seguinte:



4. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Após o primeiro ano de implementação do plano de negócio definido a médio prazo e num contexto de forte competitividade e de incerteza económica, surge a natural necessidade de realizar alguns ajustamentos no sentido de o alinhar com o contexto e assim garantir o seu sucesso, contudo sem se desviar das linhas mestras traçadas.

Com efeito, pretende-se manter as metas globais de reforço do posicionamento da MAPFRE no mercado português, através de ganhos de quota de mercado, acompanhado de medidas adequadas de exploração técnica e de racionalização de gastos, de forma a contribuir para a melhoria da rentabilidade.

Assim, continuaremos a dar uma ênfase especial na ampliação e dinamização da rede de distribuição, numa lógica multicanal, desde a distribuição tradicional através dos mediadores até à aposta nos novos canais digitais, em linha com a estratégia corporativa do Grupo MAPFRE.

Para responder a estes desafios, a Unidade de Negócio desenvolverá os produtos mais adequados a cada canal e a cada segmento de clientes. Em 2015, haverá, certamente, a possibilidade de dar continuidade à dinâmica de lançamento de produtos estabelecida em 2014.

Paralelamente, continuará o esforço de construção de marca, através de investimentos em campanhas publicitárias de notoriedade.

Está desde já garantida a dinamização da atividade das áreas de suporte, na medida em que se encontram elencados e priorizados cerca de quatro dezenas de projetos a desenvolver pelas áreas funcionais com o apoio imprescindível da área de tecnologias, os quais constituirão um pilar importante de sustentação do desenvolvimento do negócio.

Contando com uma equipa de recursos humanos amplamente motivada, totalmente identificada com os objetivos e valores da Companhia, já com provas dadas em outras ocasiões e em cuja formação continuaremos a apostar, estamos convictos de estar ao nosso alcance a consecução das metas a que nos propomos.



3 CONTAS ANUAIS 2014



Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2014			Exercício anterior (2013)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
	Ativo				
3.2.1.; 4.3.3.; 7.; 27.	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.580.055,65		1.580.055,65	7.735.593,92
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			0,00	0,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
3.2.2.; 6.	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.623.433,93		1.623.433,93	2.517.871,85
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
3.2.2.; 6.	Ativos financeiros disponíveis para venda	290.071.692,33		290.071.692,33	164.864.955,81
3.2.2.2.3.	Empréstimos concedidos e contas a receber	3.499.396,57	0,00	3.499.396,57	562.500,71
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos	3.000.775,00		3.000.775,00	562.500,71
	Contas a receber	498.621,57		498.621,57	0,00
	Outros			0,00	0,00
3.2.2.; 6.	Investimentos a deter até à maturidade	0,00		0,00	56.283.466,85
	Terrenos e edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de uso próprio			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de rendimento			0,00	0,00
3.2.3.; 8.	Outros ativos tangíveis	76.504,05	15.585,51	60.918,54	377,06
	Inventários			0,00	0,00
	Goodwill			0,00	0,00
3.2.4.; 10.	Outros ativos intangíveis	465.465,38	391.986,85	73.478,53	35.654,40
3.2.5.; 4.1. c); 4.3.2. c)	Provisões técnicas de resseguro cedido	1.215.978,08		1.215.978,08	993.066,43
	Ramo Vida				
	Provisão matemática			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	1.082.629,15		1.082.629,15	872.525,50
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Provisão para prémios não adquiridos	133.348,93		133.348,93	120.540,93
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
3.2.6.; 3.4.1.; 20.2.	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	16.693,70		16.693,70	16.223,38
3.2.7.	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.079.804,62	9.764,95	2.070.039,67	2.965.552,96
	Contas a receber por operações de seguro direto	1.481.948,94	9.501,99	1.472.446,95	2.469.911,41
4.3.2. c)	Contas a receber por operações de resseguro	0,00		0,00	0,00
	Contas a receber por outras operações	597.855,68	262,96	597.592,72	495.641,55
	Ativos por impostos e taxas	1.265.188,94		1.265.188,94	1.454.406,33
21.1.	Ativos por impostos correntes	1.265.188,94		1.265.188,94	25.319,37
3.2.15.2.; 21.2.	Ativos por impostos diferidos			0,00	1.429.086,96
3.2.11.	Acréscimos e diferimentos			0,00	0,00
	Outros elementos do ativo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
	Total ativo	301.894.213,25	417.337,31	301.476.875,94	237.429.669,70

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2014	Exercício anterior (2013)
Passivo e capital próprio			
Passivo			
3.2.8.; 4.1.b); 4.1.c)	Provisões técnicas	241.597.518,38	182.864.607,38
	Ramo Vida	241.597.518,38	182.864.607,38
3.2.8.1.; 4.5.	Provisão matemática	216.344.838,79	165.939.930,56
3.2.8.2.; 4.5.	Provisão para sinistros	6.261.005,77	7.480.539,43
3.2.8.3.; 4.5.	Provisão para participação nos resultados	17.037.346,23	6.775.124,76
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	15.587.338,27	5.527.317,23
	Provisão para participação nos resultados atribuída	1.450.007,96	1.247.807,53
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
3.2.8.4.; 4.5.	Provisão para prémios não adquiridos	727.519,89	645.721,71
	Provisão para riscos em curso		
3.2.8.1.	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	1.226.807,70	2.023.290,92
	Outras provisões técnicas		
3.2.9.; 5.; 12.2.	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	17.202.444,71	28.195.333,05
	Outros passivos financeiros	0,00	0,00
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
3.2.6.; 3.4.1.; 20.2.	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	14.294,54	16.893,44
3.2.10.	Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.364.721,44	3.398.297,44
	Contas a pagar por operações de seguro direto	271.267,76	1.025.594,10
4.3.2. c)	Contas a pagar por operações de resseguro	6.507,12	76.923,11
	Contas a pagar por outras operações	1.086.946,56	2.295.780,23
	Passivos por impostos	5.009.619,49	1.665.001,54
3.2.15.1.; 21.1.	Passivos por impostos correntes	1.300.399,10	337.647,87
3.2.15.2.; 21.2.	Passivos por impostos diferidos	3.709.220,39	1.327.353,67
3.2.11.	Acréscimos e diferimentos	1.122.005,80	1.106.302,43
3.2.12.; 11.	Outras provisões		
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	Total passivo	266.310.604,36	217.246.435,28
Capital próprio			
22.	Capital (Ações próprias)	21.000.000,00	21.000.000,00
	Outros instrumentos de capital		
23.	Reservas de reavaliação	20.344.570,58	2.532.599,80
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	20.344.570,58	2.532.599,80
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
23.	Reserva por impostos diferidos	-3.709.220,39	101.733,29
23.	Outras reservas	-3.957.514,26	-4.194.356,29
	Resultados transitados	0,00	65.527,38
24.	Resultado do exercício	1.488.435,65	677.730,24
	Total capital próprio	35.166.271,58	20.183.234,42
	Total passivo e capital próprio	301.476.875,94	237.429.669,70

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2014			Exercício anterior (2013)	
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		Total
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	73.107.533,07	0,00		73.107.533,07	49.509.566,09
3.2.14.; 12.1.	Prémios brutos emitidos	73.959.134,61			73.959.134,61	50.266.994,96
3.2.14.	Prémios de resseguro cedido	777.511,18			777.511,18	747.463,76
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	89.944,81			89.944,81	8.272,56
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	15.854,45			15.854,45	-1.692,55
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	0,00			0,00	0,00
3.2.14.	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	26.856.835,80	0,00		26.856.835,80	32.458.305,39
	Montantes pagos	28.286.473,12	0,00		28.286.473,12	31.365.184,05
16.	Montantes brutos	28.509.708,77			28.509.708,77	31.628.177,64
	Parte dos resseguradores	223.235,65			223.235,65	262.993,59
	Provisão para sinistros (variação)	-1.429.637,32	0,00		-1.429.637,32	1.093.121,34
	Montante bruto	-1.219.533,66			-1.219.533,66	1.291.257,36
	Parte dos resseguradores	210.103,66			210.103,66	198.136,02
	Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)	49.837.277,69			49.837.277,69	23.321.095,81
	Montante bruto	49.837.277,69			49.837.277,69	23.321.095,81
	Parte dos resseguradores	0,00			0,00	0,00
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	769.830,97			769.830,97	1.247.777,94
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-796.483,22			-796.483,22	-4.057.447,77
	Custos e gastos de exploração líquidos	5.294.827,64	0,00		5.294.827,64	4.140.465,82
3.2.14.; 13.; 16.	Custos de aquisição	4.163.854,46			4.163.854,46	3.153.187,73
	Custos de aquisição diferidos (variação)	-8.146,63			-8.146,63	-17.457,63
16.	Gastos administrativos	1.174.584,65			1.174.584,65	1.046.963,19
3.2.14.	Comissões e participação nos resultados de resseguro	35.464,84			35.464,84	42.227,47
14.2.1.	Rendimentos	10.487.145,20	0,00	0,00	10.487.145,20	9.154.644,66
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	10.473.161,45			10.473.161,45	9.148.459,66
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros	13.983,75			13.983,75	6.185,00
14.2.2.	Gastos financeiros	1.470.460,94	0,00	0,00	1.470.460,94	1.374.600,70
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	680.005,19			680.005,19	248.857,38
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	559.588,32			559.588,32	916.894,55
16.	Outros	230.867,43			230.867,43	208.848,77

(Continua)

(Continuação)

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2014				Exercício anterior (2013)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
15.	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.508.691,49	0,00	0,00	1.508.691,49	669.653,66
	De ativos disponíveis para venda	1.508.691,49			1.508.691,49	669.653,66
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
15.	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	60.751,63	0,00	0,00	60.751,63	339.286,03
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	60.751,63			60.751,63	339.286,03
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	De ativos disponíveis para venda	0,00			0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	24.477,51			24.477,51	-141,20
11.	Outras provisões (variação)			-120.720,16	-120.720,16	3.267,79
	Outros rendimentos/gastos			202.299,57	202.299,57	-40.854,48
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado líquido antes de impostos	1.755.849,08	0,00	323.019,73	2.078.868,81	1.144.089,08
3.2.15.1.; 21.1.	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			590.433,16	590.433,16	410.341,99
3.2.15.2.; 21.2.	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos			0,00	0,00	56.016,85
	Resultado líquido do exercício	1.755.849,08	0,00	-267.413,43	1.488.435,65	677.730,24

Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados		
22.2.	Balanço em 31 de dezembro 2013 (balanço de abertura)	21.000.000,00	2.532.599,80	101.733,29	419.058,70	-4.613.414,99	65.527,38	677.730,24	20.183.234,42
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35								0,00
22.2.	Balanço de abertura alterado	21.000.000,00	2.532.599,80	101.733,29	419.058,70	-4.613.414,99	65.527,38	677.730,24	20.183.234,42
	Aumentos (reduções) de capital								0,00
	Transação de ações próprias								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos								0,00
23.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		17.811.970,78	-3.810.953,68					14.001.017,10
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis								0,00

(Continua)

(Continuação)

Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados		
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira								0,00
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio								0,00
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos								0,00
23.	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				67.773,02	609.957,22	-65.527,38	-677.730,24	-65.527,38
	Distribuição de reservas								0,00
	Distribuição de lucros (prejuízos)								0,00
	Alterações de estimativas contabilísticas								0,00
23.	Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio					-440.888,21			-440.888,21
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	17.811.970,78	-3.810.953,68	67.773,02	169.069,01	-65.527,38	-677.730,24	13.494.601,51
	Resultado líquido do exercício							1.488.435,65	1.488.435,65
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Balço em 31 de dezembro 2014	21.000.000,00	20.344.570,58	-3.709.220,39	486.831,72	-4.444.345,98	0,00	1.488.435,65	35.166.271,58

Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados		
22.2.	Balanço em 31 de dezembro 2012 (balanço de abertura)	17.500.000,00	-3.350.464,67	805.438,57	278.104,81	-4.908.544,74	32.763,69	1.409.538,87	11.766.836,53
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35								0,00
22.2.	Balanço de abertura alterado	17.500.000,00	-3.350.464,67	805.438,57	278.104,81	-4.908.544,74	32.763,69	1.409.538,87	11.766.836,53
	Aumentos (reduções) de capital	3.500.000,00							3.500.000,00
	Transação de ações próprias								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos								0,00
23.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		5.883.064,47	-703.705,28					5.179.359,19
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa								0,00

(Continua)

(Continuação)

Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas			
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira								0,00
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio								0,00
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos								0,00
23.	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				140.953,89	1.235.821,29	32.763,69	-1.409.538,87	0,00
	Distribuição de reservas								0,00
	Distribuição de lucros (prejuízos)								0,00
	Alterações de estimativas contabilísticas								0,00
23.	Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio					-940.691,54			-940.691,54
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								0,00
	Total das variações do capital próprio	3.500.000,00	5.883.064,47	-703.705,28	140.953,89	295.129,75	32.763,69	-1.409.538,87	7.738.667,65
	Resultado líquido do exercício							677.730,24	677.730,24
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Balço em 31 de dezembro 2013	21.000.000,00	2.532.599,80	101.733,29	419.058,70	-4.613.414,99	65.527,38	677.730,24	20.183.234,42

Euros

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2014	Exercício anterior (2013)
24; 25.	Resultado líquido do exercício	1.488.435,65	677.730,24
	Outro rendimento integral do exercício	17.751.219,15	5.543.778,44
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	17.811.970,78	5.883.064,47
15.	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	60.751,63	339.286,03
	Reconhecimento de impostos diferidos	-3.810.953,68	-703.705,28
	Total do rendimento integral líquido de impostos	15.428.701,12	5.517.803,40

4 NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS



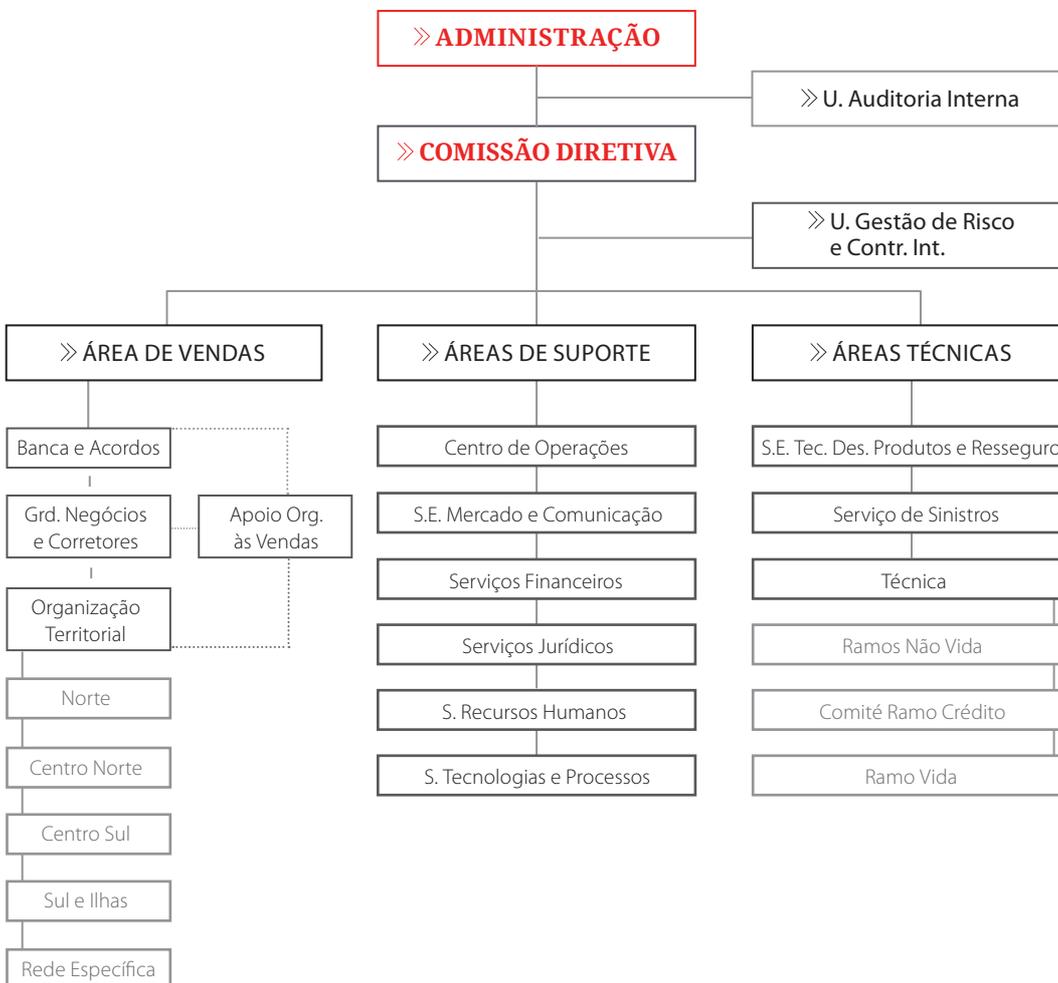
1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A. foi constituída por escritura em 12 de agosto de 2009, com o capital social de 7.500.000,000 euros, posteriormente ampliado para 21.000.000 €, detido na sua totalidade pela MAPFRE Seguros Gerais, S.A., formalmente constituída como seguradora através da Norma de Autorização n.º 1/2009-A do ISP.

Iniciou a atividade em 1 de janeiro de 2010 e adquiriu com efeito em 1 de janeiro de 2010, conforme escritura de cessão total, de 19 de julho de 2010, a carteira, os ativos e os passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Compañía de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, S.A.

A Sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa, na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama seguinte:



1.2. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A. explora a totalidade dos Seguros de Vida e Seguros Ligados a Fundos de Investimento, definidos no artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, e emitiu, no ano 2014, prémios de contratos de seguros no valor de 73,96 milhões de euros e contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no valor de 0,13 milhões de euros.

No relatório de gestão, elaborado pelos membros da Administração, foram abordadas as conjunturas económica e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2014, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano 2015, que continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

1.3. As demonstrações financeiras da Companhia reportam-se aos exercícios findos em 2013 e 2014 e foram preparadas com base no regime contabilístico aplicado às empresas de seguros estipulado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 22/2010-R, ambas do Instituto de Seguros de Portugal, exceto no que diz respeito à numeração das Notas, uma vez que foi atribuída uma numeração sequencial própria. Por não serem aplicáveis ou por irrelevância dos valores ou situações a reportar, algumas Notas não são referidas neste Anexo. O regime contabilístico aplicado acolheu, em termos genéricos, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, com exceção da IFRS 4, da qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguros os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudencial específica em vigor.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, estando, no entanto, pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Não obstante este facto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem qualquer alteração.

2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

2.1. Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Rendas, Risco, Mistos, Universal Life, Capitalização e PPR.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios de contratos de seguros e de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimentos apresentavam, no exercício de 2014 e no exercício anterior, a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Exercício de 2014						
Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR
Contratos de seguro	6%	5%	6%	1%	18%	64%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	0%	100%

Exercício de 2013						
Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR
Contratos de seguro	4%	7%	8%	3%	9%	69%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	0%	100%

2.2. Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia, para os exercícios de 2014 e 2013:

Exercício de 2014				
Conta de Ganhos e Perdas	Ramos Vida Global	Rendas, Risco, Mistos e U. Life	Capitalização	PPR
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	73.107.533,07	12.858.232,70	13.115.172,80	47.134.127,57
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos com sinistros líquidos de resseguro	26.856.835,80	8.320.603,95	5.317.584,78	13.218.647,07
Provisões matemáticas líquidas de resseguro	49.837.277,69	3.341.303,76	9.111.028,27	37.384.945,66
Participação nos resultados líquida de resseguro	769.830,97	185.597,24	0,00	584.233,73
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-796.483,22	0,00	-796.483,22	0,00
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	5.294.827,64	2.291.089,84	511.425,60	2.492.312,20
Rendimentos financeiros	10.487.145,20	2.761.835,09	1.226.489,71	6.498.820,40
Gastos financeiros	1.470.460,94	196.239,23	212.660,16	1.061.561,55
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.508.691,49	1.096.416,03	5.373,13	406.902,33
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	60.751,63	0,00	60.751,63	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos gastos técnicos líquidos de resseguro	24.477,51	11.620,25	1.910,04	10.947,22
Outras provisões (variação)	-120.720,16	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos/gastos	202.299,57	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	2.078.868,81	2.393.270,05	53.481,72	-690.902,69
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos correntes	590.433,16			
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos diferidos	0,00			
Resultado depois de impostos	1.488.435,65	2.393.270,05	53.481,72	-690.902,69

Euros

Euros				
Exercício de 2013				
Conta de Ganhos e Perdas	Ramos Vida Global	Rendas, Risco, Mistos e U. Life	Capitalização	PPR
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	49.509.566,09	10.151.425,36	4.664.085,64	34.694.055,09
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos com sinistros líquidos de resseguro	32.458.305,39	10.192.516,23	7.981.252,75	14.284.536,41
Provisões matemáticas líquidas de resseguro	23.321.095,81	-939.514,95	1.647.759,45	22.612.851,31
Participação nos resultados líquida de resseguro	1.247.777,94	211.410,56	4.210,65	1.032.156,73
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-4.057.447,77	0,00	-4.057.447,77	0,00
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	4.140.465,82	1.757.954,30	284.448,95	2.098.062,57
Rendimentos financeiros	9.154.644,66	2.799.394,76	893.342,20	5.461.907,70
Gastos financeiros	1.374.600,70	117.829,18	148.602,32	1.108.169,20
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	669.653,66	271.992,53	3.699,97	393.961,16
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	339.286,03	0,00	339.286,03	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos gastos técnicos líquidos de resseguro	-141,20	-101,05	-21,71	-18,44
Outras provisões (variação)	3.267,79	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos/gastos	-40.854,48	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	1.144.089,08	1.882.516,28	-108.434,22	-585.870,71
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos correntes	410.341,99			
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos diferidos	56.016,85			
Resultado depois de impostos	677.730,24	1.882.516,28	-108.434,22	-585.870,71

Nos exercícios de 2014 e de 2013, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

2.3. Não se apresenta o relato por segmentos das rubricas de balanço, dado que esta informação não é alvo de análise por parte da Companhia e, nesse sentido, não é regularmente preparada.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No exercício de 2014, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros, exceto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico exceto no que respeita aos ativos financeiros, que foram mensurados ao justo valor, pressupondo a continuação da atividade da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

3.2. BASES DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.2.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de alteração de valor onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

3.2.2. Instrumentos financeiros

3.2.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial de Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas", "Ativos financeiros disponíveis para venda", "Empréstimos concedidos e contas a receber" e em "Investimentos a deter até à maturidade".

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. Os custos diretamente imputados à transação são diretamente reconhecidos em resultados, na primeira categoria, e acrescidos ao valor do ativo nas restantes.

3.2.2.2. Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros

3.2.2.2.1. Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria de ativos diz respeito aos ativos irrevogavelmente classificados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos afetos a produtos em que o risco é suportado pelos tomadores de seguro estão considerados ao justo valor e classificados como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas.

A MAPFRE Seguros de Vida foi eleita pela revista *Exame* como a melhor seguradora de Vida na categoria de Pequenas e Médias Seguradoras.



3.2.2.2. Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica, instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação às necessidades de liquidez ou alterações da taxa de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não tenham sido classificados nas outras categorias de ativos financeiros. Incluem títulos de dívida, instrumentos de capital e investimentos em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de reavaliação" até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda".

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efe-

tiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" ou de "Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Outros rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda".

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.2.2.3. Empréstimos concedidos e contas a receber/outros depósitos

A carteira de ativos registada em “Empréstimos concedidos e contas a receber/Outros depósitos” é constituída por depósitos a prazo junto de entidades bancárias, a curto prazo, geralmente inferiores a 180 dias e “Empréstimos sobre apólices”.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente imputáveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

3.2.2.2.4. Investimentos a deter até à maturidade

São classificados nesta categoria os ativos sobre os quais existe uma intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até ao seu vencimento.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente valorizados pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses

reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de investimentos a deter até à maturidade”.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.2.2.5. Imparidade dos ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente, e por cada um dos ativos financeiros que fazem parte das demonstrações financeiras, testes de imparidade.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- » Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- » Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizado ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”.

A valorização é corrigida, com efeito, em resultado, quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- » Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- » Incumprimento dos termos contratuais;
- » Probabilidade manifesta de insolvência; e
- » Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- » Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- » Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- » A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- » O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A MAPFRE decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2014 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- » A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- » Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- » Não ser oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

3.2.3. Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis, exceto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

3.2.4. Outros ativos intangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição e as amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início

no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

3.2.5. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham na alínea 3.2.8. e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na nota 4.

3.2.6. Benefícios dos empregados

3.2.6.1. Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões

a) Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano todos os trabalhadores que aderiram ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 48.^a do referido Contrato, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

b) Plano de benefício definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012 e que, naquela data,

cumpriam as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho que esteve em vigor até aí.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados derivadas desse plano obedece ao estipulado na cláusula 56.^a do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/01/2012, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valoração atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 20.

Esse valor encontra-se garantido através de apólices cujos contratos foram efetuados na própria Companhia e consideradas não elegíveis nos termos da IAS 19. Em consequência, o valor atual das responsabilidades é refletido no passivo e o justo valor dos ativos é refletido no ativo.

Os ganhos e perdas decorrentes das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores reais, no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das apólices, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são anualmente reconhecidos em Outras Variações de Capital Próprio. De igual forma, o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos, é refletido na conta de ganhos e perdas do exercício.

3.2.6.2. Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes do n.º 2 da cláusula 41.^a do Contrato Coletivo de Trabalho da Ati-

Volume de vendas

+21 %

objetivos superados

vidade Seguradora em vigor desde 15/01/2012 são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

3.2.6.3. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

3.2.7. Outros devedores

A valorização destes ativos realiza-se ao custo histórico líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas do ISP sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

A imparidade, no que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma n.º 13/2000-R do ISP.

3.2.8. Provisões técnicas de seguro direto

3.2.8.1. Provisão matemática

A provisão matemática é calculada, apólice por apólice, segundo o método atuarial prospetivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, tem em consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições de cada um dos contratos.

A base de cálculo é o prémio de inventário correspondente ao exercício, constituído pelo prémio puro mais os encargos de gestão, ambos determinados utilizando as melhores estimativas de mortalidade, rendimentos dos investimentos e gastos de gestão no momento da emissão dos contratos. Estas bases técnicas são divulgadas nos prospetos dos produtos e mantêm-se inalteráveis durante todo o período de vigência do contrato.

Os cálculos da provisão matemática são efetuados com base em pressupostos atuariais aprovados pelo Instituto de Seguros de Portugal.

3.2.8.2. Provisão para sinistros

3.2.8.2.1. Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Esta provisão corresponde ao valor dos sinistros ocorridos e ainda por liquidar. Estão incluídos nesta provisão, nomeadamente, os valores correspondentes aos vencimentos de contratos já vencidos mas não liquidados e aos sinistros de morte ou invalidez, enquanto decorre a tramitação processual do sinistro.

3.2.8.2.2. Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

Nesta rubrica é registado o valor das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos mas não declarados à data de encerramento das contas.

3.2.8.3. Provisão para participação nos resultados

3.2.8.3.1. Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, para distribuição posterior.

3.2.8.3.2. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato.

3.2.8.4. Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão é apurada de acordo com o método *pro rata temporis* e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da

especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

3.2.8.5. Provisão técnica relativa a seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro

As provisões dos seguros de Vida em que contratualmente se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

3.2.9. Passivos financeiros

A única classe de passivo financeiro registado nesta rubrica é relativa à componente de depósito de contratos de seguros que não estão no âmbito da IFRS 4. Esta componente de depósito é contabilizada como contrato de investimento de acordo com a IAS 39 e encontra-se valorizada ao custo amortizado.

3.2.10. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

3.2.11. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico, segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas terão lugar em exercícios posteriores.

3.2.12. Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.2.13. Imputação de gastos por funções e por segmentos

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na nota 16 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações

3.2.14. Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os prémios de contratos anuais renováveis de Vida são reconhecidos como ingresso durante o período de vigência dos mesmos, em função do tempo decorrido. A periodização dos prémios é efetuada através da constituição da provisão para prémios não adquiridos.

Os prémios de Vida a longo prazo, tanto os prémios únicos como os periódicos, são reconhecidos quando surge o direito da cobrança por parte da Companhia.

Os prêmios correspondentes ao resseguro cedido são registados em função dos contratos de resseguro subscritos e com os mesmos critérios utilizados para o seguro direto.

As comissões, tanto de seguro direto como resseguro cedido, acompanham a contabilização dos prêmios.

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos nas alíneas 3.1.8.2. e 3.2.5. anteriores, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

3.2.15. Impostos

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda ou terrenos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

3.2.15.1. Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de interpretações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, a Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.2.15.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em pe-

ríodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados ativos por impostos diferidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

3.2.16. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

3.2.17. Classificação de produtos

A Companhia emite contratos com risco de seguro e/ou risco financeiro. A classificação dos contratos tem por base o estipulado na IFRS 4,



ou seja, existência de transferência de risco do segurado para a seguradora e de participação nos resultados discricionária.

Nos produtos em que são observadas as condições acima descritas, os prémios brutos emitidos relativos a esses contratos são registados como proveito na conta de ganhos e perdas, na rubrica "Prémios brutos emitidos", tendo em conta o princípio da especialização dos exercícios, através da contabilização dos prémios diferidos na rubrica "Provisão para prémios não adquiridos (variação)".

Nos restantes produtos, os valores entregues assumem a forma de uma responsabilidade financeira e são registados no passivo, na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento". São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado.

3.2.18. Resseguro

Os valores provenientes da aplicação dos contratos de resseguro são registados de acordo com a sua natureza, conforme o estipulado no "Plano de contas para as empresas de seguros".

3.2.19. Participação nos resultados

A participação nos resultados atribuída é calculada de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade e registada no passivo na rubrica "Provisão para participação nos resultados atribuída". Normalmente, é distribuída no início do exercício seguinte por incorporação nas provisões matemáticas, dos contratos em vigor em 31 de dezembro do exercício anterior.

A participação nos resultados a atribuir refere-se aos ganhos e perdas potenciais dos ativos financeiros afetos aos fundos autónomos pertencentes a cada modalidade ou grupos de modalidades, desde que esses ganhos e perdas sejam positivos. O cálculo é efetuado como o descrito

no parágrafo anterior e o seu valor registado no passivo, na rubrica “Provisão para participação nos resultados a atribuir”.

3.3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício de 2014, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

3.4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2014

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014. Na Nota 30 encontram-se sumarizadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2014.

3.5. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPETOS DE JULGAMENTOS MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas descritas é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem:

3.5.1. Benefícios dos empregados

Conforme descrito na alínea 3.2.6.1. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego – planos de benefício definido – são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

3.5.2. Determinação das responsabilidades por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com

base nas metodologias e pressupostos descritos nas alíneas 3.2.8. e 3.2.9. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 4.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa, nesta data, das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

3.5.3. Perdas por imparidade de determinados ativos

A Companhia reconhece as perdas por imparidade dos seus ativos, nomeadamente no que respeita aos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, de acordo com as suas melhores estimativas. Contudo, poderão vir efetivamente a verificar-se valores diferentes dos reconhecidos contabilisticamente.

3.5.4. Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- » As quantias dos componentes dos resultados líquidos do exercício não coincidam com as correspondentes quantias relevantes para determinação do imposto liquidado com referência ao período e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – determinantes tanto de passivos por impostos diferidos como de ativos por impostos diferidos;
- » Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos; e
- » As variações de justo valor, geradoras de aumentos ou diminuições de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ou inferior ao inerente valor relevante ao cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos ou ativos por impostos diferidos, respetivamente.

4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESSEGURO

4.1. IDENTIFICAÇÃO E EXPLICAÇÃO DAS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

a) Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro

As políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro são descritas no ponto 3.2.14.

b) Processos usados na determinação dos pressupostos que tiveram maior efeito na mensuração das quantias indicadas nas demonstrações financeiras

» Provisão matemática

As provisões matemáticas correspondem à diferença entre o valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia, incluindo as participações nos resultados já atribuídas, e o valor atuarial dos prémios futuros.

As provisões matemáticas são calculadas apólice a apólice, através de métodos atuariais prospetivos, em conformidade com as bases técnicas das respetivas modalidades.

As regras de provisionamento aplicadas têm em conta os princípios da prudência, no que respeita às taxas técnicas utilizadas e o controlo de eventuais riscos de mortalidade através da utilização de tábuas mais ajustadas.

A Companhia aplica, no momento da contratação e para efeitos do cálculo do valor do prémio, as bases técnicas que se mostram mais ajustadas ao tipo de produto, são chamadas bases técnicas iniciais (BTI). No decorrer do contrato, e sempre que se comprove essa necessidade, essas bases técnicas são modificadas e dão lugar às bases técnicas contabilísticas (BTC), a partir das quais se passam a registar as responsabilidades no âmbito desta provisão.

As tábuas de mortalidade e as taxas técnicas de juro utilizadas no cálculo das provisões matemáticas são as seguintes:

Modalidade	Taxa técnica	Tábua mortalidade
Seguros não ligados a fundos de investimento		
Rendas	De 0,75% a 4%	GRM95, GRF95, PERM 2000P e Modificadas
Vida Inteira e Mistos		
Vida Inteira	De 3% a 4%	GKM80, GKF80 e Modificadas
Mistos	De 2,25% a 4%	GKM80 e GKM95
Temporários		
Temporário	De 2,25% a 4%	GKM80, GKF80, GKM95, GKF95 e Modificadas
Temporário Anual Renovável	De 0,75% a 4%	GKM80, GKF80, GKM95, GKF95, PASEM 2010 e Modificadas
Capitais Diferidos		
Prémios Periódicos	De 2,25% a 4%	GKM95
Prémios Únicos	De 0,20% a 4%	GRM80, GKM95 e Modificadas
PPR	De 1% a 4%	GKM95
Universal Life	De 2,25% a 3,80%	GKM95 e Modificadas
Seguros ligados a fundos de investimento		
Com Risco de Investimento	De 2,25% a 4%	GKM95 e Modificadas

O valor da provisão matemática referente ao seguro direto apresenta, para os exercícios de 2014 e de 2013, a seguinte composição por famílias de produtos:

Euros

Exercício de 2014				
Prov. matemática – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	13.233.211,85	4.156.683,72	0,00	17.389.895,57
Risco	70.490,21	102.615,43	0,00	173.105,64
Mistos	28.747.118,09	0,00	1.377.681,71	27.369.436,38
Capitalização	17.622.231,06	9.111.321,35	0,00	26.733.552,41
PPR	102.937.629,90	37.859.910,00	0,00	140.797.539,90
Universal Life	3.329.249,45	552.059,44	0,00	3.881.308,89
Total	165.939.930,56	51.782.589,94	1.377.681,71	216.344.838,79

Euros

Exercício de 2013				
Prov. matemática – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	11.668.386,97	1.564.824,88	0,00	13.233.211,85
Risco	79.010,66	0,00	8.520,45	70.490,21
Mistos	32.378.110,46	0,00	3.630.992,37	28.747.118,09
Capitalização	15.974.471,61	1.647.759,45	0,00	17.622.231,06
PPR	80.530.794,54	22.406.835,36	0,00	102.937.629,90
Universal Life	1.660.223,05	1.669.026,40	0,00	3.329.249,45
Total	142.290.997,29	27.288.446,09	3.639.512,82	165.939.930,56

» Provisão para sinistros

O Anexo 2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicita os reajustamentos efetuados no exercício de 2014, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

» Provisão para participação nos resultados atribuída

» Provisão para participação nos resultados atribuída

No quadro abaixo demonstra-se a movimentação referente à Participação nos Resultados no exercício de 2014 e 2013.

Euros

Exercício de 2014				
Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
Modalidade:				
Vida Inteira	162,50	129,99	9,49	283,00
Quatrum	80,26	10,94	0,00	91,20
Reforma Assegurada	134.614,43	141.106,70	58.057,62	217.663,51
Futuro Jovem Garantido	5.732,52	2.079,58	4.173,12	3.638,98
Seg. Reforma Completo	53.254,60	33.834,62	26.240,67	60.848,55
P. Poup. Criança Futuro	4.660,26	0,00	2.297,24	2.363,02
Reforma Flexível	0,00	0,00	0,00	0,00
Invida Individual	0,00	0,00	0,00	0,00
Invida Coletivo	4.210,65	0,00	293,08	3.917,57
PPR Pré-Reforma MAPFRE	1.460,58	1.103,71	0,00	2.564,29
Ref. Garant. MAPFRE PPR	913.498,34	451.813,23	391.440,44	973.871,13
PPR Plano A	56.729,51	35.837,65	56.635,58	35.931,58
PPR Super 3	0,00	1.530,55	0,00	1.530,55
Universal Life Aegon	12.905,99	8.435,41	1.594,98	19.746,42
Postal PPR Seguro	60.497,89	93.948,59	26.888,32	127.558,16
Total	1.247.807,53	769.830,98	567.630,54	1.450.007,97

Euros

Exercício de 2013				
Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
Modalidade:				
Vida Inteira	69,61	162,50	69,61	162,50
Quatrum	66,15	80,26	66,15	80,26
Reforma Assegurada	73.047,59	134.614,43	73.047,59	134.614,43
Futuro Jovem Garantido	3.280,26	5.732,52	3.280,26	5.732,52
Seg. Reforma Completo	22.322,16	53.254,60	22.322,16	53.254,60
P. Poup. Criança Futuro	897,34	4.660,26	897,34	4.660,26
Reforma Flexível	36.869,90	0,00	36.869,90	0,00
Invida Individual	821,79	0,00	821,79	0,00
Invida Coletivo	759,20	4.210,65	759,20	4.210,65
PPR Pré-Reforma MAPFRE	29,59	1.430,99	0,00	1.460,58
Ref. Garant. MAPFRE PPR	142.550,29	913.498,34	142.550,29	913.498,34
PPR Plano A	17.797,91	56.729,51	17.797,91	56.729,51
Universal Life Aegon	1.987,54	12.905,99	1.987,54	12.905,99
Postal PPR Seguro	27.367,72	60.497,89	27.367,72	60.497,89
Total	327.867,05	1.247.777,94	327.837,46	1.247.807,53

A participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros, de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade. A participação nos resultados foi distribuída por incorporação nas provisões matemáticas.

» **Provisão para prémios não adquiridos**

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e no resseguro cedido e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas em rubricas específicas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao resseguro cedido está incluída na conta de ganhos e perdas na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”.

» **Provisão técnica relativa a seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro**

As provisões dos seguros de Vida em que contratualmente se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

c) Reconciliação dos passivos resultantes de contratos de seguro e dos ativos resultantes de contratos de resseguro para os exercícios de 2014 e de 2013 – Provisões técnicas

i – De contratos de seguro

Euros				
Exercício de 2014				
Prov. técnicas – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão matemática	165.939.930,56	50.404.908,23	0,00	216.344.838,79
Provisão para sinistros	7.480.539,43	0,00	1.219.533,66	6.261.005,77
Prestações	7.464.235,20	0,00	1.217.009,95	6.247.225,25
IBNR	16.304,23	0,00	2.523,71	13.780,52
Provisão para participação nos resultados	6.775.124,76	10.262.221,47	0,00	17.037.346,23
Provisão para prémios não adquiridos	645.721,71	89.944,81	8.146,63	727.519,89
Prémios não adquiridos	742.393,83	89.944,81	0,00	832.338,64
Custos de aquisição diferidos	-96.672,12	0,00	8.146,63	-104.818,75
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	2.023.290,92	0,00	796.483,22	1.226.807,70
Total	182.864.607,38	60.757.074,51	2.024.163,51	241.597.518,38

Euros

Exercício de 2013				
Prov. técnicas – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão matemática	142.290.997,29	23.648.933,27	0,00	165.939.930,56
Provisão para sinistros	6.189.282,07	1.291.257,36	0,00	7.480.539,43
Prestações	6.173.846,92	1.290.388,28	0,00	7.464.235,20
IBNR	15.435,15	869,08	0,00	16.304,23
Provisão para participação nos resultados	3.591.524,92	3.183.599,84	0,00	6.775.124,76
Provisão para prémios não adquiridos	654.906,78	8.272,56	17.457,63	645.721,71
Prémios não adquiridos	734.121,27	8.272,56	0,00	742.393,83
Custos de aquisição diferidos	-79.214,49	0,00	17.457,63	-96.672,12
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	6.080.738,69	0,00	4.057.447,77	2.023.290,92
Total	158.807.449,75	28.132.063,03	4.074.905,40	182.864.607,38

ii – De contratos de resseguro

Euros

Exercício de 2014				
Prov. técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão para sinistros	872.525,50	210.406,76	303,11	1.082.629,15
Prestações	867.885,97	210.406,76	0,00	1.078.292,73
IBNR	4.639,53	0,00	303,11	4.336,42
Provisão para prémios não adquiridos	120.540,93	15.854,45	3.046,45	133.348,93
Prémios não adquiridos	127.892,09	15.854,45	0,00	143.746,54
Custos de aquisição diferidos	-7.351,16	0,00	3.046,45	-10.397,61
Total	993.066,43	226.261,21	3.349,56	1.215.978,08

Euros

Exercício de 2013				
Prov. técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão para sinistros	674.389,48	200.958,67	2.822,65	872.525,50
Prestações	666.927,30	200.958,67	0,00	867.885,97
IBNR	7.462,18	0,00	2.822,65	4.639,53
Provisão para prémios não adquiridos	118.824,53	3.408,95	1.692,55	120.540,93
Prémios não adquiridos	129.584,64	0,00	1.692,55	127.892,09
Custos de aquisição diferidos	-10.760,11	3.408,95	0,00	-7.351,16
Total	793.214,01	204.367,62	4.515,20	993.066,43

Verificou-se um aumento do fluxo técnico, fator de grande relevância para a geração de rendimentos.



4.2. AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados na gestão desses riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os

ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões do Comité de Steering respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comités setoriais, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- » Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- » Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;



- » Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- » Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência;
- » Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o *rating A* da Standard & Poors.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e encerramento dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- » O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- » O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e

- » O manual de sinistros contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelos comités operativos, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Os comités operativos existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- » “Comité de Gestão de Riscos e Solvência” assegura o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);

- » “Comité Técnico”, em sede do qual se definem as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio, a qual tem por base um aspeto relevante:
 - Certificação das provisões técnicas por atuários independentes;
- » “Comité de Negócio”, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais e a aprovação da abertura de pontos de venda;
- » “Comité de Sinistros”, no qual se efetua o acompanhamento das variáveis mais importantes desta área, como é o caso, por exemplo, da eficiência na liquidação, dos custos médios e das valorizações dos sinistros especiais;
- » “Comité de Projetos” analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos;
- » “Comité de Alterações”, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas;
- » “Comité de Anulações”, cujo objetivo é tornar a gestão das anulações da Companhia (ramos Vida e Não Vida) mais eficaz; e
- » “Comité de Segurança”, onde são analisadas e aprovadas as metodologias a observar nos seguintes planos:
 - Plano de Contingência – estabelece resposta a emergência;
 - Plano de Recuperação de Desastre – estabelece os procedimentos e meios de recuperação em caso de desastre e o processo para o regresso à normalidade;
 - Plano de Gestão de Crise – estabelece a organização de resposta a um desastre, incluindo o processo de ativação e contacto das equipas;
 - Plano de Manutenção e Testes – estabelece o processo de manutenção do Plano de Continuidade do Negócio.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remunerações variáveis, indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

b) Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

i) Sensibilidade ao risco do seguro

Para a atividade de Vida, o nível de sensibilidade mede-se em função do valor implícito (também chamado intrínseco), calculado de acordo com os princípios e metodologia estabelecidos no *European Embedded Value*. O valor implícito obtém-se adicionando ao património líquido ajustado o valor atual dos lucros futuros e subtraindo o valor temporal das garantias e opções e os custos friccionais dos capitais requeridos.

A metodologia para cálculo do valor implícito está baseada na avaliação de cada um dos componentes de risco do negócio de forma isolada e diferenciando entre a carteira existente e o novo negócio captado no ano.

Existe alguma sensibilidade dos resultados obtidos a alguns dos pressupostos usados, mais concretamente:

- » Uma descida da rentabilidade dos ativos financeiros em um ponto percentual pode reduzir o VIF, sobretudo pelo impacto que tem nos produtos financeiros e nas rendas vitalícias;
- » Um aumento da mortalidade em cinco pontos percentuais teria um impacto muito significativo nos produtos de morte, podendo reduzir o VIF apesar da compensação em sentido contrário nas rendas vitalícias.

Apresentamos abaixo o impacto percentual que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no VIF:

Exercício de 2014			
Varição	Produtos de morte e invalidez	Produtos financeiros	Total
Menos 1 p.p. de rentabilidade financeira	-7%	-41%	4%
Aumento da mortalidade em 5 p.p.	-6%	5%	-3%

ii) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de várias modalidades de seguro, tanto de produtos de risco como de capitalização, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Milhares de euros

Exercício de 2014							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Prémios brutos emitidos	4.731	3.822	4.051	1.106	13.115	47.134	73.959
Prémios de resseguro cedido	0	774	3	1	0	0	778
% composição da carteira	6,4%	5,2%	5,5%	1,5%	17,7%	63,7%	100,0%
% média de retenção	100,0%	79,7%	99,9%	99,9%	100,0%	100,0%	98,9%

Milhares de euros

Exercício de 2013							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Prémios brutos emitidos	1.959	3.387	4.281	1.282	4.664	34.694	50.267
Prémios de resseguro cedido	0	744	3	1	0	0	747
% composição da carteira	3,9%	6,7%	8,5%	2,5%	9,3%	69,0%	100,0%
% média de retenção	100,0%	78,0%	99,9%	100,0%	100,0%	100,0%	98,5%

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios brutos emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

iii) Sinistros efetivos

A análise da sinistralidade efetiva apresenta-se no quadro abaixo, relacionando os seus valores com prémios brutos emitidos, no caso de produtos com maior predominância de prémios periódicos e com provisões matemáticas, no caso de produtos com maior incidência de prémios únicos:

Milhares de euros

Exercício de 2014							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Sinistros efetivos	5.310	1.511	4.175	1.099	13.632	50.604	76.331
Prémios brutos emitidos	4.731	3.822	4.051	1.106	13.115	47.134	73.959
% sinistralidade s/ prémios emitidos	-	40%	-	-	-	-	-
Provisão matemática	17.390	173	27.369	3.881	30.526	155.435	234.774
% sinistralidade s/ prov. matemática	31%	-	15%	28%	45%	33%	-

Milhares de euros

Rubrica	Exercício de 2013						Total
	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	
Sinistros efetivos	2.465	1.336	4.609	1.304	5.572	36.897	52.183
Prémios brutos emitidos	1.959	3.387	4.281	1.282	4.664	34.694	50.267
% sinistralidade s/ prémios emitidos	-	39%	-	-	-	-	-
Provisão matemática	13.233	70	28.747	3.329	22.237	128.542	196.159
% sinistralidade s/ prov. matemática	19%	-	16%	39%	25%	29%	-

4.3. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA SOBRE RISCOS DE MERCADO, CRÉDITO, LIQUIDEZ E OPERACIONAIS

4.3.1. Risco de mercado

Efetua-se uma análise detalhada relativa ao risco de mercado inerente a investimentos financeiros no ponto 6.5.2.c).

4.3.2. Risco de crédito

A análise de risco de crédito associada a investimentos financeiros encontra-se detalhada no ponto 6.5.2 a)

a) Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 13,5% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 53,4% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, um total de 66,9% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento.

A Companhia calcula um ajustamento para recibos por cobrar conforme nota 11.

b) Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores da MAPFRE Seguros de Vida, S.A. detêm apenas 33,1% da carteira da Companhia e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais, o que diminui a exposição ao risco.

c) Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Euros

Exercício de 2014	
Resseguro cedido	Valor contabilístico
Provisão para sinistros	1.082.629,15
Provisão para prémios não adquiridos	133.348,93
Créditos por operações de resseguro cedido	0,00
Dívidas por operações de resseguro cedido	-6.507,12
Total posição líquida	1.209.470,96

Euros

Exercício de 2013	
Resseguro cedido	Valor contabilístico
Provisão para sinistros	872.525,50
Provisão para prémios não adquiridos	120.540,93
Créditos por operações de resseguro cedido	0,00
Dívidas por operações de resseguro cedido	-76.923,11
Total posição líquida	916.143,32

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Euros

Exercício de 2014	
Classificação creditícia dos resseguradores	Valor contabilístico
A	1.209.470,96
Total posição líquida	1.209.470,96

Euros

Exercício de 2013	
Classificação creditícia dos resseguradores	Valor contabilístico
BBB+	916.143,32
Total posição líquida	916.143,32

4.3.3. Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” suficientes.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” era de 1.580.055,65 euros e representava 0,5% do total de investimentos financeiros e caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem.

Por outro lado, cerca de 98,3% dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. No ponto 6.5.2.d) dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

Os calendários estimados de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontram-se nos quadros seguintes relativos aos exercícios de 2014 e 2013:

Milhares de euros

Conceito	Exercício de 2014							Saldo final
	Seguro direto						Após o 5.º ano	
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano			
Provisão matemática	18.708	19.022	16.679	33.956	43.626	84.353	216.345	
Provisão para sinistros	5.540	674	30	0	0	17	6.261	
Provisão para participação nos resultados	17.037						17.037	
Provisão para prémios não adquiridos	728						728	
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	577	62	455	133	0	0	1.227	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2.543	2.605	6.448	2.706	225	2.677	17.202	
Dívidas por operações de seguro direto	244	11	8	5	3	0	271	
Dívidas por operações de resseguro	7						7	
Total posição líquida	45.383	22.373	23.621	36.801	43.854	87.047	259.078	

Milhares de euros

Conceito	Exercício de 2013							Saldo final
	Seguro direto						Após o 5.º ano	
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano			
Provisão matemática	14.412	17.666	18.484	16.713	33.457	65.207	165.940	
Provisão para sinistros	6.842	590	17	5	22	4	7.481	
Provisão para participação nos resultados	6.775						6.775	
Provisão para prémios não adquiridos	646						646	
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	674	689	86	449	126	0	2.023	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2.015	2.567	2.729	7.582	8.961	4.342	28.195	
Dívidas por operações de seguro direto	923	41	31	21	10	0	1.026	
Dívidas por operações de resseguro	77						77	
Total posição líquida	32.363	21.553	21.347	24.770	42.576	69.553	212.163	

4.3.4. Risco operacional

Bianualmente, é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Este levantamento inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Na avaliação dos riscos operacionais de 2014, foram selecionados 55 colaboradores, tendo em conta as suas funções e relevância, que responderam a 284 questionários, tendo em conta os tipos de risco já identificados e que são posteriormente tratados pelo Coordenador de Riscos, obtendo-se um mapa em função da criticidade, resultante da importância e da probabilidade de ocorrência destes.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

4.3.5. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

a) A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

Ao fecho do exercício 2014, a taxa de cobertura da margem de solvência foi de 350,30%.

b) A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

c) O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática.

d) A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

4.4. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUALITATIVA RELATIVA À ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

A Companhia dispõe, anualmente, de um estudo atuarial pormenorizado dos produtos em carteira, com o intuito de adequar os prémios a todas as suas responsabilidades, nomeadamente encargos de aquisição, gastos gerais e sinistros a pagar.

Em relação à suficiência das provisões para sinistros, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, detalhadas por modalidades, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, concluindo pela sua adequação.

A suficiência das provisões matemáticas foi também objeto de análise pelo atuário responsável, por cada modalidade, em função das notas técnicas dos respetivos produtos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

Relativamente à provisão para participação nos resultados, a mesma é calculada por produto e de acordo com as respetivas notas técnicas.

4.5. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DE ALGUNS RÁCIOS

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

Exercício de 2014		Euros
Rácios*		Ramo Vida
Rácio de sinistralidade		103%
Rácio de custos de exploração		8%
Rácio combinado		112%
Rácio operacional		97%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

Exercício de 2013		Euros
Rácios*		Ramo Vida
Rácio de sinistralidade		104%
Rácio de custos de exploração		11%
Rácio combinado		115%
Rácio operacional		97%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

O rácio combinado (inclui provisão matemática) apresenta-se superior a 100%, refletindo o peso relativamente reduzido dos produtos de risco puro, remetendo a rentabilidade para a obtenção de rendimentos financeiros.

5. PASSIVOS FINANCEIROS

O valor de 17.202.444,71 euros, apresentado nas demonstrações da posição financeira, na rubrica de "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento" refere-se à responsabilidade assumida com contratos de seguro, considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os rendimentos e gastos derivados dos passivos financeiros incluídos na conta de ganhos e perdas são os seguintes:

Euros		
Exercício de 2014		
Rubrica	Rendimentos	Gastos
De passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Do contrato de seguro		
Comissões dos contratos de seguro	0,00	
Custos de aquisição		963,66
Dos ativos financeiros		
Amortização das participações financeiras, por utilização do método do juro efetivo	39.289,62	50.694,21
Juros das participações financeiras	1.092.793,88	
Ganhos e perdas das participações financeiras	347.399,52	0,00
Dos passivos financeiros		
Ganhos e perdas dos passivos financeiros		559.588,32
De outros passivos financeiros – passivos subordinados		
De empréstimos		
Juros suportados		0,00
Total	1.479.483,02	611.246,19

Euros		
Exercício de 2013		
Rubrica	Rendimentos	Gastos
De passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Do contrato de seguro		
Comissões dos contratos de seguro	0,00	
Custos de aquisição		81.419,86
Dos ativos financeiros		
Amortização das participações financeiras, por utilização do método do juro efetivo	96.865,64	47.079,52
Juros das participações financeiras	1.367.380,83	
Ganhos e perdas das participações financeiras	50.880,63	30.559,78
Dos passivos financeiros		
Ganhos e perdas dos passivos financeiros		916.894,55
De outros passivos financeiros – passivos subordinados		
De empréstimos		
Juros suportados		10.902,49
Total	1.515.127,10	1.086.856,20

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1. RUBRICAS DE BALANÇO

Os instrumentos financeiros são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, classificados nas categorias de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

Face à conjuntura de forte instabilidade vivida nos mercados financeiros, com particular incidência na desvalorização dos títulos da dívida pública portuguesa, que teve como consequência imediata a erosão da generalidade dos capitais próprios das empresas, a MAPFRE Seguros de Vida, S.A., tendo em conta a Circular do ISP n.º 4/2011-R e as categorias de classificação contabilística dos investimentos financeiros previstas na IAS 39, entendeu reclassificar os títulos de rendimento fixo da República Portuguesa, que possuía na sua carteira de investimentos, da categoria de “Disponíveis para venda” para “A deter até à maturidade”.

A reclassificação aludida foi efetuada em 1 de janeiro de 2011 e teve um impacto nos capitais próprios de 5.381.949,04 euros. Em 1 de junho de 2014, a Companhia entendeu proceder à reclassificação contabilística dos referidos títulos, novamente, para a categoria de “Disponíveis para venda”, com um impacto nos capitais próprios de -9.603.416,62 euros, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros

Rubrica	Em 01/01/2011	Em 31/12/2011	Em 31/12/2012	Em 31/12/2013	Em 01/06/2014
Títulos da dívida pública portuguesa					
Valor nominal	65.300.000,00	64.680.000,00	60.180.000,00	60.125.000,00	60.125.000,00
Valor de aquisição	63.281.573,09	57.230.654,59	52.692.795,26	53.282.438,37	53.282.438,37
Justo valor	59.125.782,32	41.121.616,46	56.653.855,38	58.890.641,56	71.084.522,79
Valor contabilístico	59.125.782,32	59.168.533,24	55.359.128,43	56.283.466,85	55.720.266,70
Impacto nos capitais próprios	5.381.949,04	22.806.806,10	2.899.489,22	887.797,33	-9.603.416,62

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros

Rubrica	Exercício de 2014			
	Títulos de dívida	Ações e unid. de particip.	Empréstimos concedidos e contas a receber	Valor contabilístico
Saldo inicial	213.738.414,66	9.927.879,85	562.500,71	224.228.795,22
Aquisições (a valor aquisição)	101.280.409,33	6.716.900,99		107.997.310,32
Reembolso	6.775.106,39	0,00		6.775.106,39
Alienações (a valor aquisição)	49.548.039,93	7.568.669,45		57.116.709,38
Ajust. valor aquisição reclassif. contab.	0,00			0,00
Variação do justo valor	23.866.344,91	527.843,56		24.394.188,47
Variação do custo amortizado	-1.228.009,70			-1.228.009,70
Juros	757.158,43			757.158,43
Outros aumentos				0,00
Outras diminuições			-2.936.895,86	-2.936.895,86
Saldo final	282.091.171,31	9.603.954,95	3.499.396,57	295.194.522,83

Euros

Exercício de 2013				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unid. de particip.	Empréstimos concedidos e contas a receber	Valor contabilístico
Saldo inicial	186.127.777,39	14.696.038,33	446.174,65	201.269.990,37
Aquisições (a valor aquisição)	90.381.040,19	14.161.236,78		104.542.276,97
Reembolso	3.943.034,48	0,00		3.943.034,48
Alienações (a valor aquisição)	66.041.389,13	20.396.353,27		86.437.742,40
Ajust. valor aquisição reclassif. contab.	0,00			0,00
Varição do justo valor	6.217.339,63	1.466.958,01		7.684.297,64
Varição do custo amortizado	528.135,56			528.135,56
Juros	468.545,50			468.545,50
Outros aumentos				0,00
Outras diminuições			-116.326,06	-116.326,06
Saldo final	213.738.414,66	9.927.879,85	562.500,71	224.228.795,22

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

Exercício de 2014					
Classificações do ativo	Valor contabilístico				Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Unidades de participação	1.393.797,75	0,00	229.636,18	0,00	1.623.433,93
Ativos financeiros disponíveis para venda	247.349.283,53	1.370.602,11	35.931.908,85	5.419.897,84	290.071.692,33
Instrumentos de capital	5.122.727,22		1.585.598,66		6.708.325,88
Unidades de participação	898.023,07		374.172,07		1.272.195,14
Títulos de dívida – pública	187.598.194,47	1.291.828,95	27.490.637,18	3.746.368,16	220.127.028,76
Títulos de dívida – de outros emissores	53.730.338,77	78.773,16	6.481.500,94	1.673.529,68	61.964.142,55
Investimentos a deter até à maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida – pública	0,00	0,00		0,00	0,00
Empréstimos concedidos e contas a receber	3.499.396,57	0,00	0,00	0,00	3.499.396,57
Outros depósitos	3.000.775,00				3.000.775,00
Empréstimos concedidos	498.621,57				498.621,57
Total	252.242.477,85	1.370.602,11	36.161.545,03	5.419.897,84	295.194.522,83

Euros

Classificações do ativo	Exercício de 2013				
	Aquisição	Valor contabilístico		Juro	Total
		Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.285.816,51	0,00	232.055,34	0,00	2.517.871,85
Unidades de participação	2.285.816,51		232.055,34		2.517.871,85
Ativos financeiros disponíveis para venda	149.069.331,85	705.338,73	11.535.301,22	3.554.984,01	164.864.955,81
Instrumentos de capital	4.765.460,98		1.203.484,04		5.968.945,02
Unidades de participação	1.215.039,01		226.023,97		1.441.062,98
Títulos de dívida – pública	78.773.394,66	373.104,00	5.291.475,57	1.627.704,57	86.065.678,80
Títulos de dívida – de outros emissores	64.315.437,20	332.234,73	4.814.317,64	1.927.279,44	71.389.269,01
Investimentos a deter até à maturidade	53.282.438,37	1.893.273,08	0,00	1.107.755,40	56.283.466,85
Títulos de dívida – pública	53.282.438,37	1.893.273,08		1.107.755,40	56.283.466,85
Empréstimos concedidos e contas a receber	562.500,71	0,00	0,00	0,00	562.500,71
Outros depósitos	0,00				0,00
Empréstimos concedidos	562.500,71				562.500,71
Total	205.200.087,44	2.598.611,81	11.767.356,56	4.662.739,41	224.228.795,22

No Anexo 1 às Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Investimentos a deter até à maturidade”.

6.2. JUSTO VALOR

6.2.1. Métodos de apuramento do justo valor

No ponto 3.2.2., são descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg, podendo existir algumas exceções, que se valorizam através de um modelo interno, conforme descrito abaixo:

a) Modelo interno

- » Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- » Com esta cotação, obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap euro*;
- » Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- » Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- » Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;

- » Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- » Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- » Estes *spreads* são revistos semanalmente;
- » Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

Em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade e a Circular n.º 11/2008, de 16 de dezembro, a Companhia adota este processo sempre que o funcionamento dos mercados implique um efeito de volatilidade excessiva.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 1.051.554,61 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
NL0000122489	ING AMSTERDAM
XS0335880463	JP MORGAN CHASE & CO. INC.
XS0469028582	NATIONAL AUSTRALIA BANK

6.2.2. Níveis de valorização

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- » Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- » Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- » Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Apresenta-se, no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros			
Exercício de 2014			
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	1.623.433,93	1.623.433,93
Unidades de participação	0,00	1.623.433,93	1.623.433,93
Ativos financeiros disponíveis para venda	287.747.942,58	2.323.749,75	290.071.692,33
Instrumentos de capital	6.708.325,88	0,00	6.708.325,88
Unidades de participação	0,00	1.272.195,14	1.272.195,14
Títulos de dívida – pública	220.127.028,76	0,00	220.127.028,76
Títulos de dívida – de outros emissores	60.912.587,94	1.051.554,61	61.964.142,55
Investimentos a deter até à maturidade	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida – pública	0,00	0,00	0,00
Total	287.747.942,58	3.947.183,68	291.695.126,26

Euros

Conceito	Exercício de 2013		
	Justo valor – Níveis de valorização		Total
	Nível 1	Nível 2	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	2.517.871,85	2.517.871,85
Unidades de participação	0,00	2.517.871,85	2.517.871,85
Ativos financeiros disponíveis para venda	163.423.892,83	1.441.062,98	164.864.955,81
Instrumentos de capital	5.968.945,02	0,00	5.968.945,02
Unidades de participação	0,00	1.441.062,98	1.441.062,98
Títulos de dívida – pública	86.065.678,80	0,00	86.065.678,80
Títulos de dívida – de outros emissores	71.389.269,01	0,00	71.389.269,01
Investimentos a deter até à maturidade	56.283.466,85	0,00	56.283.466,85
Títulos de dívida – pública	56.283.466,85	0,00	56.283.466,85
Total	219.707.359,68	3.958.934,83	223.666.294,51

Nos exercícios de 2014 e 2013 não houve investimentos classificados no nível 3 de valorização.

6.3. IMPARIDADE

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado no ponto 3.2.2.2.5., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2014.

6.4. CONTABILIDADE DE COBERTURA

No exercício de 2014, a Companhia não utilizou instrumentos de cobertura.

6.5. NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.5.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo.

A política de investimentos aponta para uma distribuição de referência de 90% para títulos de rendimento fixo e 10% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

a) Risco de taxa de juro

A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.

b) Risco de câmbio

A exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

c) Outros riscos de mercado

Relativamente a outros possíveis riscos de mercado, que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 50% de títulos de rendimento fixo de Estados da União Europeia e 50% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo, quer nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

6.5.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por tipo de risco

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Euros

Classificação creditícia dos emissores	Exercício de 2014			
	Valor mercado			Total
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AAA	0,00	0,00	0,00	0,00
AA	515.499,93	4.436.788,18	771.092,50	5.723.380,61
A	0,00	24.647.116,94	1.633.497,24	26.280.614,18
BBB	137.723.639,23	12.193.009,25	7.020.465,94	156.937.114,42
BB ou menor	93.150.062,10	0,00	0,00	93.150.062,10
Total	231.389.201,26	41.276.914,37	9.425.055,68	282.091.171,31

Euros

Classificação creditícia dos emissores	Exercício de 2013			
	Valor mercado			Total
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AAA	0,00	0,00	0,00	0,00
AA	506.509,45	4.017.068,03	703.626,63	5.227.204,11
A	0,00	23.456.495,22	1.504.908,56	24.961.403,78
BBB	99.206.056,53	19.928.951,50	6.157.035,12	125.292.043,15
BB ou menor	58.890.641,56	1.974.296,77	0,00	60.864.938,33
Total	158.603.207,54	49.376.811,52	8.365.570,31	216.345.589,37

A persistente deterioração da situação europeia e a existência de vários riscos fez com que as agências financeiras tenham, ao longo do ano 2012, baixado o *rating* a vários países e instituições financeiras, baixa esta responsável pela acumulação de valores em *ratings* de menor classificação, situação que não foi revertida em 2013 mas que começou a dar sinais de reversão durante o ano 2014.

b) Risco de câmbio

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Euros

Exercício de 2014					
Tipo de moeda	Valor contabilístico				Total
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos	
Euro	6.053.040,05	2.895.629,07	282.091.171,31	3.499.396,57	294.539.237,00
Franco suíço	558.568,63	0,00	0,00	0,00	558.568,63
Libras	96.717,20	0,00	0,00	0,00	96.717,20
Total	6.708.325,88	2.895.629,07	282.091.171,31	3.499.396,57	295.194.522,83

Euros

Exercício de 2013					
Tipo de moeda	Valor contabilístico				Total
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos	
Euro	5.122.289,14	3.958.934,83	213.738.414,66	562.500,71	223.382.139,34
Franco suíço	664.956,55	0,00	0,00	0,00	664.956,55
Libras	181.699,33	0,00	0,00	0,00	181.699,33
Total	5.968.945,02	3.958.934,83	213.738.414,66	562.500,71	224.228.795,22

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se, entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo, e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. No quadro abaixo detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Milhares de euros

Exercício de 2014									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/ venda									
Títulos de dívida	282.091	6.726	37.101	41.972	28.336	44.697	123.259	1,1884	5,5311
Carteira a deter até à maturidade									
Títulos de dívida									
Outros depósitos*									
Total	282.091	6.726	37.101	41.972	28.336	44.697	123.259	-	-

* Aplicações a curto prazo com vencimento inferior a 1 ano.

Milhares de euros

Exercício de 2013									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/ venda									
Títulos de dívida	157.455	7.078	9.661	37.030	15.902	15.802	71.982	2,7748	5,4029
Carteira a deter até à maturidade									
Títulos de dívida	56.283	1.637	23.216	833	17.229	10.999	2.369	5,0226	4,5248
Outros depósitos*									
Total	213.738	8.715	32.877	37.863	33.131	26.801	74.351	-	-

* Aplicações a curto prazo com vencimento inferior a 1 ano.

No quadro que se segue pode-se observar os impactos do risco, resultante das alterações da taxa de juro, na taxa de cobertura da margem de solvência da Companhia:

Milhões de euros

Margem de solvência	2014	2013
Margem de solvência disponível	25,07	11,74
Taxa de cobertura	350%	240%
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	-12,09	-8,30
Impacto na taxa de cobertura	-121%	-99%
Taxa de cobertura após impacto	230%	141%
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	12,09	8,30
Impacto na taxa de cobertura	121%	99%
Taxa de cobertura após impacto	471%	339%

No quadro que se segue mostra-se os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Milhões de euros

Capital próprio	2014	2013
Capital próprio	35,17	20,18
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	-12,09	-8,30
Capital próprio após o impacto	23,07	11,88
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	12,09	8,30
Capital próprio após o impacto	47,26	28,49

O quadro seguinte reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

Milhões de euros

Exercício de 2014		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	9,60	2,490
Total	9,60	2,490

Milhões de euros

Exercício de 2013		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	9,93	2,910
Total	9,93	2,910

d) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indicam problemas a esse nível, mesmo num cenário de choque equivalente a um aumento para o dobro da percentagem de resgates, como se demonstra nos quadros seguintes:

Milhões de euros

Estudo de liquidez num cenário com nível de resgates histórico								
Rubrica	nov. 14	dez. 14	jan. 15	fev. 15	mar. 15	abr. 15	mai. 15	jun. 15
Vendas	8,18	6,87	6,31	6,10	6,12	6,12	6,18	6,22
Prestações Vida	2,91	2,99	1,36	1,31	1,32	1,32	1,33	1,34
Prestações Morte	0,19	0,12	0,13	0,12	0,12	0,12	0,13	0,13
Resgates	0,56	1,02	0,79	0,77	0,77	0,77	0,77	0,78
<i>Inflow</i> cupões inv. disponíveis venda	0,04	0,02	1,28	0,72	0,58	1,60	0,05	1,33
<i>Inflow</i> amortizações inv. disponíveis venda	0,90	0,00	4,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fluxo líquido mensal	5,47	2,77	10,03	4,62	4,49	5,51	4,00	5,31
Fluxo líquido mensal acumulado	5,47	8,24	18,27	22,88	27,38	32,89	36,89	42,20
Títulos rend. fixo disponíveis venda	270,50	270,50	265,78	265,78	265,78	265,78	265,78	265,78
Títulos rendimento variável	10,01	10,01	10,01	10,01	10,01	10,01	10,01	10,01
Novos investimentos	5,47	8,24	18,27	22,88	27,38	32,89	36,89	42,20
Total investimentos disponíveis para venda	285,98	288,74	294,05	298,67	303,16	308,67	312,67	317,98

Milhões de euros

Estudo de liquidez num cenário com nível de resgates sujeito a choque do dobro da percentagem normal								
Rubrica	nov. 14	dez. 14	jan. 15	fev. 15	mar. 15	abr. 15	mai. 15	jun. 15
Vendas	8,18	6,87	6,31	6,10	6,12	6,12	6,18	6,22
Prestações Vida	2,91	2,99	1,36	1,31	1,32	1,32	1,33	1,34
Prestações Morte	0,19	0,12	0,13	0,12	0,12	0,12	0,13	0,13
Resgates	0,84	1,52	1,19	1,15	1,15	1,15	1,16	1,17
<i>Inflow</i> cupões inv. disponíveis venda	0,04	0,02	1,28	0,72	0,58	1,60	0,05	1,33
<i>Inflow</i> amortizações inv. disponíveis venda	0,90	0,00	4,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fluxo líquido mensal	5,19	2,26	9,63	4,24	4,11	5,13	3,61	4,92
Fluxo líquido mensal acumulado	5,19	7,45	17,08	21,32	25,43	30,55	34,17	39,09
Títulos rend. fixo disponíveis venda	270,50	270,50	265,78	265,78	265,78	265,78	265,78	265,78
Títulos rendimento variável	10,01	10,01	10,01	10,01	10,01	10,01	10,01	10,01
Novos investimentos	5,19	7,45	17,08	21,32	25,43	30,55	34,17	39,09
Total investimentos disponíveis para venda	285,70	287,95	292,87	297,10	301,21	306,34	309,95	314,87

7. CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

7.1. Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

		Euros	
Componentes de caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2014	2013	
Caixa	248,73	181,41	
Depósitos à ordem	1.579.806,92	7.735.412,51	
Total dos componentes de caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.580.055,65	7.735.593,92	

8. OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (EXCETO TERRENOS E EDIFÍCIOS)

Conforme descrito na Nota 3, os ativos tangíveis, exceto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

Outros ativos tangíveis	N.º anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000,00 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

Exercício de 2014					
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	377,06	29.666,00	0,00	2.820,32	27.222,74
Máquinas e ferramentas	0,00	5.510,40	0,00	172,20	5.338,20
Equipamento informático	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outro equipamento	0,00	2.881,53	0,00	30,00	2.851,53
Outros ativos tangíveis	0,00	19.628,41	0,00	8.178,51	11.449,90
Ativos tangíveis em curso	0,00	14.056,17	0,00	0,00	14.056,17
Total	377,06	71.742,51	0,00	11.201,03	60.918,54

Euros

Exercício de 2013					
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	1.003,03	0,00	0,00	625,97	377,06
Máquinas e ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento informático	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outro equipamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.003,03	0,00	0,00	625,97	377,06

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

Não existe qualquer item de "Outros ativos tangíveis" em imparidade ou cedido.

9. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

Os investimentos e os outros ativos encontram-se distribuídos pelas provisões técnicas, como demonstrado no quadro abaixo:

Euros

Exercício de 2014			
Rubrica	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida e operações classificados como contratos de investimento
Caixa e equivalentes	3.000.775,00	248,73	0,00
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	0,00	1.623.433,93	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	87.397.747,55	99.419.161,72	11.684.527,88
Investimentos a deter até à maturidade	72.352.833,53	11.669.278,42	9.127.950,15
Empréstimos concedidos e contas a receber	498.621,57	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis	46.862,37	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	1.320.796,83	0,00
Total	163.296.840,02	114.032.919,63	20.812.478,03

Euros

Exercício de 2013			
Rubrica	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida e operações classificados como contratos de investimento
Caixa e equivalentes	2.500.000,00	5.235.593,92	0,00
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	0,00	2.517.871,79	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	68.952.816,34	69.435.226,31	26.476.913,22
Investimentos a deter até à maturidade	45.870.248,14	4.276.274,19	6.136.944,52
Empréstimos concedidos e contas a receber	562.500,71	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis	377,06	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	1.089.738,55	0,00
Total	117.885.942,25	82.554.704,76	32.613.857,74

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

10.1. O modelo de valorização aplicado aos ativos intangíveis é o modelo do custo.

10.2. As despesas com aplicações informáticas são o único tipo de ativo intangível, registado nas demonstrações financeiras, à data de encerramento do exercício. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

Exercício de 2014					
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	35.654,40	59.982,77	0,00	22.158,64	73.478,53
Total	35.654,40	59.982,77	0,00	22.158,64	73.478,53

Euros

Exercício de 2013					
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	131.194,60	0,00	0,00	95.540,20	35.654,40
Total	131.194,60	0,00	0,00	95.540,20	35.654,40

11. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DO ATIVO

11.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões:

Euros

Exercício de 2014				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	11.075,88	0,00	1.573,89	9.501,99
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	119.409,24	0,00	119.146,28	262,96
Outras provisões				
Pensões pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	130.485,12	0,00	120.720,17	9.764,95

Euros

Exercício de 2013				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	7.808,09	3.267,79	0,00	11.075,88
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	119.409,24	0,00	0,00	119.409,24
Outras provisões				
Pensões pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	127.217,33	3.267,79	0,00	130.485,12

11.2. A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma n.º 13/2000-R do ISP.

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, co-seguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

11.3. A Companhia não possui quaisquer contratos de seguro com garantias suspensas e não possui quaisquer reembolsos pendentes de cobranças, dado que, conforme descrito na Nota 3, os reembolsos só são registados pela sua cobrança efetiva.

12. PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

12.1. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A. encerrou o exercício de 2014 reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – “Prémios brutos emitidos de seguro direto” o valor de 73.959.134,61 euros referentes a contratos de seguros, provenientes do ramo Vida.

Euros

Exercício de 2014	
Prémios brutos emitidos de seguro direto	73.959.134,61
Relativos a contratos individuais	72.005.558,44
Relativos a contratos de grupo	1.953.576,17
Periódicos	19.475.032,13
Não periódicos	54.484.102,48
De contratos sem participação nos resultados	36.384.823,87
De contratos com participação nos resultados	37.574.310,74
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	0,00
Saldo de resseguro	292.852,58

Exercício de 2013		Euros
Prémios brutos emitidos de seguro direto		50.266.994,96
Relativos a contratos individuais	49.585.396,39	
Relativos a contratos de grupo	681.598,57	50.266.994,96
Periódicos	24.083.978,08	
Não periódicos	26.183.016,88	50.266.994,96
De contratos sem participação nos resultados	11.275.440,71	
De contratos com participação nos resultados	38.991.554,25	50.266.994,96
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		0,00
Saldo de resseguro		245.799,23

12.2. Reconheceu na rubrica do passivo “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”, valorizados ao custo amortizado, o valor referente à responsabilidade assumida pela venda de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, no montante de 127.486,88 euros.

13. COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO

13.1. No ponto 3.1.16., são descritos os critérios contabilísticos adotados relativamente à rubrica de comissões.

13.2. O montante das comissões de mediação e corretagem relativa ao seguro direto, contabilizadas no exercício de 2014, foi de 698.742,46 euros, distribuído pelos seguintes segmentos de negócio:

Exercício de 2014								Euros
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total	
Comissões de mediação e corretagem	28.895,02	230.697,67	49.692,43	11.588,44	65.124,70	312.744,20	698.742,46	

Exercício de 2013								Euros
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total	
Comissões de mediação e corretagem	11.495,40	126.103,10	55.822,46	13.514,69	17.254,32	377.291,81	601.481,78	

Nestas contas, além das comissões de mediação e cobrança indicadas nos quadros, estão registados incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*), que ascenderam no exercício de 2014 a 613.594,44 euros e no exercício anterior a 199.819,07 euros.

14. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

14.1. AS POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO DOS RÉDITOS ESTÃO DESCRITAS NA NOTA 3

14.2. INFORMAÇÃO POR CATEGORIA DE INVESTIMENTO DOS RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

14.2.1. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

Rendimentos/Réditos	Exercício de 2014		
	Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	10.473.161,45		10.473.161,45
De juros de títulos de dívida	9.345.026,43		9.345.026,43
Dividendos de ações	179.624,34		179.624,34
Rendimento custo amortizado	948.510,68		948.510,68
De outros	0,00	13.983,75	13.983,75
De juros de depósitos em bancos		8.373,24	8.373,24
De empréstimos sobre apólices		5.610,51	5.610,51
Total	10.473.161,45	13.983,75	10.487.145,20

Euros

Rendimentos/Réditos	Exercício de 2013		
	Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	9.148.459,66		9.148.459,66
De juros de títulos de dívida	8.211.351,16		8.211.351,16
Dividendos de ações	235.037,64		235.037,64
Rendimento custo amortizado	702.070,86		702.070,86
De outros	0,00	6.185,00	6.185,00
De juros de depósitos em bancos		983,72	983,72
De empréstimos sobre apólices		5.201,28	5.201,28
Total	9.148.459,66	6.185,00	9.154.644,66



14.2.2. Gastos financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

Exercício de 2014				
Gastos financeiros	Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	Juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
Gasto custo amortizado	680.005,19			680.005,19
Perdas em passivos financeiros		559.588,32		559.588,32
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza			230.867,43	230.867,43
Total	680.005,19	559.588,32	230.867,43	1.470.460,94

Euros

Exercício de 2013				
Gastos financeiros	Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	Juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
Gasto custo amortizado	248.857,38			248.857,38
Perdas em passivos financeiros		916.894,55		916.894,55
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza			208.848,77	208.848,77
Total	248.857,38	916.894,55	208.848,77	1.374.600,70

15. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e de terrenos e edifícios, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros

Exercício de 2014			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.554.154,86	45.463,37	1.508.691,49
De ativos disponíveis para venda	1.206.755,34	45.463,37	1.161.291,97
De títulos de dívida	1.078.598,67	11.554,39	1.067.044,28
De ações	126.773,08	32.721,32	94.051,76
De fundos de investimento	1.383,59	1.187,66	195,93
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	347.399,52	0,00	347.399,52
De títulos de dívida	347.399,52	0,00	347.399,52
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	63.384,36	2.632,73	60.751,63
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	63.384,36	2.632,73	60.751,63
De fundos de investimento	63.384,36	2.632,73	60.751,63
Total	1.617.539,22	48.096,10	1.569.443,12

Euros

Exercício de 2013			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.216.339,64	546.685,98	669.653,66
De ativos disponíveis para venda	1.165.459,01	516.126,20	649.332,81
De títulos de dívida	792.068,04	62.535,71	729.532,33
De ações	353.380,24	452.922,60	-99.542,36
De fundos de investimento	20.010,73	667,89	19.342,84
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	50.880,63	30.559,78	20.320,85
De títulos de dívida	50.880,63	30.559,78	20.320,85
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	339.286,03	0,00	339.286,03
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	339.286,03	0,00	339.286,03
De fundos de investimento	339.286,03	0,00	339.286,03
Total	1.555.625,67	546.685,98	1.008.939,69

16. CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

16.1. CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO DOS CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA ÀS FUNÇÕES

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

a) Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- » Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- » Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- » A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

b) Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- » Custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos e custos com investimentos: 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

16.2. CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA E IMPUTADOS ÀS FUNÇÕES

No quadro seguinte, demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza, assim como a sua imputação às diversas funções:

Euros

Custos e gastos por natureza a imputar	Exercício de 2014			Total
	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	
Custos com pessoal	421.773,28	2.416.457,62	6.848,03	2.845.078,93
Fornecimentos e serviços externos	188.503,97	1.550.935,67	3.049,86	1.742.489,50
Impostos e taxas	5.211,04	30.371,41	85,44	35.667,89
Amortizações do exercício	4.941,38	28.337,51	80,78	33.359,67
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	220.803,32	220.803,32
Total	620.429,67	4.026.102,21	230.867,43	4.877.399,31

Euros

Custos e gastos por natureza a imputar	Exercício de 2013			Total
	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	
Custos com pessoal	318.481,13	2.153.344,84	7.852,04	2.479.678,01
Fornecimentos e serviços externos	138.131,69	1.135.778,05	3.385,16	1.277.294,90
Impostos e taxas	3.819,51	25.545,91	88,94	29.454,36
Amortizações do exercício	11.804,22	84.181,27	320,19	96.305,68
Outras provisões	0,00	0,00	10.902,49	10.902,49
Juros suportados	0,00	0,00	186.299,95	186.299,95
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	472.236,55	3.398.850,07	208.848,77	4.079.935,39

16.3. HONORÁRIOS POR SERVIÇOS DE REVISÃO OFICIAL DE CONTAS E AFINS INCLUÍDOS NA RUBRICA DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas aufer as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2014 e de 2013 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Euros

Âmbito	2014	2013
Serviços de revisão legal das contas anuais	32.360,00	32.360,00
Serviços de garantia de fiabilidade	4.300,00	4.300,00
Total	36.660,00	36.660,00

17. GASTOS COM PESSOAL

17.1. O número total de trabalhadores, no fim do período, era de 58, mais um do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupo profissional/categoria conforme apresentado no seguinte quadro:

Grupo profissional/Categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	3
Diretor	3
Gestor	8
Gestor Comercial	2
Gestor Operacional	3
Gestor Técnico	3
Operacional	44
Coordenador Operacional	13
Especialista Operacional	28
Estagiário (especialista operacional)	2
Secretário	1
Técnico	3
Técnico	3
Total	58

17.2. Os gastos com pessoal, por natureza, registados nos exercícios de 2014 e de 2013 apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	Euros	
	2014	2013
Remunerações	2.167.823,33	1.909.656,62
Dos órgãos sociais	0,00	0,00
Do pessoal	2.167.823,33	1.909.656,62
Encargos sobre remunerações	488.776,23	440.562,04
Benefícios pós-emprego	28.946,47	15.439,79
Planos de contribuição definida	28.380,30	14.804,26
Planos de benefícios definidos	566,17	635,53
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	0,00	0,00
Benefícios de cessação de emprego	21.652,00	0,00
Seguros obrigatórios	56.191,31	52.335,04
Gastos de ação social	7.623,54	6.301,57
Outros gastos com o pessoal	74.066,05	55.382,95
Total	2.845.078,93	2.479.678,01

17.3. A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

20. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

20.1. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

a) Política contabilística

No ponto 3.2.6., são descritas as políticas contabilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

1. Conforme o Contrato Coletivo da Atividade Seguradora e sem prejuízo do descrito a seguir no n.º 2, a Companhia efetuará, anualmente, contribuições para o Plano Individual de Reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano civil	% contribuição para o PIR
2012 – Contribuição anual	1,00%
2013 – Contribuição anual	2,25%
2014 – Contribuição anual	2,50%
2014 – Contribuição extraordinária*	1,25%
2015 e seguintes – Contribuição anual	3,25%

* Alteração do CCT publicado em 2012, publicada no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 45 de 08.12.2014.

2. A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificar-se-á:

i. Para os trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:

1. No ano 2012, a conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56.ª do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/01/2012; e

2. No ano 2015, conforme tabela do n.º 1 desta nota.

ii. Para os restantes trabalhadores no ano 2012.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas ao exercício de 2014 e anterior foram as apresentadas no quadro abaixo:

Conceito	Constituição por contribuição de valor	
	2014	2013
Contribuição para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009	24.457,86	14.804,29
Total	24.457,86	14.804,29

3. A Companhia efetuou apólices de seguro individuais, num produto "Universal Life", com garantia de capital, na própria Companhia. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo V do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

Dado que as apólices foram contratadas na própria Companhia, de acordo com os parágrafos 25 a 27 da IAS 19, o plano deverá continuar a ser tratado para efeitos contabilísticos de forma equivalente aos planos de benefícios definidos.

c) Universo do plano

Fazem parte do plano os trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012.

20.2. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

a) Política contabilística

No ponto 3.2.6., são descritas as políticas contabilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

O plano destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE Seguros de Vida, S.A. que não aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012 e que preenchem as condições da cláusula 56.^a do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, vigente de 22 de junho de 1995 a 14 de janeiro de 2012, segundo o qual têm acesso a este benefício todos os trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995 e que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, dez anos de serviço na mesma.

As características do plano detalham-se mais adiante na alínea l) desta nota.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2014, apenas um trabalhador era abrangido pelo plano de benefícios definidos.

Ainda nos termos do anterior Contrato Coletivo da Atividade Seguradora, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez.

A prestação de invalidez é calculada segundo a fórmula:

$P = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que:

- » R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- » n = n.º de anos civis com entrada de contribuições para a Segurança Social;
- » S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez sobre os quais incidem contribuições para a Segurança Social;
- » t = anos de serviço na atividade seguradora;
- » $0,5 >= 0,022 * t <= 0,8$; e
- » $0,3 >= 0,022 * n <= 0,8$.

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar no mínimo com cinco anos de serviço na atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Atendendo a que as estimativas destas responsabilidades são de difícil execução e que as metodologias disponíveis para o seu apuramento conduzem a resultados que não se consideram razoáveis, e dada a imaterialidade do valor, a MAPFRE, baseada nos princípios prescritos na IAS 37, sempre optou por não as realizar, não procedendo ao seu reconhecimento.

No entanto, as responsabilidades encontram-se cobertas através de uma apólice de seguro do tipo temporário anual renovável realizada na própria Companhia.

c) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., no âmbito deste plano, encontram-se garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado e apólices de capital diferido a prémio único, adquiridas anualmente para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

d) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Exercício de 2014				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela de mortalidade	Valor dos ativos (euros)
201000022	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	16.693,70
Total apólices				16.693,70

Exercício de 2013				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela de mortalidade	Valor dos ativos (euros)
201000022	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	16.223,38
Total apólices				16.223,38

e) Responsabilidade passada

Responsabilidade passada			Euros
Conceito	2014	2013	
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	14.294,54	16.893,44	
Valor atual serviços passados – reformados	0,00	0,00	
Total	14.294,54	16.893,44	

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Euros

Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2014	2013
Valor responsabilidades janeiro	16.893,44	15.042,64
Custo serviço corrente	585,44	721,43
Custo dos juros	451,05	344,48
Resgates	0,00	0,00
Ganhos atuariais	3.635,39	0,00
Perdas atuariais	0,00	784,89
Valor responsabilidades dezembro	14.294,54	16.893,44

g) Análise da obrigação em planos que não têm financiamento

No caso da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., a totalidade dos planos de benefícios definidos encontra-se financiada a 100%.

h) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

No quadro seguinte apresentamos a reconciliação do saldo do ativo:

Euros

Apólices capital diferido prêmio único		
Conceito	2014	2013
Valor ativos janeiro	16.223,38	15.086,69
Contribuições empresa	0,00	706,31
Resgates	0,00	0,00
Retorno ativos	349,13	339,45
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	121,19	90,93
Valor ativos dezembro	16.693,70	16.223,38

i) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade dos ativos e obrigações relativos ao Plano de Benefícios Definido da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., descritos nas alíneas f) e h) anteriores, são relevados no balanço na linha de "Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" e na linha de "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo".

j) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas

Euros

Custo reconhecido em resultados		
Conceito	2014	2013
Custo serviço corrente	585,44	721,43
Custo transferência de plano	0,00	0,00
Custo dos juros	451,05	344,48
Retorno ativos	-470,32	-430,38
Pagamentos	0,00	0,00
Ganhos atuariais	-3.635,39	0,00
Perdas atuariais	0,00	784,89
Total	-3.069,22	1.420,42

k) Quantias reconhecidas em ganhos e perdas

Não foram registados quaisquer outros ganhos ou perdas do exercício corrente.

l) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- » Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada;
- » Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras;
- » Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres;
- » Não se considerou taxa de rotação;
- » Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2014 de 1,55%;
- » Crescimento no valor das pensões da Segurança Social de 2% ao ano;
- » Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 2% ao ano;
- » Taxa de inflação anual de 2%;
- » Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 2%;
- » Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- » Terá direito à prestação de reforma o trabalhador com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho;
- » Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 * 14 / 12 * R) - (0,022 * N * S / 60) \text{ em que,}$$

- P = prestação a pagar pela Companhia;
- R = último salário efetivo no momento da reforma;
- N = número de anos de contribuição para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez; e
- $0,3 \geq 0,022 * N \leq 0,8$;

- » Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar dez anos de serviço na atividade seguradora;

» Qualquer fração de ano conta como um ano completo; e

» Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 2%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

» Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas, e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital, e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total que, atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2014, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2014.

» Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

» Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (2,67% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente em 31 de dezembro de 2013 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

m) Quantias do período corrente e do período anterior

Conceito	Euros		
	2014	2013	2012
Valor das responsabilidades	14.294,54	16.893,44	15.042,64
Valor dos ativos	16.693,70	16.223,38	15.086,69
Excesso/(Insuficiência)	2.399,16	-670,06	44,05
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	3.635,39	0,00	0,00
% sobre responsabilidades	25,43%	0,00%	0,00%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	-121,19	0,00	19,37
% sobre ativos	-0,73%	0,00%	0,13%

21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

21.1. IMPOSTO CORRENTE

Detalham-se no quadro abaixo as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico pela taxa de imposto aplicada:

Euros			
Exercício de 2014			
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	2.078.868,81		2.078.868,81
Variações patrimoniais neg. não refletidas no resultado líquido			0,00
Varição do justo valor dos inst. financ. a representar as prov. téc. com particip. benef.		6.438.626,19	6.438.626,19
23% do resultado antes de impostos	478.139,83	1.480.884,02	1.959.023,85
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	40,96		40,96
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador	0,00		0,00
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	816,50		816,50
Menos-valias contabilísticas	10.456,58		10.456,58
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	361.528,35		361.528,35
Custos extraordinários	4.585,75		4.585,75
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-229,70		-229,70
Mais-valias contabilísticas	-371.984,93		
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	-20.647,06		-20.647,06
Benefícios fiscais	-1.251,78		
Proveitos extraordinários	-213,84		
Total do imposto	461.240,66	1.480.884,02	1.942.124,69
Derrama	83.838,98	269.177,94	353.016,92
Tributação autónoma	45.353,52	0,00	45.353,52
Imposto sobre lucros a pagar	590.433,16	1.750.061,96	2.340.495,12
Imposto sobre lucros a pagar/receber			
Entregas por conta	-1.285.887,61		-1.285.887,61
Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido	-695.454,45	1.750.061,96	1.054.607,51

Euros

Exercício de 2013			
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	1.144.089,08		1.144.089,08
Variações patrimoniais neg. não refletidas no resultado líquido			0,00
Variação do justo valor dos inst. financ. a representar as prov. téc. com particip. benef.		3.672.530,68	3.672.530,68
23% do resultado antes de impostos	286.022,27	918.132,67	1.204.154,94
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	44,64		44,64
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador	0,00		0,00
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	124,73		124,73
Menos-valias contabilísticas	136.671,50		136.671,50
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	192.920,71		192.920,71
Custos extraordinários	70.769,01		70.769,01
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-8.145,42		-8.145,42
Mais-valias contabilísticas	-329.592,19		
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	-17.198,81		-17.198,81
Benefícios fiscais	-1.379,63		
Proveitos extraordinários	0,00		
Total do imposto	330.236,82	918.132,67	1.248.369,49
Derrama	47.538,57	132.167,93	179.706,51
Tributação autónoma	32.566,60		32.566,60
Imposto sobre lucros a pagar	410.341,99	1.050.300,60	1.460.642,60
Imposto sobre lucros a pagar/receber			
Entregas por conta	-1.233.874,00		-1.233.874,00
Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido	-823.532,01	1.050.300,60	226.768,60

21.2. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Decomposição do saldo de ativos por impostos diferidos

Exercício de 2014							Euros
Ativos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final	
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio		
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
De prejuízos fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
De participação nos resultados a atribuir	1.354.192,72	0,00	0,00	0,00	1.354.192,72	0,00	
Do reconhecimento da reserva revalorização resultante da alteração da classificação contabilística dos títulos da dívida pública portuguesa	74.894,24	0,00	0,00	0,00	74.894,24	0,00	
Total	1.429.086,96	0,00	0,00	0,00	1.429.086,96	0,00	

Exercício de 2013							Euros
Ativos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final	
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio		
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
De prejuízos fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	56.016,85	0,00	0,00	56.016,85	0,00	0,00	
De participação nos resultados a atribuir	864.869,34		489.323,38			1.354.192,72	
Do reconhecimento da reserva revalorização resultante da alteração da classificação contabilística dos títulos da dívida pública portuguesa	107.675,39				32.781,15	74.894,24	
Total	1.028.561,58	0,00	489.323,38	56.016,85	32.781,15	1.429.086,96	

b) Decomposição do saldo de passivos por impostos diferidos

Exercício de 2014							Euros
Passivos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final	
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio		
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	1.327.353,67	0,00	2.381.866,72	0,00		3.709.220,39	
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	1.327.353,67	0,00	2.381.866,72	0,00	0,00	3.709.220,39	

Exercício de 2013							Euros
Passivos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final	
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio		
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	276.715,23	0,00	1.050.638,44	0,00		1.327.353,67	
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	276.715,23	0,00	1.050.638,44	0,00	0,00	1.327.353,67	

22. CAPITAL

22.1. INDICAÇÕES SOBRE O CAPITAL SOCIAL

O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2014, é de 21.000.000,00 euros, dividido em 4.200.000 ações nominativas, no valor nominal de 5,00 € cada:

Euros

Entidade acionista	2014		2013	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE Seguros Gerais	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00
Total	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00

a) Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital. Para efeitos da margem de solvência relativa ao ramo Vida, a legislação em vigor tem como requisitos de capital as seguintes percentagens, por grupos homogêneos de produtos:

- » Produtos com risco de morte e invalidez, cerca de 0,01% e 0,015% dos capitais em risco, consoante a sua duração;
- » Produtos financeiros com risco da Companhia, 4% das provisões matemáticas; e
- » Produtos *Unit Linked* com risco do tomador do seguro, 1% das provisões matemáticas.

b) De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por uma entidade associada, não existindo qualquer ação propriedade da própria Companhia.

c) Em referência a 31 de dezembro de 2014, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

22.2. No exercício de 2013, a MAPFRE Seguros Gerais subscreveu 7.000 ações, no valor nominal de 5,00 € cada, aumentando assim a sua participação na MAPFRE Seguros de Vida, para um total de 21.000.000,00 milhões de euros.

22.3. No exercício de 2014, não existiram acordos de pagamento com base em ações, pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

23. RESERVAS

23.1. As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros.

23.2. No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2014 em cada uma das reservas:

Euros

Exercício de 2014				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	2.532.599,80	17.811.970,78	0,00	20.344.570,58
Ações/Unid. part. fundos invest.	1.429.508,01	530.262,72	0,00	1.959.770,73
Títulos de dívida	1.103.091,79	17.281.708,06	0,00	18.384.799,85
Reserva por impostos diferidos	101.733,29	-3.810.953,67	0,00	-3.709.220,38
Ações/Unid part. fundos invest.	298.823,88	-323.978,43	0,00	-25.154,55
Títulos de dívida	-197.090,60	-3.486.975,24	0,00	-3.684.065,84
Outras reservas	-4.194.356,29	236.842,03	0,00	-3.957.514,26
Reserva legal	419.058,70	67.773,02	0,00	486.831,72
Outras reservas	-4.613.414,99	169.069,01	0,00	-4.444.345,98
Total	-1.560.023,20	14.237.859,14	0,00	12.677.835,94

Euros

Exercício de 2013				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	-3.350.464,67	5.883.064,47	0,00	2.532.599,80
Ações/Unid. part. fundos invest.	199.806,93	1.229.701,08	0,00	1.429.508,01
Títulos de dívida	-3.550.271,60	4.653.363,39	0,00	1.103.091,79
Reserva por impostos diferidos	805.438,57	-703.705,28	0,00	101.733,29
Ações/Unid part. fundos invest.	-52.948,84	351.772,72	0,00	298.823,88
Títulos de dívida	858.387,41	-1.055.478,01	0,00	-197.090,60
Outras reservas	-4.630.439,93	436.083,64	0,00	-4.194.356,29
Reserva legal	278.104,81	140.953,89	0,00	419.058,70
Outras reservas	-4.908.544,74	295.129,75	0,00	-4.613.414,99
Total	-7.175.466,03	5.615.442,83	0,00	-1.560.023,20

O valor negativo de 4.630.439,93, apresentado na rubrica de outras reservas contém a anulação do *goodwill* gerado na aquisição, com efeito em 1 de janeiro de 2010, da carteira de apólices, bem como dos respetivos ativos e passivos, à Agência Geral em Portugal, da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros e Resseguros sobre la Vida Humana, S.A., no valor de 7.411.488,05.

Entendeu-se proceder a esta anulação porque a aludida transação foi efetuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE Seguros Gerais, S.A.) e ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo MAPFRE, não se encontrando dentro do âmbito dos requisitos de contabilização impostos pela IFRS 3.

24. RESULTADOS POR AÇÃO

24.1. Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2014	2013
Resultado líquido atribuído aos acionistas	1.488.435,65	677.730,24
Número médio de ações	4.200.000	4.200.000
Resultado por ação (em euros)	0,35	0,16

25. DIVIDENDOS POR AÇÃO

25.1. O Conselho de Administração propôs que o resultado do exercício de 2014, no montante de 1.488.435,65 euros (um milhão quatrocentos e oitenta e oito mil quatrocentos e trinta e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos), seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:

- » Reserva Legal: 148.843,57 euros (cento e quarenta e oito mil oitocentos e quarenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos);
- » Reserva Livre: 1.339.592,08 euros (um milhão trezentos e trinta e nove mil quinhentos e noventa e dois euros e oito cêntimos).

26. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

26.1. INFORMAÇÃO SOBRE A EMPRESA-MÃE E SOBRE A EMPRESA-MÃE DO TOPO DO GRUPO

A MAPFRE nasceu em 1933 como Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de Assistência e Resseguro, como pontas de lança do negócio de Seguros. Em 1975, inicia as suas atividades a Fundação MAPFRE e, nos anos 80, a MAPFRE – que já era a primeira entidade seguradora de Espanha – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante esforço de investimento, que culminou nos anos 90 com a criação de uma rede de seguro que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano 2000, começou-se a sentir a aceleração do crescimento das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma reorganização que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A Fundação MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades

não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na diversificação geográfica e por mercados de elevado potencial de crescimento, como os Estados Unidos e a Turquia. Em 2012, Antonio Huertas assumiu a Presidência do Grupo, uma seguradora global com presença em 49 países nos cinco continentes.

A MAPFRE é líder do mercado segurador espanhol, o primeiro grupo multinacional segurador na América Latina, onde também é líder no seguro Não Vida. É um dos 10 primeiros grupos europeus em volume de negócio e situa-se entre as 20 primeiras companhias de seguros de automóveis nos Estados Unidos.

Na atividade de Assistência, é a terceira seguradora mundial.

A resseguradora da MAPFRE, a MAPFRE RE, encontra-se entre as 15 primeiras entidades no *ranking* mundial e desenvolve a sua atividade em todo o mundo.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de 27 milhões de clientes, 37.053 empregados, 5.524 escritórios próprios em todo o mundo e cerca de 80.000 mediadores.

As ações da MAPFRE fazem parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, World Index, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE Seguros Gerais, S.A. é uma das Sociedades do Grupo que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE Familiar que, por sua vez, é detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

26.2. DESCRIÇÃO DOS RELACIONAMENTOS ENTRE EMPRESAS-MÃE E FILIAIS

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa-mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, além das remunerações relativas aos Administradores.

26.3. INFORMAÇÃO RELACIONADA COM O ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração, de acordo com a Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril, está relatada no Relatório de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração pelo desempenho do cargo na MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

No quadro seguinte, apresentam-se as entidades do Grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Grupo MAPFRE	
Administrador	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
António Manuel Cardoso Belo	MAPFRE Seguros Gerais, S.A.
Vítor Manuel da Silva Reis	
Pedro Ribeiro e Silva	
Maria de Lurdes Ferreira da Mata Soares Póvoas	

26.4. Apresentam-se de seguida as operações ocorridas e saldos do exercício com todas as outras entidades relacionadas:

Milhares de euros

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2014	2013	2014	2013
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	63	108	225	370
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	0	0	0	0
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	188	121	0	0
Total	252	228	225	370

Milhares de euros

Conceito	Operações gerais	
	2014	2013
Créditos e dívidas	-2	-4
Total	-2	-4

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2014	2013
Prémios adquiridos	762	749
Sinistros recebidos	223	263
Variação de provisões técnicas	210	198
Comissões	35	42
Juros sobre depósitos	0	0

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2014	2013
Créditos e dívidas	-7	-77
Depósitos	0	0
Provisões técnicas	1.216	993
Total	1.209	916

27. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração do fluxo de caixa	2014	2013
Euros		
Atividades operacionais		
Recebimentos de prémios	75.246.785,97	60.579.810,32
Pagamentos de sinistros	-39.816.484,96	-45.525.197,44
Pagamentos de comissões	-1.131.149,52	-660.417,20
Entradas por operações de resseguro	0,00	232.594,79
Saídas por operações de resseguro	-586.180,23	-371.463,81
Outros recebimentos	426.785,57	201.570,33
Pagamentos a fornecedores e pessoal	-6.708.546,36	-3.228.301,84
Imposto sobre o rendimento	-1.410.570,15	-2.494.852,55
Total fluxo das atividades operacionais	26.020.640,32	8.733.742,60
Atividades de investimento		
Outros ativos tangíveis	-134.702,88	0,00
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00
Títulos de dívida	-39.260.938,02	-13.837.075,57
Instrumentos de capital e unidades de participação	1.004.389,82	987.868,67
Participação no capital de outras sociedades	0,00	0,00
Juros e dividendos recebidos	9.469.982,67	8.182.071,77
Outros investimentos	-3.254.910,18	0,00
Total fluxo das atividades de investimento	-32.176.178,59	-4.667.135,13
Atividades de financiamento		
Outros recebimentos ou pagamentos	0,00	-14.208,34
Total fluxo das atividades de financiamento	0,00	-14.208,34
Efeito das variações das diferenças de câmbios	0,00	0,00
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	-6.155.538,27	4.052.399,13
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	7.735.593,92	3.683.194,79
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.580.055,65	7.735.593,92

28. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Não se registaram eventos subsequentes relevantes, em data posterior às demonstrações financeiras apresentadas.

29. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

29.1. ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

29.2. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

As revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE não apresentam efeitos significativos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia.

IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação – entidades com finalidade especial e na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A IFRS 10 não altera os procedimentos de consolidação, mas estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado a todas as entidades e veículos com finalidade especial. Assim, um investidor controla uma investida se e apenas se tiver, cumulativamente:

- (a) Poder sobre a investida;
- (b) Exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- (c) A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

As mudanças introduzidas pela IFRS 10 requerem que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e, conseqüentemente, serão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.

IFRS 11 Acordos conjuntos

A IFRS 11:

- » Substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – contribuições não monetárias por empreendedores;
- » Altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial. O controlo conjunto consiste na partilha contratualmente acordada do controlo sobre um acordo, que só existe quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo.



1,5

milhões de euros

O resultado líquido mais do que duplicou em relação ao ano anterior.

Define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos.

IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades

A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, além de novas informações adicionais.

O objetivo desta norma é exigir que uma entidade divulgue informação nas suas demonstrações financeiras que permita que os utentes avaliem:

- (a) A natureza e os riscos associados aos seus interesses noutras entidades; e
- (b) Os efeitos desses interesses na sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Para isso, uma entidade deve divulgar:

- (a) Os julgamentos e pressupostos significativos nos quais se baseou para determinar a natureza do seu interesse noutra entidade ou acordo e para determinar o tipo de acordo conjunto no qual tem um interesse; e
- (b) Informação sobre os seus interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas; e entidades estruturadas que não sejam controladas pela entidade.

Para efeitos desta norma, um interesse noutra entidade refere-se ao envolvimento contratual e não-contratual que expõe uma entidade a uma variabilidade do retorno em função do desempenho da outra entidade. Um interesse noutra entidade pode ser evidenciado, entre outros, pela propriedade de ações ou de instrumentos de dívida, bem como por outras formas de envolvimento como o fornecimento de financiamento, de assistência à liquidez, de aumentos de crédito e de garantias. Isso inclui os meios pelos quais uma entidade tem controlo, controlo conjunto ou influência significativa sobre outra entidade. Uma entidade não tem necessariamente um interesse noutra entidade apenas por via de uma normal relação de cliente-fornecedor.

IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 (emendas) – Orientações de transição

Estas emendas permitem a adopção de procedimentos menos exigentes na transição para as IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 como, por exemplo, a re-expressão de comparativos que fica limitada ao período imediatamente anterior à transição.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emendas) – Entidades de investimento

As entidades de investimento que incluem os fundos de capital de risco devem satisfazer três elementos da definição e quatro características típicas para que possam ser consideradas como entidades de investimento a quem se aplicam as novas disposições. Para o efeito, devem ser considerados todos os factos e circunstâncias, incluindo o fim a que se destinam e a sua conceção. Estas entidades estão isentas de consolidar as suas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, as quais devem ser valorizadas ao justo valor através de resultados nos termos da IFRS 9 (ou IAS 39 conforme aplicável), com exceção daquelas que prestem serviço exclusivo à entidade de investimento relacionados com as atividades de investimento, as quais devem ser consolidadas (investimentos em subsidiárias) ou contabilizadas usando o método da equivalência patrimonial (investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos). Também devem ser valorizadas ao justo valor os investimentos em outras entidades de investimento sobre as quais exista controlo. Uma entidade mãe de uma entidade de investimento que não seja, ela própria, uma entidade de investimento não pode usar nas suas contas o modelo de justo valor aplicado pela sua subsidiária às respetivas participadas. Organizações de capital de risco, fundos de investimento e outras entidades que não satisfaçam as condições para serem consideradas entidades de investimento nos termos agora definidos mantêm a possibilidade de poder mensurar os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos ao justo valor através de resultados nos termos da opção prevista na IAS 28.

IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)

Com a introdução da IFRS 10 e da IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

IAS 28 Investimentos em associadas e joint ventures

Com as alterações à IFRS 11 e à IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às *joint ventures*, à semelhança do que já acontecia com as associadas.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação), os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser correntemente executáveis em termos legais no decurso da atividade normal, mas também têm de ser executáveis no caso de um

evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

IAS 36 Imparidade de ativos (Emenda) – Divulgações da quantia recuperável para ativos não financeiros

A emenda elimina a obrigatoriedade de divulgação do valor recuperável de unidades geradoras de caixa que incluam ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou *goodwill*, desde que não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade, com o objetivo de eliminar a consequência não intencional existente na norma que obrigava à divulgação de informação comercial sensível. Passa a ser obrigatório divulgar: (i) informação adicional sobre o justo valor dos ativos em imparidade quando a quantia recuperável é baseada no justo valor menos custo de vender e (ii) informação sobre as taxas de desconto usadas quando a quantia recuperável é baseada no justo valor menos custos de vender que use uma técnica de valorização ao valor atual.

IAS 39 Instrumentos financeiros (Emenda) – Novação de derivados e continuação de contabilidade de cobertura

As emendas visam permitir uma exceção à necessidade de descontinuar a contabilidade de cobertura em certas circunstâncias nas quais existe uma alteração da contraparte num instrumento de cobertura, de forma a garantir a participação numa câmara de compensação para esse instrumento.

A emenda cobre as novações:

- » Que resultem da aplicação ou da alteração de leis ou regulamentos;
- » Nas quais as partes do instrumento de cobertura concordam que uma ou mais contrapartes da compensação substituam as contrapartes originais de forma a tornarem-se as novas contrapartes de cada uma das partes;
- » Que não resultem em outras alterações aos termos do contrato original do derivado além das alterações diretamente atribuíveis à alteração da contraparte para assegurar a compensação.

Todas as condições acima referidas devem ser cumpridas para se continuar a contabilidade de cobertura de acordo com esta exceção.

A emenda cobre novações efetuadas para contrapartes centrais, bem como para intermediários, como sejam membros de câmaras de compensação, ou clientes dos últimos que sejam eles próprios intermediários.

Para as novações que não cumpram os critérios da exceção, as entidades devem avaliar as alterações ao instrumento de cobertura à luz das regras de desreconhecimento de instrumentos financeiros e das condições gerais para continuar a aplicação da contabilidade de cobertura.

30. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2015 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

a) Já endossadas pela União Europeia:

IAS 19 R Benefícios de empregados (Emenda) – Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como, por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

IFRIC 21 Taxas

Esta interpretação aplica-se a pagamentos impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas (ex.: IAS 12), incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: (i) deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a atividade que despoleta o pagamento tal como identificado na legislação relevante; (ii) deve ser efetuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo se a atividade que despoleta o pagamento também ocorre ao longo do tempo, de acordo com a legislação relevante; e (iii) se o pagamento só é despoletado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido. Esta interpretação não estabelece qual deve ser a contrapartida do passivo, devendo ser tidas em conta as disposições das restantes normas para determinar se deve ser reconhecido um ativo ou um gasto.

MELHORIAS ANUAIS RELATIVAS AO CICLO 2010-2012

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas, cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em ações

Atualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de *performance*.

IFRS 3 Combinações de negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e da IAS 39 nada teve que ver com alterações de mensuração, mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorização, a norma passa a prever a possibilidade de a entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico, sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a re-expressão para todos os períodos anteriores, mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de partes relacionadas

Clarifica que uma entidade gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

MELHORIAS ANUAIS RELATIVAS AO CICLO 2011-2013

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor.

IFRS 3 Combinações de negócios

Atualiza a exceção de aplicação da norma a “Acordos Conjuntos”, clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao portefólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de investimento

Clarifica que é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de ativos e não a descrição existente na IAS 40 que permite distinguir a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

b) Ainda não endossadas pela União Europeia:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de julho de 2014)

Esta norma foi finalmente completada em 24 de julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- » Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizados pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 Rendimentos de contratos com os clientes.
- » Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo valor justo através do resultado integral (FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.
- » Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- » Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento a instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- » Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito deve ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentada no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- » Todos os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para a IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- » Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- » O modelo de PEC aplica-se: (i) a instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 Locações.

- » Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contábilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações, pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- » A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- » Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.
- » Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- » O valor temporal de uma opção, o elemento *forward* de um contrato *forward* e qualquer *spread* base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- » Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma, sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospetiva.

IFRS 10 e IAS 28 Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto (Emendas emitidas em 11 de setembro de 2014)

As alterações à IFRS 10 definem os critérios para o reconhecimento dos ganhos e perdas quando uma empresa-mãe perde o controlo de uma subsidiária, a qual não contenha um negócio tal como definido na IFRS 3 Combinações de negócios, em resultado de uma transação que envolva uma associada ou *joint venture* que seja contabilizada pela equivalência patrimonial. O lucro ou perda da transação é incluído na demonstração de resultados do investidor apenas na extensão que não esteja relacionada com o investimento na associada ou *joint venture*. A parte restante é deduzida ao valor contábilístico do investimento na associada ou *joint venture*. No caso de a empresa-mãe continuar a manter um investimento na antiga subsidiária e esta se tiver tornado uma associada ou *joint venture* contabilizada pela equivalência patrimonial, a empresa-mãe reconhece o ganho ou perda da remensuração para o justo valor na demonstração de resultados apenas na extensão que não esteja relacionada com o novo investimento na associada ou *joint venture*. A parte restante é deduzida ao valor contábilístico do investimento retido na anterior subsidiária. Se o investimento na anterior subsidiária passar a ser mensurado pelo justo valor, então o ganho ou perda da remensuração é reconhecido na totalidade na demonstração de resultados do investidor.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias

consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 Combinações de negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospetiva.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidades de investimento – Aplicação da exceção de consolidação (Emendas emitidas em 18 de dezembro de 2014)

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas, se: (i) a sua empresa-mãe imediata ou última preparar demonstrações financeiras em IFRS para uso público nas quais as subsidiárias sejam consolidadas ou mensuradas ao justo valor através de resultados; ou se (ii) as suas subsidiárias estiverem mensuradas ao justo valor através de resultados (todas as subsidiárias, exceto aquelas que não sejam entidades de investimentos e cujo propósito e atividades sejam prestar serviços relacionados com as atividades de investimento das entidades de investimento que as detêm).

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade não necessita de aplicar o método da equivalência patrimonial numa associada ou *joint venture*, se: (i) a empresa-mãe puder usufruir da isenção de consolidação definida na IFRS 10 ou se (ii) entre todas as condições das IAS 28 necessárias para tal, a sua empresa-mãe imediata ou última preparar demonstrações financeiras em IFRS para uso público nas quais as subsidiárias sejam consolidadas ou mensuradas ao justo valor através de resultados. Uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou *joint ventures* que sejam entidades de investimento pode manter a valorização das subsidiárias destas entidades de investimento ao justo valor através de resultados.

As consequentes alterações à IFRS 12 exigem que uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras em que todas as suas subsidiárias são mensuradas ao justo valor através de resultados apresente as divulgações exigidas pela IFRS 12 no que respeita a entidades de investimento.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IFRS 11 Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas (Emendas emitidas em 6 de maio de 2014)

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio aplique, na proporção da sua quota parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 Combinações de negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo conjunto.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospectiva.

IAS 27 Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas (Emenda emitida em 12 de agosto 2014)

O objetivo destas alterações é restaurar a opção de usar o método da equivalência patrimonial na valorização de subsidiárias e associadas em contas separadas cujas opções de valorização passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com a IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos. A consequente alteração também foi feita na IFRS 1 Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa usufruir da isenção de combinações de negócios passadas em relação à aquisição do investimento.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas (emitida em 30 de janeiro de 2014)

Esta norma permite que uma entidade, cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas, continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas para contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao abrigo do anterior normativo contabilístico ao adotar as IFRS pela primeira vez. Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual GAAP não permitem o reconhecimento de ativos e passivos com tarifas reguladas e (iii) as entidades cujo atual GAAP permite o reconhecimento de ativos e passivos com tarifas reguladas, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS. As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração do lucro ou prejuízo e na demonstração do resultado integral. Devem ser divulgados a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

A interpretação é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de maio de 2014)

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rendimentos, IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes, IFRIC 15 Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 Transferências de ativos de clientes e SIC 31 Receitas – Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas: (i) identificar o contrato com o cliente, (ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato, (iii) determinar o preço de transação, (iv) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho no contrato e (v) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais de obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A interpretação é aplicável para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IAS 1 Clarificação sobre divulgações no relato financeiro (Emendas emitidas em 18 de dezembro de 2014)

As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulados de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral, os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral, a quota parte dos itens relacionados com associadas e *joint ventures* deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem, mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex.: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

A IAS 1 já não se refere a um “resumo” das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adotadas e aplicação inicial de uma norma).

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IAS 16 e à IAS 41 Plantas que geram produto agrícola (Emendas emitidas em 30 de junho de 2014)

As alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 41 Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito da IAS 41. Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do Governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva (dois métodos possíveis).

IAS 16 e IAS 38 Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos (Emendas emitidas em 12 de maio de 2014)

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que o rendimento reflete um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e não o de que os benefícios económicos são consumidos através do uso do ativo. Como resultado, a proporção da receita gerada em relação à receita total prevista para ser gerada não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado, só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospectiva.

MELHORIAS ANUAIS RELATIVAS AO CICLO 2012-2014 (EMITIDAS EM 25 DE SETEMBRO DE 2014)

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Esta melhoria clarifica que as reclassificações diretas de ativos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para ativos não correntes de detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano, devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo.

Aplicação prospectiva.

IFRS 7 Instrumentos financeiros – Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras de ínterim.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito a um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

IAS 19 Benefícios de empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta títulos de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex.: área do euro) e não os existentes em cada país.

Esta melhoria aplica-se a partir dos saldos de abertura mais antigos apresentados nos comparativos das demonstrações nas quais a alteração seja aplicada pela primeira vez.

IAS 34 Relato financeiro intercalar

As divulgações relativas a eventos e transações significativas passam a poder ser efetuadas, indistintamente, diretamente nas demonstrações financeiras de íterim ou por referência cruzada para outros documentos de prestação de contas (ex.: Relatório de Gestão ou Relatório de Risco). No entanto, considera-se que as demonstrações financeiras de íterim estão incompletas se os respetivos utilizadores não tiverem acesso, nos mesmos termos e ao mesmo tempo, à informação incluída por referência cruzada.

Aplicação retrospectiva.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para a Companhia.

Lisboa, 16 de março de 2015

Manuela Mendes

Técnico de Contas

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Cardoso Belo
(Presidente)

Vítor Manuel Silva Reis
(Vice-Presidente)

**Maria de Lurdes Ferreira da Mata
Soares Póvoas**
(Vogal)

Pedro Ribeiro e Silva
(Vogal – Secretário)

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2014

ANEXO 1.1.

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2. Outros								
2.1. Títulos nacionais								
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1. Ações								
Subtotal								
2.1.1.2. Títulos de participação								
Subtotal								
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
Subtotal								
2.1.1.4. Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.1.1.								
2.1.2. Títulos de dívida								
2.1.2.1. De dívida pública								
PTOTE6OEE0006	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,2 10/2016	2.200.000	2.200.000,00			2.086.614,68		2.368.862,03
PTOTEAOE0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023	6.150.000	6.150.000,00			6.776.934,24		7.352.441,35
PTOTELOE0010	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,35 10/2017	23.900.000	23.900.000,00			23.039.191,67		26.361.972,16
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019	21.020.000	21.020.000,00			21.129.777,09		24.558.757,58
PTOTENOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,45 6/2018	1.875.000	1.875.000,00			1.917.780,00		2.129.253,17
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021	14.900.000	14.900.000,00			14.133.245,02		16.970.607,84
PTOTECOE0029	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,8 6/2020	2.350.000	2.350.000,00			2.691.256,50		2.792.020,04
PTOTEQOE0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024	7.505.000	7.505.000,00			8.873.357,86		9.678.361,59
PTOTESOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037	615.000	615.000,00			589.546,03		671.608,87
PTOTEROE0014	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030	250.000	250.000,00			244.542,50		266.177,47
Subtotal		80.765.000	80.765.000,00			81.482.245,59		93.150.062,10
2.1.2.2. De outros emissores públicos								
Subtotal								
2.1.2.3. De outros emissores								
Subtotal								
Subtotal 2.1.2.		80.765.000	80.765.000,00			81.482.245,59		93.150.062,10
Subtotal 2.1.		80.765.000	80.765.000,00			81.482.245,59		93.150.062,10
2.2. Títulos estrangeiros								
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1. Ações								
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	1.650			51,41	84.820,78	76,79	126.703,55
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS AG	1.034			111,59	115.384,62	224,42	232.055,24
CH0038863350	NESTLE S.A. REGISTERED	3.294			30,27	99.694,43	60,66	199.809,84
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	13.554			9,69	131.375,42	13,25	179.590,50
DE0007037129	RWE AG	850			24,36	20.704,35	25,65	21.802,50
DE0007236101	SIEMENS AG	2.378			84,35	200.573,60	93,75	222.937,50
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	1.303			128,96	168.029,56	165,75	215.972,25
DE000BAY0017	BAYER A.G.	3.344			54,44	182.037,97	113,00	377.872,00
DE000ENAG999	E.ON SE	5.645			13,62	76.867,12	14,19	80.130,77
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	10.377			11,47	119.054,28	16,43	170.494,11
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	52.179			7,30	381.009,02	7,85	409.813,85

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0113679I37	BANKINTER	18.923			2,85	53.930,26	6,70	126.803,02
ES0113900J37	BANCO SANTANDER S.A.	100.816			5,33	537.572,70	7,00	705.308,72
ES0116870314	GAS NATURAL SDG S.A.	3.296			12,60	41.515,98	20,81	68.589,76
ES0130960018	ENAGAS	6.374			16,32	104.023,71	26,19	166.903,19
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	101.574			3,71	377.205,78	5,60	568.509,66
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	5.190			20,43	106.027,07	28,97	150.354,30
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	1.872			33,98	63.614,44	73,21	137.049,12
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	25.675			14,58	374.296,82	15,54	399.117,87
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	25.856			11,38	294.311,64	11,92	308.203,52
FR0000120172	CARREFOUR S.A.	2.562			25,06	64.194,69	25,30	64.818,60
FR0000120271	TOTAL S.A.	8.636			40,43	349.130,55	42,52	367.202,72
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	1.416			60,73	85.990,61	75,66	107.134,56
FR0000120644	GROUPE DANONE	4.511			49,46	223.117,94	54,45	245.623,95
FR0000125486	VINCI S.A.	949			39,14	37.147,43	45,51	43.188,99
FR0000127771	VIVENDI S.A.	6.786			16,54	112.253,09	20,69	140.402,34
FR0000131104	BNP PARIBAS S.A. – PARIS	3.330			42,99	143.146,37	49,26	164.035,80
FR0000133308	ORANGE S.A.	14.762			9,33	137.679,71	14,15	208.882,30
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	4.667			19,46	90.806,77	19,43	90.679,81
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	1.106			8,47	9.365,35	7,81	8.642,82
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	2.269			14,33	32.508,14	17,67	40.088,62
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	1.360			21,53	29.284,87	27,66	37.617,60
IT0003132476	ENI SPA	4.817			17,39	83.765,88	14,51	69.894,67
NL0000009355	UNILEVER PLC	2.398			20,84	49.978,16	32,64	78.270,72
DE0007164600	SAP SE	946			57,52	54.409,46	58,26	55.113,96
ES0613211996	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	52.179			0,08	4.174,32	0,08	4.122,13
ES0673516953	REPSOL YPF,S.A.	25.675			0,47	12.113,39	0,46	11.733,46
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	5.641			4,04	22.763,53	3,70	20.849,13
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	1.435			23,51	33.740,88	23,70	34.016,67
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	16.785			0,90	15.106,53	2,86	47.985,76
Subtotal		547.414				5.122.727,22		6.708.325,88
2.2.1.2. Títulos de participação								
Subtotal								
2.2.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
ES0122067038	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1107 F.	21.726			6,88	149.507,71	7,69	167.173,57
ES0138395035	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 5, F.I.	79.233			7,57	600.000,01	8,80	697.498,19
ES0138396033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1111, F	73.182			1,90	138.904,63	2,42	176.844,00
ES0138599032	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1104, F	27.344			7,29	199.243,77	7,41	202.507,09
ES0138708039	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 12, F.I	8.807			14,52	127.862,57	15,52	136.719,85
ES0138777034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 3, F.I.	2.643			7,32	19.353,00	8,20	21.660,34
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	8.320			20,92	174.033,66	28,42	236.470,14
ES0138902038	FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	14			1.517,74	20.717,18	1.518,10	20.722,06
ES0138903036	FONDMAPFRE RENTA F.I.	7.372			16,54	121.930,30	19,27	142.022,34
ES0138956034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 10, F.I	37			1.059,07	39.217,51	1.373,77	50.870,84
ES0165196033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 011 FI	98			10,76	1.050,46	11,75	1.146,70
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.551			197,14	700.000,02	293,45	1.041.993,95
Subtotal		232.327				2.291.820,82		2.895.629,07
2.2.1.4. Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.2.1.		779.741				7.414.548,04		9.603.954,95
2.2.2. Títulos de dívida								
2.2.2.1. De dívida pública								

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0000011868	TESORO PUBLICO 6 1/2029	675.000	675.000,00			695.317,62		1.015.976,59
ES0000011967	TESORO PUBLICO 100 1/2022	4.200.000	4.200.000,00			3.032.073,07		3.851.976,77
ES00000120G4	TESORO PUBLICO 3,15 1/2016	840.000	840.000,00			863.129,63		890.218,58
ES00000120J8	TESORO PUBLICO 3,8 1/2017	1.970.000	1.970.000,00			1.941.246,27		2.176.251,18
ES00000120N0	TESORO PUBLICO 4,9 7/2040	4.260.000	4.260.000,00			3.756.101,66		5.983.094,51
ES00000121S7	TESORO PUBLICO 4,7 7/2041	25.000	25.000,00			24.943,70		34.067,73
ES00000122E5	TESORO PUBLICO 4,65 7/2025	4.345.000	4.345.000,00			4.379.532,11		5.636.929,34
ES00000122T3	TESORO PUBLICO 4,85 10/2020	300.000	300.000,00			267.795,00		368.460,06
ES00000123B9	TESORO PUBLICO 5,5 4/2021	7.950.000	7.950.000,00			7.861.791,97		10.411.522,08
ES00000123C7	TESORO PUBLICO 5,9 7/2026	2.320.000	2.320.000,00			2.281.108,22		3.324.473,35
ES00000123J2	TESORO PUBLICO 4,25 10/2016	7.200.000	7.200.000,00			7.150.653,02		7.760.033,35
ES00000123K0	TESORO PUBLICO 5,85 1/2022	1.865.000	1.865.000,00			1.950.912,11		2.560.783,02
ES00000123N4	TESORO PUBLICO 100 1/2022	2.800.000	2.800.000,00			1.973.854,55		2.578.751,77
ES00000123Q7	TESORO PUBLICO 4,5 1/2018	6.500.000	6.500.000,00			6.981.045,12		7.538.803,89
ES00000123X3	TESORO PUBLICO 4,4 10/2023	1.725.000	1.725.000,00			1.765.592,50		2.160.575,36
ES0000012411	TESORO PUBLICO 5,75 7/2032	2.365.000	2.365.000,00			2.408.301,33		3.545.999,20
ES00000124B7	TESORO PUBLICO 3,75 10/2018	6.000.000	6.000.000,00			6.240.432,91		6.736.063,14
ES00000124C5	TESORO PUBLICO 5,15 10/2028	1.284.000	1.284.000,00			1.442.343,60		1.735.776,41
ES00000124H4	TESORO PUBLICO 5,15 10/2044	2.385.000	2.385.000,00			2.647.824,45		3.441.782,06
ES0000012619	TESORO PUBLICO 100 7/2016	3.900.000	3.900.000,00			3.088.032,03		3.872.234,86
ES0000012726	TESORO PUBLICO 100 7/2027	700.000	700.000,00			302.837,99		520.583,01
ES0000012767	TESORO PUBLICO 100 7/2031	700.000	700.000,00			241.146,79		447.467,81
ES0000012783	TESORO PUBLICO 5,5 7/2017	8.535.000	8.535.000,00			9.034.483,25		9.826.545,40
ES0000012932	TESORO PUBLICO 4,2 1/2037	5.560.000	5.560.000,00			4.960.082,00		7.190.199,69
FR0120746609	REPÚBLICA DE FRANCIA 1 7/2017	500.000	500.000,00			500.845,30		515.499,93
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033	350.000	350.000,00			380.965,12		507.930,57
IT0004273493	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 2/2018	1.500.000	1.500.000,00			1.563.270,00		1.702.667,09
IT0004423957	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2019	4.500.000	4.500.000,00			4.603.533,26		5.247.493,25
ES00000124W3	TESORO PUBLICO 3,8 4/2024	1.900.000	1.900.000,00			2.019.903,59		2.323.805,13
ES00000126B2	TESORO PUBLICO 2,75 10/2024	3.500.000	3.500.000,00			3.666.950,00		3.878.980,23
IT0004987191	REPÚBLICA DE ITALIA 1,5 12/2016	2.550.000	2.550.000,00			2.593.175,57		2.602.218,62
ES00000121A5	TESORO PUBLICO 4,1 7/2018	4.450.000	4.450.000,00			4.964.746,50		5.067.398,56
ES0000012676	TESORO PUBLICO 100 7/2022	4.000.000	4.000.000,00			3.008.580,64		3.595.585,28
ES00000126C0	TESORO PUBLICO 1,4 1/2020	1.450.000	1.450.000,00			1.474.911,00		1.498.769,44
ES00000121O6	TESORO PUBLICO 4,3 10/2019	1.150.000	1.150.000,00			1.325.179,50		1.349.661,31
ES00000124V5	TESORO PUBLICO 2,75 4/2019	4.600.000	4.600.000,00			4.723.307,50		5.078.388,09
Subtotal		108.854.000	108.854.000			106.115.948,88		126.976.966,66
2.2.2.2. De outros emissores públicos								
Subtotal								
2.2.2.3. De outros emissores								
ES0314950694	BANCO FINANCIERO Y DE AHORROS 5,25 4/2016	850.000	850.000,00			914.260,00		931.304,36
ES0370148019	AYT CEDULAS CAJAS V, FONDO TIT 4,75 12/2018	500.000	500.000,00			486.000,00		580.968,51
ES0413211113	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,25 1/2016	800.000	800.000,00			753.040,00		850.481,70
ES0413211428	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 4,75 2/2016	1.800.000	1.800.000,00			1.791.224,76		1.966.508,24
ES0413790074	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 4,125 4/2018	2.300.000	2.300.000,00			2.259.165,90		2.637.282,26
ES0413790116	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 4,25 9/2015	1.150.000	1.150.000,00			1.144.224,85		1.195.742,34
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021	1.800.000	1.800.000,00			1.557.874,11		2.182.592,82
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022	4.250.000	4.250.000,00			3.965.003,78		5.531.298,45
ES0414970402	CAIXABANK S.A. 4,625 6/2019	1.000.000	1.000.000,00			988.357,01		1.208.609,12

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0414970535	CAIXABANK S.A. 3,5 3/2016	600.000	600.000,00			619.396,91		640.141,35
ES0414970683	CAIXABANK S.A. 5,125 4/2016	3.000.000	3.000.000,00			3.014.400,00		3.294.849,53
ES0458759034	UNICAJA BANCO, S.A. 5,5 3/2016	3.300.000	3.300.000,00			3.291.408,42		3.644.606,06
FR0011318658	ELECTRICITE DE FRANCE 2,75 3/2023	900.000	900.000,00			893.349,00		1.045.147,42
NL0000122489	ING AMSTERDAM 5,25 6/2019	250.000	250.000,00			248.346,07		301.991,16
XS0148579153	E.ON INTERNATIONAL FIN. 6,375 5/2017	300.000	300.000,00			299.652,00		354.456,51
XS0335880463	JP MORGAN CHASE & CO. INC. 5,25 1/2015	250.000	250.000,00			247.059,48		263.124,36
XS0359388690	UBS AG LONDON 6 4/2018	930.000	930.000,00			1.023.451,70		1.139.747,93
XS0412842857	RWE FINANCE BV 6,5 8/2021	600.000	600.000,00			599.790,91		826.438,76
XS0432092137	CREDIT AGRICOLE S.A. 5,875 6/2019	1.000.000	1.000.000,00			1.118.385,46		1.239.684,80
XS0451457435	ENI SPA 4,125 9/2019	200.000	200.000,00			210.079,87		233.893,31
XS0469028582	NATIONAL AUSTRALIA BANK 3,5 1/2015	470.000	470.000,00			489.331,81		486.439,09
XS0482810958	BANK OF IRELAND 4 1/2015	4.000.000	4.000.000,00			4.008.729,76		4.158.739,28
XS0531068897	BBVA SENIOR FINANCE S.A.U 3,875 8/2015	600.000	600.000,00			599.265,00		621.953,00
XS0544695272	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,125 9/2017	1.450.000	1.450.000,00			1.406.905,02		1.601.848,04
XS0555977312	INTESA SANPAOLO SPA 4 11/2018	300.000	300.000,00			298.719,00		335.529,91
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021	1.000.000	1.000.000,00			989.000,00		1.340.211,76
XS0611398008	BARCLAYS BANK PLC LONDON 6,625 3/2022	1.100.000	1.100.000,00			1.240.835,74		1.478.235,58
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 5 7/2016	5.700.000	5.700.000,00			5.671.599,75		6.225.018,99
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S. 5,375 5/2019	600.000	600.000,00			596.760,00		740.618,63
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019	2.900.000	2.900.000,00			2.901.961,55		3.470.031,63
XS0740606768	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,875 2/2018	400.000	400.000,00			401.360,00		468.679,35
XS0765299572	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM 4,125 3/2022	740.000	740.000,00			792.022,00		939.922,19
XS0801636902	NORDEA BANK AB 3,25 7/2022	3.280.000	3.280.000,00			3.255.236,00		3.950.349,09
XS0828735893	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 4,625 3/2016	100.000	100.000,00			105.960,00		108.670,94
XS0829125847	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,5 3/2016	1.500.000	1.500.000,00			1.496.211,49		1.626.414,36
XS0834643727	ENAGAS FINANCIACIONES SAU 4,25 10/2017	500.000	500.000,00			513.140,91		556.015,09
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES SAU 3,961 3/2021	400.000	400.000,00			401.788,22		483.408,12
XS0914400246	GAS NATURAL FENOSA FINANCE BV 3,875 4/2022	300.000	300.000,00			300.375,00		364.598,69
XS0954025267	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING 2,25 7/2020	700.000	700.000,00			697.802,00		771.092,50
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP. 1,875 1/2019	240.000	240.000,00			238.955,29		256.249,02
XS0828012863	TELEFONICA EMISIONES SAU 5,811 9/2017	500.000	500.000,00			574.380,00		579.355,02
ES0413860034	BANCO SABADELL 3,5 1/2016	300.000	300.000,00			312.180,00		319.848,63
XS1046498157	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 0,799 3/2019	1.000.000	1.000.000,00			1.013.350,00		1.012.044,65
	Subtotal	53.860.000	53.860.000,00			53.730.338,77		61.964.142,55
	Subtotal 2.2.2.	162.714.000	162.714.000,00			159.846.287,65		188.941.109,21
	Subtotal 2.2.	163.493.741	162.714.000,00			167.260.835,69		198.545.064,16
	2.3. Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2.	244.258.741	243.479.000,00			248.743.081,28		291.695.126,26
	Total geral	244.258.741	243.479.000,00			248.743.081,28		291.695.126,26

* Inclui o valor dos juros decorridos.

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2013

ANEXO 1.2.

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2. Outros								
2.1. Títulos nacionais								
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1. Ações								
Subtotal								
2.1.1.2. Títulos de participação								
Subtotal								
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
Subtotal								
2.1.1.4. Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.1.1.								
2.1.2. Títulos de dívida								
2.1.2.1. De dívida pública								
PTOTE6OE0006	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,2 10/2016	1.700.000	1.700.000,00			1.552.610,00		1.636.513,20
PTOTEAOE0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023	2.700.000	2.700.000,00			2.275.022,60		2.369.471,79
PTOTELOE0010	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,35 10/2017	23.900.000	23.900.000,00			22.500.317,33		23.215.786,48
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019	18.300.000	18.300.000,00			16.108.612,69		17.229.181,03
PTOTENOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,45 6/2018	875.000	875.000,00			778.484,36		833.237,86
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021	12.650.000	12.650.000,00			10.067.391,39		10.999.276,49
Subtotal		60.125.000	60.125.000,00			53.282.438,37		56.283.466,85
2.1.2.2. De outros emissores públicos								
Subtotal								
2.1.2.3. De outros emissores								
Subtotal								
Subtotal 2.1.2.		60.125.000	60.125.000,00			53.282.438,37		56.283.466,85
Subtotal 2.1.		60.125.000	60.125.000,00			53.282.438,37		56.283.466,85
2.2. Títulos estrangeiros								
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1. Ações								
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	1.923			50,99	98.048,72	58,02	111.565,50
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS AG	1.636			114,42	187.183,01	203,06	332.201,85
CH0038863350	NESTLE S.A. REGISTERED	4.157			35,28	146.651,94	53,21	221.189,20
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	14.119			9,68	136.742,18	12,43	175.499,17
DE0007037129	RWE AG	2.148			23,32	50.082,42	26,61	57.147,54
DE0007236101	SIEMENS AG	1.570			80,72	126.731,41	99,29	155.885,30
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	792			113,92	90.225,82	160,15	126.838,80
DE000BAY0017	BAYER A.G.	3.344			54,44	182.037,97	101,95	340.920,80
DE000ENAG999	E.ON SE	5.557			15,07	83.766,61	13,41	74.547,15
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	9.136			11,68	106.665,75	16,15	147.546,40
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	40.019			7,08	283.166,75	8,95	358.089,99
ES0113679I37	BANKINTER	18.923			2,85	53.930,26	4,99	94.369,00
ES0113900J37	BANCO SANTANDER S.A.	84.476			5,61	474.327,24	6,51	549.600,84
ES0116870314	GAS NATURAL SDG S.A.	5.405			12,59	68.051,59	18,69	101.046,47
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	6.567			10,35	67.940,52	12,15	79.821,88
ES0130960018	ENAGAS	4.936			14,81	73.082,44	19,00	93.759,32
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	100.177			3,83	383.405,48	4,63	464.320,39

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	5.005			21,19	106.077,93	25,02	125.225,10
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	1.966			32,76	64.400,12	48,50	95.351,00
ES0173516115	REPSOL YPF, S.A.	22.908			15,20	348.239,14	18,32	419.674,56
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	17.335			11,94	206.918,66	11,83	205.159,72
ES0673516938	REPSOL YPF, S.A.	22.908			0,49	11.168,86	0,50	11.362,35
FR0000120172	CARREFOUR S.A.	1.224			22,65	27.725,49	28,81	35.263,44
FR0000120271	TOTAL S.A.	8.432			40,28	339.644,64	44,53	375.476,96
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	1.339			59,85	80.138,14	77,12	103.263,68
FR0000120644	GROUPE DANONE	2.796			48,39	135.312,02	52,32	146.286,72
FR0000125486	VINCI S.A.	949			39,14	37.147,43	47,72	45.286,28
FR0000127771	VIVENDI S.A.	4.624			16,64	76.964,24	19,16	88.572,72
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS	3.328			42,29	140.724,90	56,65	188.531,20
FR0000133308	ORANGE S.A.	11.869			8,96	106.365,12	9,00	106.821,00
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	3.069			18,65	57.222,01	17,09	52.464,55
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	3.236			8,62	27.885,79	7,95	25.737,55
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	2.198			14,15	31.101,56	19,35	42.530,09
GB0031348658	BARCLAYS BANK PLC LONDON	7.920			3,49	27.657,46	3,27	25.861,44
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	1.794			21,53	38.630,18	25,91	46.473,57
GB00B16GWD56	VODAFONE GROUP	30.773			1,78	54.627,86	2,85	87.570,25
IT0003132476	ENI SPA	4.153			17,32	71.928,69	17,49	72.635,97
NL0000009355	UNILEVER PLC	6.321			25,87	163.540,63	29,27	185.047,27
Subtotal		469.032				4.765.460,98		5.968.945,02
2.2.1.2. Títulos de participação								
Subtotal								
2.2.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
ES0122067038	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1107 F.	56.226			6,88	386.916,59	7,58	426.325,71
ES0138394038	FONDMAPFRE GARANTIZADO 911 FI	0			0,00	0,19	0,00	0,06
ES0138395035	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 5, F.I.	79.233			7,57	600.000,01	8,46	670.446,15
ES0138396033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1111, F	73.182			1,90	138.904,63	2,31	169.104,69
ES0138444031	FONDMAPFRE GARANTIZADO 007 FI	64.827			6,17	400.099,00	6,23	403.971,52
ES0138599032	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1104, F	27.344			7,29	199.243,77	7,40	202.409,47
ES0138708039	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 12, FI	8.807			14,52	127.862,57	14,69	129.394,59
ES0138725033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 004 FI	22.259			8,01	178.185,70	8,94	199.072,25
ES0138777034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 3, F.I.	2.643			7,32	19.353,00	7,84	20.717,87
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	8.320			20,92	174.033,66	26,97	224.440,78
ES0138902038	FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	210			1.510,97	317.015,94	1.510,50	316.917,95
ES0138903036	FONDMAPFRE RENTA F.I.	7.372			16,54	121.930,30	18,46	136.091,74
ES0138956034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 10, FI	37			1.059,07	39.217,51	1.352,45	50.081,16
ES0165196033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 011 FI	9.118			10,76	98.092,63	11,75	107.088,84
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.551			197,14	700.000,02	254,27	902.872,05
Subtotal		363.129				3.500.855,52		3.958.934,83
2.2.1.4. Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.2.1.		832.161				8.266.316,50		9.927.879,85
2.2.2. Títulos de dívida								
2.2.2.1. De dívida pública								

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0000011868	TESORO PUBLICO 6 1/2029	675.000	675.000,00			695.317,62		812.421,09
ES0000011967	TESORO PUBLICO 100 1/2022	4.200.000	4.200.000,00			3.032.073,07		3.022.399,12
ES00000120G4	TESORO PUBLICO 3,15 1/2016	840.000	840.000,00			863.129,63		891.495,58
ES00000120J8	TESORO PUBLICO 3,8 1/2017	1.970.000	1.970.000,00			1.924.720,72		2.142.332,54
ES00000120N0	TESORO PUBLICO 4,9 7/2040	5.260.000	5.260.000,00			4.611.323,93		5.359.386,32
ES00000121S7	TESORO PUBLICO 4,7 7/2041	25.000	25.000,00			24.943,70		24.666,43
ES00000122E5	TESORO PUBLICO 4,65 7/2025	4.345.000	4.345.000,00			4.382.588,59		4.559.115,67
ES00000122T3	TESORO PUBLICO 4,85 10/2020	300.000	300.000,00			267.795,00		327.728,77
ES00000123B9	TESORO PUBLICO 5,5 4/2021	7.950.000	7.950.000,00			7.861.791,97		9.188.287,69
ES00000123C7	TESORO PUBLICO 5,9 7/2026	2.320.000	2.320.000,00			2.281.108,22		2.708.801,03
ES00000123J2	TESORO PUBLICO 4,25 10/2016	9.700.000	9.700.000,00			9.649.533,43		10.385.193,61
ES00000123K0	TESORO PUBLICO 5,85 1/2022	2.365.000	2.365.000,00			2.457.739,81		2.818.109,88
ES00000123N4	TESORO PUBLICO 100 1/2022	2.800.000	2.800.000,00			1.973.854,55		2.030.392,46
ES00000123Q7	TESORO PUBLICO 4,5 1/2018	3.500.000	3.500.000,00			3.593.775,12		3.916.470,52
ES00000123X3	TESORO PUBLICO 4,4 10/2023	1.725.000	1.725.000,00			1.765.592,50		1.775.158,47
ES0000012411	TESORO PUBLICO 5,75 7/2032	1.950.000	1.950.000,00			1.918.422,88		2.251.839,69
ES00000124B7	TESORO PUBLICO 3,75 10/2018	5.000.000	5.000.000,00			5.144.952,91		5.266.886,83
ES00000124C5	TESORO PUBLICO 5,15 10/2028	420.000	420.000,00			445.565,40		447.483,42
ES00000124H4	TESORO PUBLICO 5,15 10/2044	1.975.000	1.975.000,00			1.968.462,98		2.035.592,77
ES0000012619	TESORO PUBLICO 100 7/2016	3.900.000	3.900.000,00			3.088.032,03		3.705.258,86
ES0000012726	TESORO PUBLICO 100 7/2027	700.000	700.000,00			302.837,99		365.944,53
ES0000012767	TESORO PUBLICO 100 7/2031	700.000	700.000,00			241.146,79		293.290,18
ES0000012783	TESORO PUBLICO 5,5 7/2017	8.535.000	8.535.000,00			9.046.190,90		9.677.115,27
ES0000012932	TESORO PUBLICO 4,2 1/2037	4.810.000	4.810.000,00			4.178.154,50		4.560.227,61
FR0120746609	REPÚBLICA DE FRANCIA 1 7/2017	500.000	500.000,00			500.845,30		506.509,45
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033	350.000	350.000,00			380.965,12		407.641,03
IT0004273493	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 2/2018	1.500.000	1.500.000,00			1.563.270,00		1.649.336,10
IT0004423957	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2019	4.500.000	4.500.000,00			4.609.260,00		4.936.593,88
Subtotal		82.815.000	82.815.000			78.773.394,66		86.065.678,80
2.2.2.2. De outros emissores públicos								
Subtotal								
2.2.2.3. De outros emissores								
ES0312360003	AYT CEDULAS CAJASVI, FONDOTI44/2014	3.300.000	3.300.000,00			3.211.521,53		3.421.424,55
ES0314950561	CAJA MADRID 100 3/2014	2.000.000	2.000.000,00			1.912.600,00		1.974.296,77
ES0314950694	BANCO FINANCIERO Y DE AHORROS 5,25 4/2016	850.000	850.000,00			914.260,00		940.904,45
ES0370148019	AYT CEDULAS CAJAS V, FONDO TIT 4,75 12/2018	500.000	500.000,00			486.000,00		538.322,90
ES0413211113	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,25 1/2016	800.000	800.000,00			753.040,00		857.689,68
ES0413211204	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 4,5 5/2014	700.000	700.000,00			721.199,45		729.613,16
ES0413211428	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 4,75 2/2016	1.800.000	1.800.000,00			1.790.339,79		2.012.341,95
ES0413790074	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 4,125 4/2018	2.300.000	2.300.000,00			2.247.772,57		2.513.694,27
ES0413790116	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 4,25 9/2015	1.850.000	1.850.000,00			1.840.334,06		1.958.322,26
ES0414950784	BANKIA S.A. 3,5 11/2014	900.000	900.000,00			899.859,63		921.783,62
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021	1.800.000	1.800.000,00			1.541.054,55		1.950.734,48
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022	4.250.000	4.250.000,00			3.939.649,01		4.889.931,48

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0414970402	CAIXABANK S.A. 4,625 6/2019	1.000.000	1.000.000,00			987.402,89		1.140.005,70
ES0414970535	CAIXABANK S.A. 3,5 3/2016	600.000	600.000,00			575.862,46		645.194,76
ES0414970683	CAIXABANK S.A. 5,125 4/2016	3.000.000	3.000.000,00			3.014.400,00		3.367.172,77
ES0440609040	CAIXABANK S.A. 4 2/2017	1.000.000	1.000.000,00			931.745,83		1.108.118,37
ES0458759034	UNICAJA BANCO, S.A. 5,5 3/2016	3.300.000	3.300.000,00			3.297.090,00		3.694.515,87
FR0011318658	ELECTRICITE DE FRANCE 2,75 3/2023	900.000	900.000,00			893.349,00		919.316,58
NL0000122489	ING AMSTERDAM 5,25 6/2019	250.000	250.000,00			248.346,07		296.416,23
XS0148579153	E.ON INTERNATIONAL FIN. 6,375 5/2017	300.000	300.000,00			299.652,00		362.931,70
XS0335880463	JP MORGAN CHASE & CO. INC. 5,25 1/2015	250.000	250.000,00			247.059,48		274.597,94
XS0359388690	UBS AG LONDON 6 4/2018	930.000	930.000,00			1.038.164,99		1.143.651,25
XS0412842857	RWE FINANCE BV 6,5 8/2021	600.000	600.000,00			599.790,91		772.545,81
XS0432092137	CREDIT AGRICOLE S.A. 5,875 6/2019	1.000.000	1.000.000,00			1.118.385,46		1.186.364,18
XS0451457435	ENI SPA 4,125 9/2019	200.000	200.000,00			210.079,87		222.660,28
XS0469028582	NATIONAL AUSTRALIA BANK 3,5 1/2015	470.000	470.000,00			489.331,81		500.044,74
XS0482810958	BANK OF IRELAND 4 1/2015	5.300.000	5.300.000,00			5.286.644,00		5.659.411,60
XS0531068897	BBVA SENIOR FINANCE S.A.U 3,875 8/2015	1.200.000	1.200.000,00			1.197.524,38		1.269.084,88
XS0544695272	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,125 9/2017	1.450.000	1.450.000,00			1.398.336,20		1.553.479,86
XS0555977312	INTESA SANPAOLO SPA 4 11/2018	300.000	300.000,00			298.719,00		319.683,23
XS0589735561	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,375 3/2014	30.000	30.000,00			29.925,78		31.255,33
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021	1.000.000	1.000.000,00			989.000,00		1.188.413,05
XS0611398008	BARCLAYS BANK PLC LONDON 6,625 3/2022	1.100.000	1.100.000,00			1.240.835,74		1.354.744,24
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 5 7/2016	8.000.000	8.000.000,00			7.964.677,30		8.778.261,37
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S. 5,375 5/2019	600.000	600.000,00			596.760,00		711.232,25
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019	2.900.000	2.900.000,00			2.903.075,00		3.359.940,67
XS0740606768	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,875 2/2018	400.000	400.000,00			401.360,00		453.905,50
XS0765299572	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM 4,125 3/2022	740.000	740.000,00			792.022,00		842.504,54
XS0801636902	NORDEA BANK AB 3,25 7/2022	3.280.000	3.280.000,00			3.255.236,00		3.517.023,29
XS0828735893	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 4,625 3/2016	100.000	100.000,00			105.960,00		110.442,90
XS0829125847	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,5 3/2016	1.500.000	1.500.000,00			1.495.135,51		1.641.572,07
XS0834643727	ENAGAS FINANCIACIONES SAU 4,25 10/2017	500.000	500.000,00			513.140,91		551.393,83
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES SAU 3,961 3/2021	400.000	400.000,00			401.788,22		436.114,82
XS0914400246	GAS NATURAL FENOSA FINANCE BV 3,875 4/2022	300.000	300.000,00			300.375,00		325.807,74
XS0954025267	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING 2,25 7/2020	700.000	700.000,00			697.802,00		703.626,63
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP. 1,875 1/2019	240.000	240.000,00			238.828,80		238.775,46
	Subtotal	64.890.000	64.890.000,00			64.315.437,20		71.389.269,01
	Subtotal 2.2.2.	147.705.000	147.705.000,00			143.088.831,86		157.454.947,81
	Subtotal 2.2.	148.537.161	147.705.000,00			151.355.148,36		167.382.827,66
	2.3. Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2.	208.662.161	207.830.000,00			204.637.586,73		223.666.294,51
	Total geral	208.662.161	207.830.000,00			204.637.586,73		223.666.294,51

* Inclui o valor dos juros decorridos.

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

ANEXO 2.1

31/12/2014

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2013 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2014 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	7.480.539,43	4.052.976,19	3.226.717,09	-200.846,15
Não Vida				
Acidentes e Doença				
Incêndio e Outros Danos				
Automóvel				
Responsabilidade Civil				
Outras Coberturas				
Marítimo, Aéreo e Transportes				
Responsabilidade Civil Geral				
Crédito e Caução				
Proteção Jurídica				
Assistência				
Diversos				
Total Não Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Total geral	7.480.539,43	4.052.976,19	3.226.717,09	-200.846,15

* Sinistros ocorridos no ano 2014 e anteriores.

ANEXO 2.2.

31/12/2013

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2012 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2013 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	6.189.282,07	3.483.137,92	2.928.418,87	222.274,72
Não Vida				
Acidentes e Doença				
Incêndio e Outros Danos				
Automóvel				
Responsabilidade Civil				
Outras Coberturas				
Marítimo, Aéreo e Transportes				
Responsabilidade Civil Geral				
Crédito e Caução				
Proteção Jurídica				
Assistência				
Diversos				
Total Não Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Total geral	6.189.282,07	3.483.137,92	2.928.418,87	222.274,72

* Sinistros ocorridos no ano 2012 e anteriores.

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL





**Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.**
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Mapfre Seguros de Vida, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de activo de 301.476.875,94 Euros e um total de capital próprio de 35.166.271,58 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.488.435,65 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações nos Capitais Próprios e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



2

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Mapfre Seguros de Vida, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 24 de Março de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, elaborou o Conselho Fiscal o presente relatório sobre a sua ação fiscalizadora durante o exercício de 2014, e presta igualmente parecer sobre o Relatório de Gestão, contas e propostas apresentados pela Administração da MAPFRE Seguros de Vida, S. A

2. O Conselho Fiscal manteve ao longo do ano um diálogo permanente com a Administração da Sociedade. Contudo, apenas em 2015, teve contacto com a Ernst & Young SROC, S.A., depois desta Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ter efetuado os trabalhos de revisão e auditoria sobre as contas de 2014 da MAPFRE Seguros de Vida, S. A tendo emitido a Certificação Legal de Contas sem reservas e sem ênfases em 24 Março de 2015.

3. O Conselho Fiscal constatou que, no ano em análise, os prémios subiram significativamente, enquanto a sinistralidade de produtos de risco baixou. Também a Margem de Solvência subiu significativamente, assim como a cobertura das Provisões Técnicas. Os resultados de 2014 são positivos em cerca de 1,5 milhões de euros.

4. O Conselho Fiscal entende que a responsabilidade pela emissão de uma opinião sobre as contas da MAPFRE Seguros de Vida, S.A. cabe à Ernst & Young SROC, S.A. ao emitir a Certificação Legal das Contas, documento essencial para que a ação fiscalizadora do Conselho Fiscal possa ser levada a cabo. Foram solicitados à EY e obtidos os documentos que o Conselho Fiscal considerou necessários.

5. Neste contexto, o Conselho Fiscal solicitou também à Administração todas as informações e documentos referentes à sociedade, nos diversos aspetos e áreas da sua atividade, tendo obtido todos os esclarecimentos que, em cada momento, entendeu necessários ou convenientes, não tendo experimentado quaisquer dificuldades ou constrangimentos nessa matéria.

6. Pelas razões expostas, o Conselho Fiscal está em condições de atestar que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração descreve o que foi a atividade da MAPFRE Seguros de Vida, S.A. durante o exercício de 2014.

7. Pelo exposto, e em conformidade com o disposto no Artº 420º, nº 6 do Código das Sociedades Comerciais, cada um dos membros do Conselho Fiscal, signatários do presente documento, infra identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais, a Certificação Legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MAPFRE Seguros de Vida, S.A e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição da MAPFRE Seguros de Vida, S.A .

8. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de Parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014;

b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;

c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório de Gestão do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com as normas legais aplicáveis, como segue:

- Que o resultado positivo apurado no exercício, no valor de 1.488.435,65 euros, seja aplicado da seguinte forma:

148.843,57 euros para Reserva Legal

1.339.592,08 euros para Reserva Livre

d) Tendo terminado o mandato da atual SROC, Ernst & Young, e atendendo a que a KPMG audita todas as companhias do Grupo MAPFRE quer em Espanha, quer no estrangeiro, o CF propõe, por indicação da Administração, que em seu lugar seja nomeada a KPMG – SROC para o mandato de 2015 a 2017, com sede no Edifício Monumental, Av. Praia da Vitória.71-A,11º, 1069-006 Lisboa , representada pelo Dr. Fernando Gustavo Duarte Antunes , sendo ROC suplente a Drª Ana Cristina Soares Valente Dourado , ROC nº 1011. Este Conselho Fiscal entende, no entanto, fazer notar o facto da KPMG ter sido a sociedade responsável pela auditoria às contas do BES – Banco Espírito Santo e suas participadas, no período compreendido entre 2001 e 2014, data em que este grupo financeiro foi objeto de uma intervenção por parte do Fundo de Resolução, tendo sido nomeada, pela autoridade de supervisão, uma nova empresa para a auditoria às contas do Novo Banco. Contudo, como até à presente data, não foram apuradas quer judicialmente, quer por parte da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ou pela Assembleia da República quaisquer responsabilidades da KPMG Portugal neste processo e porque a presente proposta se insere no âmbito da decisão tomada pela MAPFRE, S.A. de mudança de auditores para todo o grupo a nível mundial, decisão tomada em Maio de 2014, o Conselho Fiscal não vê objeções a que se promova a referida mudança de auditores já aprovada pela Junta General da MAPFRE celebrada no corrente mês de Março.

e) Nos termos do Art.º 455º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 25 de Março de 2015

O CONSELHO FISCAL



